UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DENIS MATOSZKO FORTES

A FEDERAÇÃO RUSSA E A CRISE UCRANIANA DE 2013-2014: ENTRE O JOGO DAS POTÊNCIAS E AS DISPUTAS HISTÓRICAS NO "EXTERIOR PRÓXIMO"

CAMPINAS
2017

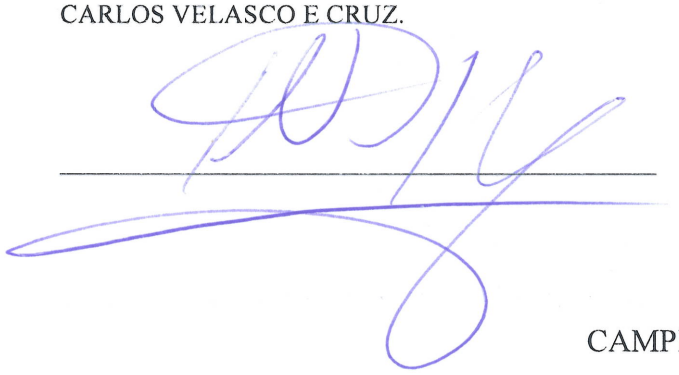
Denis Matoszko Fortes

FEDERAÇÃO RUSSA E A CRISE UCRANIANA DE 2013-2014: ENTRE O JOGO DAS POTÊNCIAS E AS DISPUTAS HISTÓRICAS NO "EXTERIOR PRÓXIMO"

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO DENIS MATOSZKO FORTES E ORIENTADA PELO PROF. DR. SEBASTIÃO CARLOS VELASCO E CRUZ.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-1033-4373

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F776f

Fortes, Denis Matoszko, 1987-
A Federação Russa e a crise ucraniana de 2013-2014 : entre o jogo das potências e as disputas históricas no "exterior próximo" / Denis Matoszko Fortes. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Separatismo. 2. Rússia - Relações internacionais. 3. Ucrânia - Relações internacionais. 4. Crimeia - Relações internacionais. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e,1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The Russian Federation and the Ukrainian crisis of 2013-2014 : between the game among powers and the historical disputes in the "near abroad"
Palavras-chave em inglês:
Separatism
Russia - International relations
Ukraine - International relations
Crimea - International relations
Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional
Titulação: Mestre em Relações Internacionais
Banca examinadora:
Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]
Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes
Reginaldo Mattar Nasser
Data de defesa: 29-08-2017
Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29 de agosto de 2017, considerou o candidato Denis Matoszko Fortes aprovado.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Ainda que seja um lugar comum, não há mal em reafirmar que todo trabalho acadêmico é, em certo sentido, uma obra coletiva. Assim, a denominação *monografia* serve aqui para assumir que, enquanto as limitações da presente dissertação são de inteira responsabilidade do autor, seus eventuais méritos só puderam se materializar tendo em conta as valiosas contribuições de professores e colegas.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz, por seu papel inestimável ao longo da pesquisa, bem como por todos os conselhos, pela paciência e pela gentileza em me auxiliar nesta iniciante trajetória acadêmica.

Agradeço ao Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes e ao Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser por gentilmente aceitarem participar da banca avaliadora, bem como por suas críticas e comentários de suma importância para a continuidade da pesquisa. Agradeço ainda ao Prof. Dr. Eduardo Mei e à Profa. Dra. Solange Reis Ferreira, pelas considerações de grande valia durante o exame de qualificação.

Também sou grato aos demais professores e aos colegas do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas pelo aprendizado e pelos estímulos intelectuais, seja dentro ou fora da sala de aula. Faço aqui um agradecimento especial aos membros do Grupo de Estudos de Conflitos Internacionais e aos participantes da Semana de RI da UFABC, do Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política e do Simpósio de Pós-Graduação do Programa San Tiago Dantas pelas contribuições para a minha pesquisa.

Evidentemente, as contribuições não se encerram no que tange apenas ao conteúdo do trabalho. Agradeço a CAPES pelo financiamento e aos funcionários envolvidos no PPGRI San Tiago Dantas por seu trabalho e solicitude, especialmente a Giovana Vieira, Isabela Silvestre, Priscila Gartier, Camila de Fátima Magalhães e Graziela Helena Jackyman de Oliveira.

Não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão àquelas pessoas que estiveram comigo muito antes de qualquer passo na academia, com sua torcida e sua ajuda constantes: Milica, Marcos, Mila, Tatiana e Giovana.

Nada do que fiz seria possível sem o carinho e o cuidado da minha companheira, Natália. Sou eterno devedor do seu apoio e do seu incentivo ao longo desses anos de estudo. É uma honra e um privilégio trilhar este caminho ao seu lado.

Were the Soviet Union to sink tomorrow under the waters of the ocean, the American military-industrial complex would have to remain, substantially unchanged, until some other adversary could be invented.

George Kennan

Human mental identities are not like shoes, of which we can only wear one pair at a time. We are all multi-dimensional beings. Whether a Mr. Patel in London will think of himself primarily as an Indian, a British citizen, a Hindu, a Gujarati-speaker, an ex-colonist from Kenya, a member of a specific caste or kin-group, or in some other capacity depends on whether he faces an immigration officer, a Pakistani, a Sikh or Moslem, a Bengali-speaker, and so on. There is no single platonic essence of Patel. He is all these and more at the same time.

Eric Hobsbawm

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a investigar o papel exercido pela Federação Russa na crise ucraniana que teve início em novembro de 2013 e culminou no surgimento de movimentos separatistas; na ofensiva militar do governo ucraniano e de milícias ultranacionalistas contra as regiões do leste do país que passaram a exigir maior autonomia em relação à Kiev; e na independência da península da Crimeia, a qual foi posteriormente anexada pela Rússia. A fim de investigar a postura adotada pelo governo russo, observa-se a necessidade do estudo de questões que envolvem não somente Ucrânia e Rússia, mas também a relação deste país com as potências ocidentais no pós Guerra Fria. Neste sentido, buscou-se compreender como os problemas decorrentes do fim da URSS e a contínua expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) influenciaram as decisões da política externa russa no período. Ao longo da pesquisa procurou-se indicar elementos analíticos que possam contribuir para o estudo do tema e ultrapassem análises meramente conjunturais, a partir da constatação de que questões centrais que transbordaram a partir de 2013 – notadamente as divisões políticas e étnico-linguísticas no interior do Estado ucraniano, bem como a disputa pela tutela da Crimeia – já estavam presentes anteriormente, requerendo uma investigação atenta às variáveis geopolíticas e sócio-históricas.

Palavras-chave: Separatismo. Rússia - Relações internacionais. Ucrânia - Relações internacionais. Crimeia - Relações internacionais.

ABSTRACT

This study seeks to investigate the role performed by the Russian Federation in the Ukrainian crisis that began in November 2013. This event resulted in the emergence of separatist movements and a military offensive led by the Ukrainian government and ultranationalist militias against the regions in the east of the country which demanded greater autonomy from Kiev, as well as the independence of the Crimean peninsula, latter annexed by Russia. In order to investigate the position adopted by the Russian government it is necessary to go beyond the issues regarding this country and Ukraine alone and also study the relationship between Russia and the Western powers in the post-Cold War period. In this sense, this work sought to investigate how the problems arising from the dissolution of the USSR and the continuous expansion of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) influenced the Russian foreign policy in the period. Throughout the research, we tried to point out analytical elements that go beyond merely conjunctural analysis, based on the finding that crucial questions which had arisen in the 2013 crisis – notably the political and ethnic-linguistic divisions within the Ukrainian State, as well as the dispute over the tutelage of Crimea – were previously present, requiring an attentive investigation into the geopolitical and socio-historical variables.

Keywords: Separatism. Russia - International relations. Ukraine - International relations. Crimea - International relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Investimento anual bruto na Rússia entre 1991 e 2004 comparado ao ano de 1990 (1990 = 100%) 32
Figura 2 – Produção industrial russa em 1998 e em 2004, comparada ao ano de 1990 (1990 = 100%) 33
Mapa 1 – Principais linhas de gasodutos da Rússia à Europa 54
Mapa 2 – Cáucaso Sul, regiões separatistas e os dutos BTC e BTE 58
Mapa 3 – Áreas sob controle dos insurgentes no Donbas 81
Mapa 4 – Localização da península da Crimeia 83
Mapa 5 – Porcentagem da população que declara o russo como seu idioma nativo em cada região da Ucrânia 84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMT	Anti-Ballistic Missile Treaty
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BTC	Baku-Tbilisi-Ceihan
BTE	Baku-Tbilisi-Erzurum
CEEA	Comunidade Econômica Eurasiática
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CFE	Conventional Armed Forces in Europe
EUA	Estados Unidos da América
EU	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSB	Federalnaya slujba bezopasnosti
GUAM	Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico
ICBM	Intercontinental ballistic missile
IED	Investimento Estrangeiro Direto
INF	Intermediate-Range Nuclear Forces
KGB	Komitet gosudarstvennoy bezopasnosti
KIIS	Kiivskii Mijnarodnii Institut Sotsiologii
MAD	Mutual assured destruction
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
MIDFR	Ministerstvo inostrannikhh del Rossiiskoi Federatsii
MO	Ministerstvo Oborony
OUN	Orhanizatsiia Ukrainskykh Nationalistiv
PCU	Partido Comunista Ucraniano
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIB	Produto Interno Bruto
RSFSR	República Socialista Federativa Soviética da Rússia
RSSU	República Socialista Soviética da Ucrânia
SBRF	Sovet Bezopasnosti Rossiiskoi Federatsii

SDI	Strategic Defense Initiative
START	Strategic Arms Reduction Treaty
SVR	Slujba vneshney razvedki
TCP	Trans-Caspian pipeline
UEE	União Econômica Eurasiática
UNOMIG	United Nations Observer Mission in Georgia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 A RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA E SUA POLÍTICA EXTERNA 17
1.1 A transição capitalista na sociedade russa e a política externa do governo Yeltsin ... 17
1.2 Continuidades e mudanças na política externa russa da era Putin 24
1.3 Interesses governamentais na esfera político-econômica e a relevância dos recursos energéticos 31

2 DISPUTAS E ATRITOS ENTRE AS POTÊNCIAS NO "EXTERIOR PRÓXIMO" . 38
2.1 (Des)integração e diáspora no espaço pós-soviético 38
2.2 Questões de defesa na Eurásia e atritos com a OTAN 45
2.3 *Pipeline politics* e guerra no Cáucaso 52

3 RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA E A CRISE DEFLAGRADA A PARTIR DO "EUROMAIDAN" 61
3.1 Território, identidade e a relevância da Rússia e da URSS na formação da Ucrânia contemporânea 61
3.2 Atritos entre a Rússia e a Ucrânia independente, a "Revolução Laranja" e as crises do gás 69
3.3 Crise no governo Yanukovich, movimentos separatistas e a anexação da Crimeia pela Rússia 76

CONSIDERAÇÕES FINAIS 85

REFERÊNCIAS 88

INTRODUÇÃO

A crise política na Ucrânia que se iniciou em novembro de 2013, com a desistência do presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, em assinar um acordo de parceria comercial com a União Europeia (UE), agudizou-se significativamente ao longo do ano seguinte, levando não apenas à deposição do presidente e de seu gabinete, como também precipitando uma enorme polarização política neste país. Histórica e culturalmente mais vinculados à Rússia, muitos ucranianos do leste ficaram estupefatos com a destituição de Yanukovich pelos manifestantes em Kiev – alguns destes, pertencentes a organizações de extrema-direita, apregoam um discurso xenofóbico contra a população de origem russa – os quais exigiam maior aproximação com a UE. Tal divisão política levou, no primeiro semestre de 2014, a uma série de enfrentamentos entre a população, culminando em dezenas de vítimas fatais e no surgimento de movimentos populares que passaram a exigir maior autonomia ou mesmo independência do governo ucraniano. (BBC, 2014a).

Além da própria população ucraniana, as potências internacionais também se envolveram, direta ou indiretamente, neste conflito, ainda que de lados opostos. Os Estados Unidos (EUA) e seus aliados europeus reconheceram sem demora o novo autoproclamado governo de Kiev, tido como representante da vontade do povo ucraniano de se voltar ao mundo e aos valores ocidentais[1]. A Rússia, por outro lado, ateve-se ao fato de que aqueles que reivindicaram o novo governo não tinham legitimidade para isto, uma vez que não foram eleitos pelo voto popular, mas, ao contrário, somente ascenderam ao poder expulsando um presidente democraticamente eleito. O agravamento da crise levou ao confronto armado entre os militares do governo de Kiev e forças paramilitares locais das regiões sul e leste da Ucrânia (principalmente das regiões de Donetsk e de Lugansk), bem como à independência da península da Crimeia, posteriormente anexada pela Rússia. Tais eventos resultaram na deterioração das relações entre Rússia e Estados Unidos, culminando no momento de maior tensão entre estas potências desde a Guerra Fria. (FLETCHER, 2014).

Dada toda a complexidade do quadro político da Ucrânia, quais são os objetivos da Federação Russa naquele país? Como poderia ser compreendido o comportamento desta na crise ucraniana e, particularmente, na questão da secessão da Crimeia? Dificilmente seria

[1] Os termos "ocidente" e "ocidental" carregam uma multiplicidade semântica e ideológica frequentemente ignorada (deliberadamente ou não) nos textos jornalísticos e políticos. No presente trabalho tais termos não serão empregados para se referir ao hemisfério ocidental como um todo, mas somente aos Estados Unidos e aos países da União Europeia. Tal opção segue o uso corrente nas principais fontes consultadas, o que não significa ignorar as especificidades de tais Estados nem as divergências entre eles.

possível responder a estes questionamentos através de análises meramente conjunturais, que apenas se atenham à crise de 2014, não se ocupando de investigar a política desta potência em relação à Ucrânia em perspectiva histórica. Sendo uma república soberana há apenas pouco mais de duas décadas, a Ucrânia se apresenta como caso de particular interesse para a pesquisa na área de Relações Internacionais (RI), uma vez que neste jovem Estado concentram-se uma gama singular de pressões e interesses advindos de grandes potências – tais como a Rússia (seu enorme vizinho ao leste), a União Europeia (sob crescente preponderância política e econômica da Alemanha) e os Estados Unidos (a potência hegemônica mundial).

A presente pesquisa justifica-se, sobretudo, devido à relevância da temática e dos atores abordados para o estudo das Relações Internacionais. Ucrânia e Rússia, os principais atores deste estudo, são os dois maiores Estados da Europa. As relações entre esses países por si só já se apresenta como importante campo de estudo para distintas áreas de pesquisa das RI, tais como geopolítica, política externa, diplomacia, integração regional, defesa e segurança internacional, bem como estudos sobre o Leste Europeu, sobre a área pós-soviética, sobre a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), entre outros. Além disso, o abalo nas relações entre estes países, no primeiro semestre de 2014, causou um impacto que reverberou muito além do leste do continente europeu, alcançando repercussão internacional. Isso foi verificado quando a crise envolvendo Ucrânia e Rússia passou a ser tema central não apenas do discurso de diplomatas e das análises de especialistas da área, mas também da mídia em geral.

Outro ponto que explicita a importância desta investigação é o fato de que o conflito entre Rússia e Ucrânia passou a constituir um grave foco de atrito entre aquele país e os Estados Unidos, levando a nada menos do que a maior crise entre essas potências desde a fragmentação da URSS. É de grande valia aos pesquisadores do sistema internacional contemporâneo, portanto, compreender as origens desta crise de magnitude histórica.

No primeiro capítulo deste trabalho são tratados os problemas decorrentes do fim da URSS para a sociedade e para o Estado russo, fundamentais para compreender os dilemas da Rússia no mundo contemporâneo, o que inclui a formulação de sua política externa. Também são abordados os principais atores que determinam a política externa russa (gabinete presidencial, ministérios, conselhos, parlamento, etc.), seu peso no processo decisório e as diferentes atribuições constitucionais conferidas a estas instituições e indivíduos. Será traçado breve panorama das rupturas e continuidades da política externa ao longo dos governos recentes: da adesão incondicional de Boris Yeltsin e seu ministro das relações exteriores, Andrei Kozyrev, passando pelo início da busca por autonomia, ensejada por Yevgeny

Primakov; a maior assertividade nos governos de Vladimir Putin, a aceitação das instituições internacionais e a disposição em cooperar com elas e as críticas às ações unilaterais que prejudiquem os interesses russos. O papel do Estado na economia russa e a importância atribuída à exportação de commodities (com destaque aos recursos energéticos). Neste capítulo, portanto, buscaremos apresentar um panorama dos interesses econômicos e políticos, das visões de mundo e das percepções de ameaças que norteiam a política externa russa. A partir destes elementos será possível dar prosseguimento ao estudo nos capítulos seguintes.

Tendo apresentado tais elementos basilares para a investigação proposta, no capítulo seguinte é abordado o debate de como a fragmentação e a diáspora russa no espaço pós-soviético foram assimiladas pela sociedade e pelas elites russas, bem como a importância das relações dos novos Estados vizinhos com a Rússia nas esferas econômica, política e militar. A questão de qual tipo de relações estabelecer com estes países do "exterior próximo" foi motivo de constante debate na sociedade russa, tendo Yeltsin e Kozyrev recebido fortes críticas por ter negligenciado esta área em detrimento da tentativa de alinhamento com o ocidente. Aqui é importante resgatar não apenas os laços históricos entre estes países, mas principalmente o fato de que toda a estrutura produtiva russa encontrava-se intrinsicamente atrelada a estes após o fim da URSS e esta interdependência ainda permanece em certa medida. Também compõe o quadro deste enorme espaço econômico e geopolítico a questão do trânsito de pessoas, uma vez que milhões de russos viram-se da noite para o dia vivendo em países estrangeiros. Tal questão recebeu destaque particular a partir dos governos Putin, com a criação da "comunidades de compatriotas", tendo a garantia da segurança dos cidadões russos tornado-se um dos argumentos para o emprego das forças armadas no espaço pós-soviético.

A partir disso prossegue-se ao estudo das relações entre a Federação Russa e as potências ocidentais, particularmente no que tange às repúblicas que compunham a URSS. Será abordado o tema de como os interesses da Rússia nesta região acabaram se chocando com as posições ocidentais (as quais continuaram, em grande medida, a política de isolamento geopolítico da Rússia levada à frente por Washington durante a Guerra Fria) e conduzindo ao desgaste nas relações entre as potências. É relevante aqui compreender os motivos que levaram à transição de uma cooperação incial – com a aceitação russa do posicionamento de bases da OTAN em países da Ásia central para o combate ao terrorismo – a uma relação conflituosa, na medida em que a aliança atlântica continuou a ser expandida em direção às fronteiras russas no Cáucaso e no leste europeu. A contrapartida de Moscou a isto ocorreu com uma guinada da política externa russa rumo a uma orientação "multipolar", já ensaiada

anteriormente pelo chanceler Yevgeny Primakov e posteriormente aprofundada no terceiro mandato presidencial de Putin. A contínua expansão da UE e da OTAN afetou diretamente as relações da Rússia com seus vizinhos, levando a crises na Geórgia (que culminou em conflito armado, em 2008) e na Ucrânia. Nesta última, o triângulo Rússia-Ucrânia-Ocidente esteve no cerne da crise que irrompeu tanto na "Revolução Laranja" de 2004 quanto no "Euromaidan" de 2013-2014.

A fim de elucidar os estreitos laços políticos, econômicos e culturais entre russos e ucranianos, no terceiro capítulo são apresentadas considerações acerca da formação histórica da Ucrânia. Assim, cabe mencionar as origens plurinacionais da Ucrânia moderna (cujos territórios já pertenceram a diversos Estados monárquicos tais como Polônia, Rússia, Alemanha e Áustria-Hungria) bem como a origem da primeira formação "estatal" ucraniana, no pós I Guerra Mundial com o fim do Império Russo, e como se deram as relações russo-ucranianas no âmbito da União Soviética. Após o fim da URSS, uma série de novas questões assumiram destaque: disputas em torno da identidade nacional, divisões políticas com contornos geográficos, fragilidade do poder estatal ucraniano, preferências e alinhamentos externos divergentes entre a população e entre a própria elite ucraniana, bem como preocupações do governo russo com o possível alinhamento da Ucrânia com o Ocidente. Assim, verifica-se que muitos problemas os quais viriam a ter grande relevância na crise de 2014, portanto, já começavam a ser delineados na década anterior.

Também na parte final se discorre sobre os eventos que se seguiram à deposição do presidente Victor Yanukovich, após este aprovar um acordo comercial com a Rússia em detrimento de outro com a União Europeia. Nesta seção também são discutidas as manifestações de resistência contra o governo provisório e o separatismo pró-russo dos movimentos dissidentes no leste da Ucrânia (na região do Donbas) culminando na guerra civil nas províncias de Lugansk e Donetsk. Será abordado o processo que levou a península da Crimeia a se separar da Ucrânia e ser anexada pela Federação Russa, em março de 2014, focando-se nas motivações que levaram o governo russo a assumir uma política que incorria em elevado custo diplomático e econômico – custos que se verificaram a partir das sanções impostas pelos EUA e pela UE.

1 A RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA E SUA POLÍTICA EXTERNA

1.1 A transição capitalista na sociedade russa e a política externa do governo Yeltsin

A dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) [2], em dezembro de 1991, teve profundo impacto social nas repúblicas que compunham a extinta superpotência do leste. Por um lado, uma parcela da antiga *nomenklatura*[3] transformou-se nos chamados "oligarcas", os bilionários que adquiriram fortuna rapidamente através da privatização de empresas estatais. Este processo foi apoiado por políticos e analistas russos e de outros países, principalmente dos EUA, como parte da "terapia de choque", segundo a qual a transição para o capitalismo seria mais bem sucedida se fosse realizada com a liberalização rápida da economia. O propósito econômico e político advogado por esta visão seria tornar irreversível a passagem para a economia de mercado através da criação de uma classe proprietária, o que resultaria em empresas mais eficientes (SAKWA, 2002, p. 290).

Por outro lado, apesar de beneficiar uma parcela da elite, as consequências da transição afetaram adversamente a maior parte da população russa. Receosos acerca da possibilidade de perder suas novas fortunas, os oligarcas preocuparam-se mais em como preservar e transferir seus ativos do que investi-los na própria economia nacional. Assim, ao longo da década de 1990, o investimento direto caiu em cerca de 80%, sendo superado em larga medida pela fuga de capitais. Segundo Stephen Cohen (2009, p. 154), esta foi uma das causas determinantes para a depressão econômica que assolou a Rússia neste período – levando 75% da população à pobreza, com o valor dos salários caindo mais da metade e retração do Produto Interno Bruto (PIB) na faixa dos 50% – crise comparativamente pior do que a sofrida pelo ocidente nos anos 1930. Os impactos sociais da debacle econômica foram dramáticos: 75% da população russa caiu na faixa da pobreza e, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, a taxa de mortalidade ultrapassou a de natalidade. Esta tendência demográfica permaneceria durante a década, conforme se verifica na tabela abaixo.

---

[2] Neste trabalho constam em português as siglas dos nomes cujas traduções já são de uso corrente nesta língua (tais como OTAN e URSS, por exemplo). As demais siglas foram mantidas nos seus idiomas originais, sendo indicados, em notas de rodapé, os nomes estrangeiros correspondentes. Para possibilitar sua leitura em português, tanto as siglas como os nomes russos e ucranianos não estão grafados no alfabeto cirílico, mas sim em formato transliterado para o alfabeto latino, conforme aparecem nas fontes consultadas.

[3] Termo comumente empregado para designar o conjunto da elite soviética, composta por indivíduos que detinham altos cargos políticos e administrativos nos órgãos governamentais. A origem etimológica do termo (do latim, lista de nomes) faz referência ao fato de que tais indivíduos eram nomeados para suas posições – no caso pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Tabela 1 – Crescimento vegetativo da população russa entre 1960 e 1999

Year	*Births*	*Deaths*	*Change*
1960	2,782,000	886,000	+1,896,000
1970	1,904,000	1,131,000	+773,000
1980	2,203,000	1,526,000	+677,000
1985	2,375,000	1,625,000	+750,000
1990	1,989,000	1,656,000	+333,000
1993	1,379,000	2,129,300	-750,300
1994	1,408,200	2,301,400	-893,200
1995	1,363,800	2,203,800	-840,000
1996	1,304,600	2,082,200	-777,600
1997	1,259,900	2,015,800	-755,900
1998	1,283,300	1,988,700	-705,400
1999	1,215,800	2,140,300	-924,500

Fonte: SAKWA, 2002, p. 307.

Tabela 2 – Crescimento do PIB das ex-repúblicas soviéticas (% sobre o ano anterior)

	GNP Growth over Previous Year				
	1990	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*
Armenia	–7	–11	–52	–15	5
Azerbaijan	–12	–1	–23	–23	–22
Belarus	–3	–1	–10	–12	–22
Estonia	–8	–11	–14	–7	6
Georgia	–12	–14	–40	–39	–35
Latvia	3	–8	–35	–15	2
Lithuania	–5	–13	–38	–24	2
Moldova	–2	–12	–29	–9	2
Kazakhstan	0	–13	–13	–12	–25
Kyrgyzstan	3	–5	–25	–16	–27
RUSSIA	–4	–13	–19	–12	–15
Tajikistan	–2	–7	–29	–11	–21
Turkmenistan	2	–5	–5	–10	–20
Ukraine	–3	–12	–17	–17	–23
Uzbekistan	2	–1	–11	–2	–3

Fonte: TSYGANKOV, 2016, p. 86.

A este dramático quadro socioeconômico somavam-se constantes crises institucionais motivadas por disputas entre os poderes executivo e legislativo, pelo alastramento da corrupção e pelas denúncias de fraudes eleitorais. Neste contexto, a política externa durante o governo de Boris Yeltsin refletiu as disputas domésticas em um cenário altamente hostil, incapaz de chegar a consensos mesmo sobre matérias em que, na época, não havia

significativas diferenças de posições. A explícita prioridade que Yeltsin deu às relações com os EUA nos primeiros anos de seu mandato tornou-se foco de críticas dos opositores, os quais enxergavam estas como um bote de salvação do presidente: pleitear assistência econômica e política ocidental para compensar a debilidade e falta de apoio internamente. Conforme afirma Bobo Lo (2003, p. 18), aumentava a percepção de que as relações do Kremlin com o mundo pautavam-se não por objetivos sociais amplos, mas para fins políticos particulares, como a própria preservação do presidente. "Como consequência, muitos na elite passaram a ver o ocidente como cúmplice na disputa doméstica ao invés de um parceiro na cooperação em segurança internacional do pós Guerra Fria" (LO, 2003, p. 18).

Tais desacordos revelavam sentimentos e percepções contraditórios, não apenas na população em geral, mas também na elite, acerca de qual seria o lugar da Rússia no novo sistema internacional. A *intelligentsia* (a intelectualidade formadora de opinião) dividia-se novamente acerca de qual deveria ser o caminho a ser seguido pelo país, reeditando os antigos debates entre ocidentalistas (*zapadniks*) e eslavófilos[4]. Desta vez, contudo, a questão se dava em torno do nível desejável de alinhamento com os países ocidentais e de integração às suas instituições. Permeando estas divergências havia o dilema de que se o país não mais era uma superpotência (ou império), seu tamanho e pluralidade étnica também não permitia agrupá-lo como um estado-nação. Tendo se habituado por gerações a uma política externa global, atuante em praticamente cada canto do planeta, a elite e os governantes russos não concebiam o rebaixamento do país ao status de mera potência regional. Independentemente do caminho, integração com o ocidente ou não, entendiam que a Rússia continuaria sendo um país fundamental para a ordem internacional (ANDERSON, 2015).

Pelo menos durante os anos iniciais de seu governo, Yeltsin e seu ministro das relações exteriores, Andrei Kozyrev, fizeram uma clara escolha sobre qual direção seguir: o alinhamento mais estreito possível com os países e com as instituições ocidentais. De fato, antes mesmo do fim da URSS, Yeltsin tinha atacado o projeto de reforma de Gorbatchev como utópico, apregoando a necessidade de reformas mais radicais. Contudo, antes de assegurar sua posição na presidência, Yeltsin evitou explicar como exatamente pretendia mudar o sistema soviético, sendo cuidadoso em ocultar dos eleitores sua inclinação para transformar completamente a economia russa em direção ao liberalismo econômico, nunca

[4] Estes debates dizem respeito às discordâncias acerca do que seria a identidade nacional russa, atingindo seu auge durante meados do século XIX. Enquanto os ocidentalistas identificavam a Rússia como parte de uma civilização europeia comum, cujos valores e conquistas seriam de inestimável valor para o pleno desenvolvimento do país, os eslavófilos enfatizavam a singularidade (e a superioridade) dos valores nativos, o que justificaria a escolha de uma trajetória nacional autocentrada.

tendo usado a palavra "capitalismo" em público. Isto pode ser explicado pelo fato de que, enquanto o PCUS sofria amplo rechaço popular, apenas uma minoria (17%) desejava um "sistema capitalista de livre mercado como o dos EUA ou da Alemanha", mais de 80% da população acreditava que "o estado deve garantir alimentação e moradia para todo cidadão" e apenas 3% apoiava a privatização da indústria pesada [5]. (KOTZ; WEIR, 2007, p. 132-133, tradução nossa).

Curiosamente, ao mesmo tempo em que grande parte da população tinha ressalvas acerca das medidas de transição capitalistas, estas encontraram apoio não apenas entre liberais idealistas – os quais afirmavam que após reformas radicais os padrões de vida dos russos melhorariam em cerca de um ou dois anos – mas na própria *nomenklatura* do antigo PCUS. (TSYGANKOV, 2016, p. 60-62). Isto ocorreu, pois, com o processo de flexibilização da legislação soviética que bania a propriedade privada, iniciado pela perestroika, uma parcela da elite partidária começou a se engajar em negócios de capital privado. Assim, parte dessa burocracia, valendo-se de sua posição administrativa privilegiada, conseguiu converter empresas estatais em firmas para lucro particular. Conforme afirmam Kotz e Weir (2007, p. 109-115), este processo deu-se muitas vezes de forma clandestina, vários anos antes que as políticas de privatização fossem oficializadas. Assim,

> uma mudança para o capitalismo permitir-lhes-ia possuir os meios de produção, não apenas administrá-los. Eles seriam capazes de acumular riqueza pessoal de modo legítimo. Poderiam assegurar o futuro de seus filhos, não apenas por meio de contatos e de influência, mas através da transferência direta de riqueza (KOTZ; WEIR, 2007, p. 109-110, tradução nossa).

A comunhão de interesses entre reformadores liberais e parte da antiga elite soviética teve importantes reflexos na política externa de Yeltsin e Kozyrev, uma vez que a nova liderança associava diretamente o sucesso das medidas liberalizantes à parceria com o Ocidente. Com isso, o governo russo buscava angariar não somente apoio político, mas também material, na forma de ajuda financeira e atração de grandes somas de capital através de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Muitos políticos russos chegaram mesmo a vislumbrar algo similar a um Plano Marshall para a Rússia, o qual garantiria centenas de bilhões de dólares como auxílio, em conjunto a um programa de ortodoxia econômica

[5] Estes dados referem-se a uma pesquisa de opinião conduzida em maio de 1991 na parte europeia da Rússia pelo The Times Mirror Center, organização com sede nos EUA. Nela foram entrevistadas 1123 pessoas acerca de várias questões relacionadas a temas políticos e sociais. Kotz e Weir afirmam que, caso a amostra não contivesse uma porcentagem desproporcional de residentes de Moscou e São Petersburgo, a rejeição ao modelo capitalista seria ainda maior, conforme verificado em outras pesquisas realizadas no mesmo ano (KOTZ; WEIR, 2007, p. 132-134).

impulsionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). (TSYGANKOV, 2016, p. 74). O que de fato a administração Yeltsin conseguiu foi a tão esperada adesão russa ao FMI e ao Banco Mundial, em junho de 1992.

Os pacotes de empréstimo aprovados, todavia, ficaram bem abaixo da expectativa e mesmo Yeltsin admitiu, em julho de 1992 (durante a reunião do G-7, grupo no qual a Rússia ingressou no mesmo ano), que 24 bilhões de dólares em empréstimos "não salvariam" a Rússia, apenas investimentos diretos massivos poderiam fazê-lo. Contudo, a aposta neste tipo de ingressos de capitais estrangeiros também foi frustrada, uma vez que, entre 1990 e 1995, até mesmo repúblicas da Ásia Central como Azerbaijão, Turcomenistão e Cazaquistão atraíram maiores somas de IED (em relação aos seus respectivos PIBs). Países do Leste Europeu como Estônia, República Tcheca e Polônia receberam individualmente, também em valores relativos aos seus respectivos PIBs, investimentos que ultrapassaram em dezenas de vezes os aplicados na Rússia no mesmo período – tendo apenas a Hungria recebido uma quantia 53,6 vezes maior. (FISH apud TSYGANKOV, 2016, p. 74-75).

As decepções com a nova parceria ocidental não se restringiram ao campo econômico, abrangendo também as questões de segurança e defesa internacionais. Os primeiros anos do Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa (MIDRF) [6] sob a liderança de Kozyrev foram marcados por um forte apoio à agenda de segurança capitaneada por Washington. Notadamente, a diplomacia russa não demonstrou oposição às intenções iniciais de expansão da OTAN no pós Guerra Fria, pois esperava que a Rússia fosse igualmente incluída na aliança. Moscou também apoiou as sanções econômicas impostas contra a Iugoslávia em 1992, bem como o plano apresentado pelas chancelarias estadunidense e britânica para a criação de uma confederação na Bósnia-Herzegovina, não impondo veto sobre as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que permitiram o uso da força contra este país. Ao agir deste modo, o governo russo aspirava ingressar plenamente nas estruturas de governança ocidentais, sendo reconhecido como uma potência relevante para a manutenção da ordem internacional.

A frustração de tais expectativas alimentou a oposição à condução da política externa sob Kozyrev e aos rumos do governo Yeltsin em geral. Lideranças militares, políticos e intelectuais viam como emblemático o fato da OTAN não demonstrar intenções de convidar a Rússia a tomar parte nela como membro pleno, o que demonstrava, segundo parte destes setores, que a ampliação da aliança atlântica visava isolar ao invés de integrar o país. Neste

[6] *Ministerstvo inostrannikh del Rossiiskoi Federatsii.*

contexto, notabilizou-se a crítica do então diretor do Serviço de Inteligência Exterior (SVR) [7], Yevgueni Primakov, o qual traçou paralelos entre as hostilidades da Guerra Fria com o risco de um novo isolamento russo, como resultado do expansionismo militar ocidental. Assim, como resposta a derrota sofrida nas eleições legislativas de 1993, Yeltsin substituiu figuras do alto escalão do governo, nomeando Primakov como novo ministro das relações exteriores. (KOTZ; WEIR, 2007, p. 195-197).

Reconhecendo a debilidade russa no sistema internacional, devido tanto às instabilidades domésticas quanto ao ambiente geopolítico desfavorável, a equipe comandada por Primakov visava recuperar o status de grande potência da Rússia por meio de uma diplomacia concentrada em dois eixos principais: balancear as pretensões hegemônicas dos EUA através de coalizões com outros países e buscar maior integração do espaço pós-soviético sob a liderança de Moscou. A lógica subjacente a esta política externa era a de que uma ordem mundial dominada por Washington não significaria mais democracia e segurança, mas apenas tornaria o Kremlin incapaz de se fazer ouvir na política internacional. Assim, caberia à Rússia um papel geopolítico importante como um polo de poder independente em uma desejada ordem multipolar.

Isso não implicaria em uma política de confronto com o Ocidente, nem de alianças estanques com outros atores apenas visando contrabalancear o poder deste. Tratava-se, antes, de promover ativamente a política externa com uma gama mais ampla de atores, tendo em conta os "interesses russos" em primeiro lugar. Por isso, sem ignorar as considerações geopolíticas supracitadas, a cooperação seria desejável sempre que possível, inclusive com países ocidentais, desde que respeitado o princípio da equidade de poderes. (TSYGANKOV, 2016, p. 97-103). Complementando tal proposta por uma política externa engajada com um leque mais diversificado de atores (chamada por Primakov de "multivetorial") e, simultaneamente, atenta às realidades geopolíticas, somava-se a preocupação com uma presença mais ativa na antiga área soviética.

Na Europa Oriental, já vislumbrando a projeção de forças frente à OTAN, Moscou procurou aprofundar os laços com as ex-repúblicas soviéticas eslavas. Deste modo, em abril de 1996, foi celebrado o tratado sobre a formação de uma "união estatal" entre a Rússia e Bielorrússia, a partir do qual estes países propunham uma ampla integração nas esferas política e militar. Em maio de 1997, Rússia e Ucrânia assinaram um acordo de amizade no qual estes Estados reconheciam mutuamente a soberania do outro e a legalidade formal de

[7] *Slujba vneshney razvedki.*

suas fronteiras. Apesar de ter possibilitado a Moscou o continuado posicionamento de sua Frota do Mar Negro na base de Sevastopol, este tratado foi alvo de críticas na Rússia, uma vez que legitimou o domínio ucraniano sobre a Crimeia. Ainda assim, este foi ratificado em 1999, sob o apoio incisivo de Primakov, o qual não via o tratado como uma concessão à Ucrânia, mas como um passo importante para o aprimoramento das relações com este país.

Além do leste europeu, o governo russo vislumbrava reavivar sua influência nas repúblicas da Ásia Central e do Cáucaso. Tal aspiração foi influenciada pela percepção do SVR de que o vácuo de poder deixado pelo desaparecimento da URSS nestas regiões poderia vir a ser preenchido por outros Estados, como Irã e Paquistão, bem como havia possibilitado a emergência de novas ameaças, notadamente o tráfico de drogas e o florescimento do fundamentalismo islâmico. Neste sentido, o Kremlin conseguiu negociar a permanência de tropas russas no Quirguistão, no Turcomenistão e no Tajiquistão. A política externa russa também logrou um papel relevante nos acordos que encerraram a guerra civil neste último, tendo sido o tratado de paz assinado em Moscou, em junho de 1997. (TSYGANKOV, 2016, p. 120). A assertividade russa, contudo, não teve o mesmo sucesso no Cáucaso. Na Geórgia, o apoio dado aos separatistas da Abkhásia impossibilitou que a Rússia cumprisse um papel mediador para a resolução pacífica dos conflitos naquele país[8]. Ainda mais alarmante para Moscou, porém, era a incapacidade de manter pleno controle sobre a Chechênia – não obstante a pesada intervenção militar empreendida neste território.

Além destes desafios no espaço pós-soviético, a política externa russa encontrou dificuldades ainda maiores em frear as ofensivas militares patrocinadas por Washington. Apesar de Rússia e China estreitarem laços diplomáticos e chegarem mesmo a assinar conjuntamente uma declaração acerca de "um mundo multipolar", a visão de Primakov sobre um polo alternativo de poder (que também incluiria a Índia) o qual pudesse fazer frente às ambições hegemônicas dos EUA não se materializou. Assim, diante da expansão da OTAN, em 1999, e dos bombardeios do Iraque (1998) e da Iugoslávia (1999), restara ao governo russo apenas o consolo de ter obtido um mecanismo de consulta permanente com a aliança ocidental e o compromisso desta em não posicionar armas nucleares ou tropas significativas no território dos novos países membros. Frente aos resultados alcançados, portanto, a política externa "multivetorial" parece ter atingido apenas parcialmente as metas propostas. Todavia, alguns acadêmicos (MACFARLANE apud TSYGANKOV, 2016, p. 127) consideram tais

[8] Os conflitos na Geórgia, relacionados às regiões separatistas da Abkhásia e da Ossétia do Sul, bem como o envolvimento russo neles, são tratados com mais detalhes no capítulo dois deste trabalho.

resultados notáveis levando-se em conta que foram obtidos em um período no qual a Rússia encontrava-se extraordinariamente debilitada financeira e politicamente.

1.2 Continuidades e mudanças na política externa russa da era Putin

Quaisquer que fossem as opiniões acerca dos rumos internacionais do país sob o seu primeiro presidente, parecia haver um consenso: Yeltsin falhou em satisfazer qualquer uma delas. Ao final do seu governo, aqueles contrários à busca de relações privilegiadas com os EUA criticavam-no por ter permitido a "humilhação nacional" advinda de derrotas como o bombardeio da Sérvia pela OTAN e a expansão da aliança atlântica na Europa oriental. Tais críticos argumentavam que os protestos e a escalada retórica de Yeltsin diante destes fatos eram insuficientes, sendo necessárias contramedidas que permitissem balancear a hostilidade ocidental para garantir a defesa dos "interesses nacionais" da Rússia. Já os apoiadores de uma política externa liberal mostravam-se decepcionados com uma integração russa aos regimes internacionais aquém das expectativas, criticando a inconsistência de Moscou em seu engajamento com o ocidente, o qual parecia alternar entre cooperação e confronto (LO, 2003, p. 14).

A lacuna entre o "sentimento de grande potência" (*derzhavnost*) e a realidade de uma Rússia enfraquecida e desprestigiada acarretou importantes consequências políticas. A mais imediata foi o repúdio à política internacional empreendida inicialmente por Yeltsin, o qual já se encontrava extremamente desgastado devido às crises domésticas. Outra implicação foi o crescimento do ceticismo frente à possibilidade de integração plena com o ocidente, pelo menos no formato e na velocidade com que eram pensadas durante o começo dos anos 1990. Isso não significa que houve uma guinada antiamericana no início da presidência de Putin, mas que as posições liberais entusiastas de um Estado mínimo e do alinhamento automático com os EUA enfraqueceram-se. Ao mesmo tempo, o novo presidente não compartilhava – pelo menos durante os primeiros anos de seu governo – a mesma ênfase dada por Primakov às ameaças representadas por outros Estados. Sob a perspectiva do novo governo, a Rússia deveria permanecer atenta às questões de defesa, contudo, especialmente importante era a arena econômica, ou seja, a luta por maior espaço na economia mundial.

Deste modo, o rumo seguido por Putin na esfera internacional – por vezes denominado "cooperação pragmática" (TSYGANKOV, 2016, p. 135-172) – não correspondia exatamente a nenhum dos modelos tentados durante a presidência de seu antecessor. Por um lado, o governo não estava disposto a fazer concessões em áreas sensíveis, tais como OTAN e

sistemas de defesa antimísseis, nem em suas pretensões de garantir à Rússia o status de grande potência; por outro, nos pontos em que havia convergência de interesses com o ocidente, os benefícios pareciam tão vantajosos que a cooperação voltava a ocupar um lugar central na orientação internacional russa. Neste sentido, Perry Anderson (2015, p. 17, tradução nossa) afirma que, durante os primeiros mandatos de Putin e também na presidência de Dmitri Medvedev, mesmo havendo atritos, "a parceria com o ocidente permaneceria o objetivo primordial [da política externa russa]".

O Kremlin sob Putin parecia trilhar, portanto, o caminho para a inserção internacional da Rússia como uma economia de mercado e como um parceiro confiável na manutenção da ordem internacional, procurando atuar na resolução de problemas comuns com Washington, notadamente o combate ao terrorismo. Neste caso, a cooperação russa com a "Guerra ao Terror" capitaneada pelo presidente estadunidense George W. Bush permitia ao Kremlin legitimar o endurecimento das ações militares na Chechênia e o combate aos terroristas domésticos, associando-os à luta contra o terrorismo internacional. O governo russo sinalizava disposição em aceitar as normas do sistema internacional, desde que isso não implicasse em abdicar de sua própria autonomia. "Moscou havia abandonado quaisquer pretensões de oferecer uma alternativa à civilização do capital e suas formas políticas. Mas não renunciou seu direito à autonomia dentro dela" (ANDERSON, 2015, p. 12, tradução nossa). Isto parecia indicar que a Rússia mostrava-se aberta a acatar os regimes existentes ao mesmo tempo em que se reservava o direito de perseguir seus próprios interesses como potência.

O peso conferido pelos pesquisadores supracitados ao poder executivo e, particularmente, à figura do presidente Putin na direção da política externa russa suscita indagações acerca da origem de tamanha autoridade. As prerrogativas formais do chefe do executivo justificam a enorme relevância atribuída a ele? Que papel desempenham outros atores (instituições ou indivíduos) diretamente envolvidos na condução dos assuntos externos da Federação Russa, tais como os ministérios ou mesmo o poder legislativo? De fato, conforme indicam Kotz e Weir, o próprio Putin não esconde sua preferência por um Estado centralizado, justificando tal posição como uma característica inerente a seu país: "em geral, a Rússia desenvolveu-se desde o início como um Estado supercentralizado. É parte do seu código genético, de sua tradição e da mentalidade do seu povo." (PUTIN apud KOTZ; WEIR, 2007, p. 277, tradução nossa). Ainda que não caiba aqui uma análise exaustiva acerca de tais questões, faz-se necessário abordar brevemente como tal "supercentralização" reflete-se no norteamento da politica externa russa.

De acordo com a constituição russa atualmente em vigor (promulgada em 1993), a autoridade formal sobre a política externa da Federação Russa cabe ao chefe de Estado, ou seja, ao presidente. Conforme o artigo 80 da carta magna, é ele quem determina as "direções básicas" da política externa bem como da doméstica, sendo o representante do país em ambas as esferas. Assim, é responsabilidade do presidente conduzir negociações e assinar tratados internacionais, nomear e dispensar os representantes diplomáticos (após consultas com os comitês parlamentários) e receber as credenciais dos embaixadores estrangeiros (artigos 83 e 86 da constituição). (WHITE, 2006, p. 30-31).

O Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa (MIDRF) é o instrumento formal do poder executivo para a condução de relações com outros Estados e também é através dele que o governo russo se comunica com o parlamento sobre matérias de política internacional. Segundo Stephen White (2006, p. 31), este ministério caracteriza-se por ter um papel subordinado na formulação política – nas palavras do próprio ministro das relações exteriores, Sergei Lavrov, "o presidente define a política externa e o Ministério das Relações Exteriores a conduz" (LAVROV apud WHITE, 2006, p. 31, tradução nossa). Tal posição decorre não apenas da grande autoridade outorgada à presidência pela carta de 1993, mas também ao fato de que há uma intersecção do MIDRF com outras instituições governamentais no tocante à condução dos assuntos internacionais, nomeadamente o Conselho de Segurança da Federação Russa (SBRF) [9], o Diretorado Presidencial de Política Externa [10] e o Ministério da Defesa (MO) [11]. (WHITE, 2006, p. 31).

No que concerne à Assembleia Federal (o parlamento russo), tanto a câmara baixa (Duma), quanto a câmara alta (Conselho da Federação) possuem comitês que tratam sobre os assuntos relacionados à esfera internacional, tais como defesa e segurança e relações exteriores, bem como comitês sobre a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Tais comitês podem convocar audiências parlamentares, incluir temas na pauta de discussões do plenário e também são consultados pelo MIDRF por ocasião da nomeação de embaixadores, embora os parlamentares não tenham autoridade para rejeitar tais nomes. O parlamento tem, entretanto, o poder de ratificar ou não os tratados internacionais assinados pelo governo – o que implica na capacidade de, ao menos, atrasar significativamente a aprovação destes. Dentre os casos notáveis em que a Duma fez uso de tal prerrogativa, destacam-se o Protocolo de Kyoto de 1997, ratificado apenas em 2004 após intensos debates e, na esfera da segurança,

[9] *Sovet Bezopasnosti Rossiiskoi Federatsii.*
[10] O Diretorado e o SBRF fazem parte do Gabinete Executivo Presidencial. O SBRF é dirigido pelo próprio presidente, o qual também é responsável pela nomeação dos membros deste conselho.
[11] *Ministerstvo Oborony.*

a ratificação do segundo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START-2) [12], em 2000 – sete anos depois de sua assinatura e quatro após sua ratificação pelo senado estadunidense. (WHITE, 2006, p. 31-32).

A constituição russa, portanto, confere pouco poder para a Assembleia Federal formular ativamente os rumos da política externa do país. Existem, entretanto, alguns instrumentos constitucionais concedidos aos legisladores os quais permitem aos parlamentares influenciar ou mesmo limitar as ações conduzidas pelo poder executivo. Além da capacidade do parlamento de impedir ou atrasar a implementação dos tratados internacionais assinados pelo presidente, compete ao Conselho da Federação autorizar o emprego de tropas russas no exterior (artigo 102 da constituição). (WHITE, 2006, p. 33). Formalmente, esta prerrogativa implica em um limitador significativo à capacidade do uso da força por iniciativa unilateral do poder executivo. Na prática, contudo, o governo russo já demonstrou não possuir constrangimento para intervir militarmente em países vizinhos sem a anuência prévia da Assembleia Federal – como se provou por ocasião da guerra na Geórgia, em 2008. (ROUDIK, 2008).

Mesmo esta limitada margem de manobra em relação ao executivo tornou-se pouco relevante, tendo em vista que, a partir das eleições legislativas de 2003, a coalizão governista liderada pelo partido Rússia Unida passou a ocupar a ampla maioria dos assentos do parlamento russo. Com isso, o governo passava a dispor de votos suficientes para aprovar a legislação que desejasse e até mesmo para alterar a constituição. Tal concentração de poderes, bem como a própria eleição de Putin, deu-se em uma atmosfera política marcada pela retórica da segurança estatal, tendo em vista a violência no Cáucaso e uma série de atentados terroristas ocorridos na Rússia – culminando no massacre da escola tomada por militantes chechenos em Beslan, em setembro de 2004, que resultou em mais de 340 mortos, dos quais a maioria eram crianças. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 384-385). Em meio à comoção nacional gerada por este evento, Putin anunciou – justificando como uma necessidade da luta contra o terrorismo – o fim das eleições diretas para governadores regionais, os quais seriam doravante indicados pelo presidente. Tais nomeações deveriam ser aprovadas pelos parlamentos locais, todavia, Putin também havia acumulado às prerrogativas presidenciais a possibilidade de dissolver estas legislaturas. Segundo Kotz e Weir, tamanha centralização do poder, bem como o controle estatal direto ou indireto da mídia e as restrições

[12] *Strategic Arms Reduction Talks.*

impostas a protestos públicos "indicavam um regime cada vez mais autoritário na Rússia" (KOTZ; WEIR, 2007, p. 279, tradução nossa).

Dado este quadro geral, mesmo figuras públicas favoráveis ao governo Putin, como Serguei Karaganov (presidente honorário do Conselho sobre Política Externa e de Defesa e assessor da administração presidencial), tem apontado críticas à demasiada centralização no processo de tomada de decisões da política externa russa. Usando a posição russa nas eleições ucranianas de 2004 como exemplo, este acadêmico explica que a importância atribuída a indivíduos em detrimento de instituições produz situações nas quais "quase tudo" foi decidido pelo presidente, ficando o MIDRF "semi-removido do processo decisório" e o SBRF ausente (KARAGANOV apud WHITE, 2006, p. 35, tradução nossa). Assim como na política externa russa em geral, também na esfera da defesa o poder da presidência é proeminente. Conforme afirma Stephen White (2006, p. 36, tradução nossa):

> As responsabilidades constitucionais do presidente são muito extensas, incluindo tomada de decisões (como comandante-em-chefe), elaboração de políticas (como a pessoa que autoriza a doutrina de defesa do país) e [nomeação de] pessoal (ele aponta e demite o alto comando das forças armadas). É o presidente quem lidera o Conselho de Segurança e confirma a doutrina militar do país (artigo 83) e é ele quem atua como comandante-em-chefe e quem declara o estado de guerra. (artigo 87).

O mesmo autor assevera que as deliberações pertinentes à área de defesa e segurança durante o governo Putin podem ter sido adotadas inicialmente sem ter necessariamente refletido os debates entre as elites, tamanha a prerrogativa presidencial nos assuntos militares. Este autor admite, contudo, que tais decisões só poderiam ser sustentadas ao longo do tempo se levassem em conta as opiniões dessas elites nacionais, bem como do público mais amplo. De tal modo, o regime liderado por Putin seria caracterizado por apresentar uma institucionalidade fraca, no qual a liderança central tem maior preponderância política e os indivíduos mais próximos ao presidente exercem um papel de relevância acentuada. (WHITE, 2006, p. 40-41). Tais arranjos de proximidade não são definidos apenas conforme a posição hierárquica dos membros pertencentes ao gabinete presidencial, estendendo-se a outros funcionários de alto escalão e a indivíduos sem cargos oficiais, mas associados pessoalmente ao chefe do executivo.

Por meio de estudo realizado em conjunto com pesquisadores russos e fontes ligadas ao Kremlin, White (2006, p. 41-42) buscou identificar a composição deste círculo íntimo presidencial. Isto foi feito ao analisar as reuniões nas quais o presidente tomou parte diretamente, identificando os padrões de frequência destas e quais indivíduos participaram de

quase todas elas. A partir desta análise, o autor destacou três tipos de reuniões que ocorrem com maior regularidade, sendo duas de frequência semanal: uma com os principais membros do governo e outra com os integrantes do SBRF. O terceiro tipo de encontro seria mais discreto, sendo composto por integrantes do que as fontes do Kremlin apelidaram como o "grupo de chá" do presidente: indivíduos que compartilham origens em comum com Putin, oriundos de São Petersburgo ou dos serviços de segurança. Estes últimos, comumente denominados *siloviki*[13], compõe um setor que passou a ocupar um número expressivo de altos postos no governo russo com a ascensão de Putin – cerca de um terço do total e de 60% do círculo íntimo do presidente (KRYSHTANOVSKAYA apud KOTZ; WEIR, 2007, p. 279-280).

White conclui que, apesar de haver significativa intersecção entre os indivíduos que participam destes três tipos de reuniões, destaca-se a presença constante de dois deles, Serguei Ivanov e Dmitri Medvedev. Cada um parece representar, respectivamente, os setores que compõe o "grupo governante", *siloviki* e liberais. Enquanto Ivanov havia sido um oficial da KGB[14] e atuado como ministro da defesa entre 2001 e 2007, Medvedev presidiu, entre 2000 e 2008, o conselho diretivo da Gazprom, a gigante empresa russa do setor de gás natural. Conforme White, Putin aparenta manter um equilíbrio entre os dois lados a fim de não se tornar demasiado dependente de nenhum deles. O autor também destaca que é necessário cuidado para não exagerar as diferenças entre estes indivíduos, uma vez que Medvedev, por exemplo, já defendeu a unidade entre o grupo governante como condição para a manutenção da Rússia como Estado. (WHITE, 2006, p. 42). Mesmo durante a presidência de Medvedev, apesar de haver uma retórica favorável à "modernização" da economia e a uma maior independência do poder judiciário, os *siloviki* mantiveram significativa presença no aparato estatal. (SAKWA, 2013).

Ainda que as principais linhas da política externa russa possam ser traçadas no interior de um pequeno grupo governante e existam poucas limitações institucionais neste processo, isso não significa que inexistam restrições. Uma parte destas advém do ambiente externo, ou

[13] "Pessoas das forças", em alusão aos indivíduos provenientes das forças armadas e de outras instituições de natureza militar, tais como polícias, serviços de inteligência e de espionagem. Kotz e Weir apontam que este setor é conhecido por defender posições ideológicas estatistas e autoritárias. Estes autores, contudo, defendem que a escalada das tendências autoritárias sob Putin não se explica apenas pela proeminência alcançada por tais indivíduos, mas sim "pela evolução do sistema socioeconômico na Rússia sob o impacto de anos de reestruturação neoliberal" (KOTZ; WEIR, p. 280, 2007).

[14] Comitê de Segurança do Estado (*Komitet gosudarstvennoy bezopasnosti*), foi a principal agência de inteligência soviética, atuando também como polícia secreta. Com o fim da URSS, foi substituída pelo Serviço de Inteligência Exterior (SVR - *Slujba vneshney razvedki*) e pelo Serviço Federal de Segurança (FSB - *Federalnaya slujba bezopasnosti*). Assim como Serguei Ivanov, Putin também pertenceu às fileiras da KGB. Este atuou como diretor do FSB entre julho de 1998 e agosto de 1999, sendo Ivanov o seu vice.

seja, da posição da Rússia no sistema internacional, das suas capacidades, limitações e dos compromissos assumidos pelo país. A outra parte reside no espaço doméstico, onde não é possível ignorar plenamente a opinião pública e a das elites[15]. De fato, o Kremlin sob Putin parece estar atento ao grau de aceitação de suas políticas, mantendo um centro de pesquisas de opinião próprio, o qual atualiza o presidente acerca das preferências dos cidadãos russos. Há uma preocupação particular em cultivar uma imagem de "relacionamento direto" do presidente com a população, através, por exemplo, das longas coletivas de imprensa ao vivo nas quais Putin responde não somente às perguntas de jornalistas nacionais e internacionais, mas também àquelas enviadas ou feitas na hora por cidadãos comuns. (WHITE, 2006, p. 42-43; WALKER, 2015b).

Neste sentido, na esfera da política externa o governo Putin beneficia-se de altos índices de aprovação entre os cidadãos russos. Segundo pesquisas de opinião apresentadas por White (2006, p. 43), 64% dos entrevistados russos aprovam a política externa do governo Putin em geral e 65% deles acreditam que o presidente conseguiu restaurar a posição internacional da Rússia, pelo menos parcialmente. Tais índices são bastante significativos, especialmente se comparados à satisfação dos russos com a atuação governamental no âmbito doméstico: 40% opinam que o governo foi bem sucedido em restaurar a ordem pública e 33% afirmam que houve uma melhora nas condições de vida. White também destaca o significativo apoio dos russos às relações com as demais antigas repúblicas soviéticas, bem como à defesa dos russófonos nos países da região. Tal proximidade explica-se pela existência de vínculos concretos: mais de um terço dos entrevistados afirma possuir parentes em outros países que compunham a URSS e 46% deles já haviam visitado a Ucrânia. Assim,

> independentemente do seu status formal, as repúblicas da antiga União Soviética – particularmente as repúblicas eslavas e o Cazaquistão – permanecem sendo uma comunidade humana e não há virtualmente qualquer político proeminente que não seja favorável a uma associação mais próxima [a estas repúblicas] (WHITE, 2006, p. 43, tradução nossa).

Conforme será abordado mais adiante, a crescente assertividade do governo Putin para afirmar os interesses russos no chamado "exterior próximo" [16] chocou-se com a proposta de

[15] Além dos indivíduos já citados, dentre o rol de figuras consideradas relevantes na formulação de políticas destacam-se os liberais German Gref (presidente do Sberbank, o maior banco russo, e ex-ministro do desenvolvimento econômico) e Alexei Kudrin (ministro das finanças e vice-primeiro ministro até 2011), bem como os *siloviki* Nikolai Patrushev (secretário do SBRF e ex-diretor do FSB) e Serguei Shoygu (ministro da defesa e ex-ministro para situações de emergência). (BUSHUEV, 2014; LEICHTOVA, 2014, p. 6, 129-143).

[16] Designação que tornou-se comum na Federação Russa para nomear os Estados vizinhos que também integravam a antiga URSS. Distingui-se, assim, a relevância especial desta região para a Rússia em relação ao "exterior distante" (os demais países).

"cooperação pragmática" para o Ocidente. Tais atritos deram-se tanto em temas relacionados à defesa, tais como as questões supracitadas envolvendo a expansão da OTAN e a instalação de dispositivos antimísseis, como no âmbito econômico. De fato, no âmago da crise ucraniana reside o cruzamento de tais divergências. Assim, na seção seguinte serão abordados interesses político-econômicos relevantes à compreensão da política externa empreendida pelo Kremlin no espaço pós-soviético.

1.3 Interesses governamentais na esfera político-econômica e a relevância dos recursos energéticos

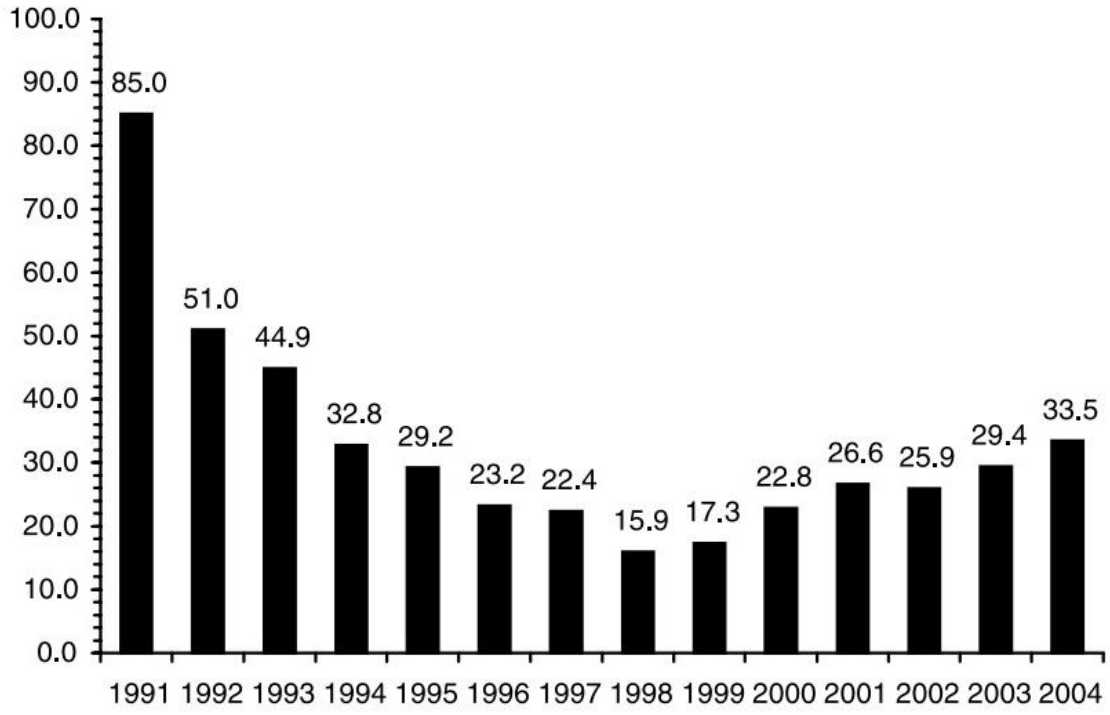
Além da crescente centralização da tomada de decisões nas mãos do executivo e da importância atribuída às considerações geopolíticas – particularmente sobre as questões de defesa, o reconhecimento do status de grande potência e das pretensões russas no seu "exterior próximo" – também é de fundamental importância, para a compreensão das ações empreendidas pelo governo russo no plano internacional, ter em conta a intersecção dos interesses político-econômicos que incidem sobre o Kremlin. Aqui também os impactos legados pela transição capitalista na Rússia assumem papel essencial. Tal como verificado anteriormente, as privatizações e as reformas liberalizantes resultaram em profundas sequelas econômicas, sociais e até demográficas, bem como no surgimento de uma reduzida, porém extremamente abastada, classe proprietária. Esta concentração de capitais nas mãos de alguns oligarcas deu-se concomitantemente a um processo de desindustrialização em larga escala, o qual marcou fortemente a inserção da Rússia na divisão internacional do trabalho no pós Guerra Fria.

Este processo deu-se em decorrência de vários fatores, tais como a drástica redução do poder de compra da população, a disposição do governo russo em seguir à risca as medidas liberais e a supracitada fuga de capitais que se seguiu às privatizações. O empobrecimento da população levou à diminuição da demanda por bens de consumo, ao mesmo tempo em que a equipe econômica de Yeltsin insistia em manter baixos níveis de gastos estatais, o que também reduziu a demanda gerada pelo setor público. A política de controle fiscal tornou-se ainda mais restritiva quando, a fim de cumprir com os requerimentos impostos pelo FMI, o governo começou a atrasar o pagamento de salários, de aposentadorias e de prestadores de serviços. Isto levou a uma onda de atrasos e de calotes nos pagamento dos salários dos trabalhadores russos. Kotz e Weir (2007, p. 242) apontam que, em 1996, apenas 30% dos

trabalhadores afirmaram receber o salário integralmente na data correta, enquanto 31% recebiam com atraso e 39% não estavam mais recebendo[17].

O governo russo afirmava que, com a adoção das reformas recomendadas pelas instituições financeiras internacionais, haveria aporte massivo de capital externo que resultaria na modernização da estrutura produtiva do país. Conforme visto anteriormente, tal perspectiva não se concretizou. Houve decepção com o auxílio financeiro ocidental, cujo pagamento estava atrelado a altas taxas de juros e cuja quantidade foi aquém da esperada – permanecendo, entre 1992 e 1999, abaixo do montante de capitais que deixou o país no mesmo período (TSYGANKOV, 2016, p. 90-91, 128-130). A soma do IED também ficou abaixo da expectativa e os juros elevados oferecidos pelo governo russo incentivaram investimentos de ganhos rápidos em curto prazo, prática que alimentou a bolha especulativa que culminou na crise financeira de 1998. Paradoxalmente, os mesmos juros altos que atraíam especuladores externos eram proibitivos para os nacionais que desejassem realizar empréstimos a fim de financiar atividades produtivas. (KOTZ; WEIR, 2007, p. 243, 332).

Figura 1 – Investimento anual bruto na Rússia entre 1991 e 2004 comparado ao ano de 1990 (1990 = 100%)

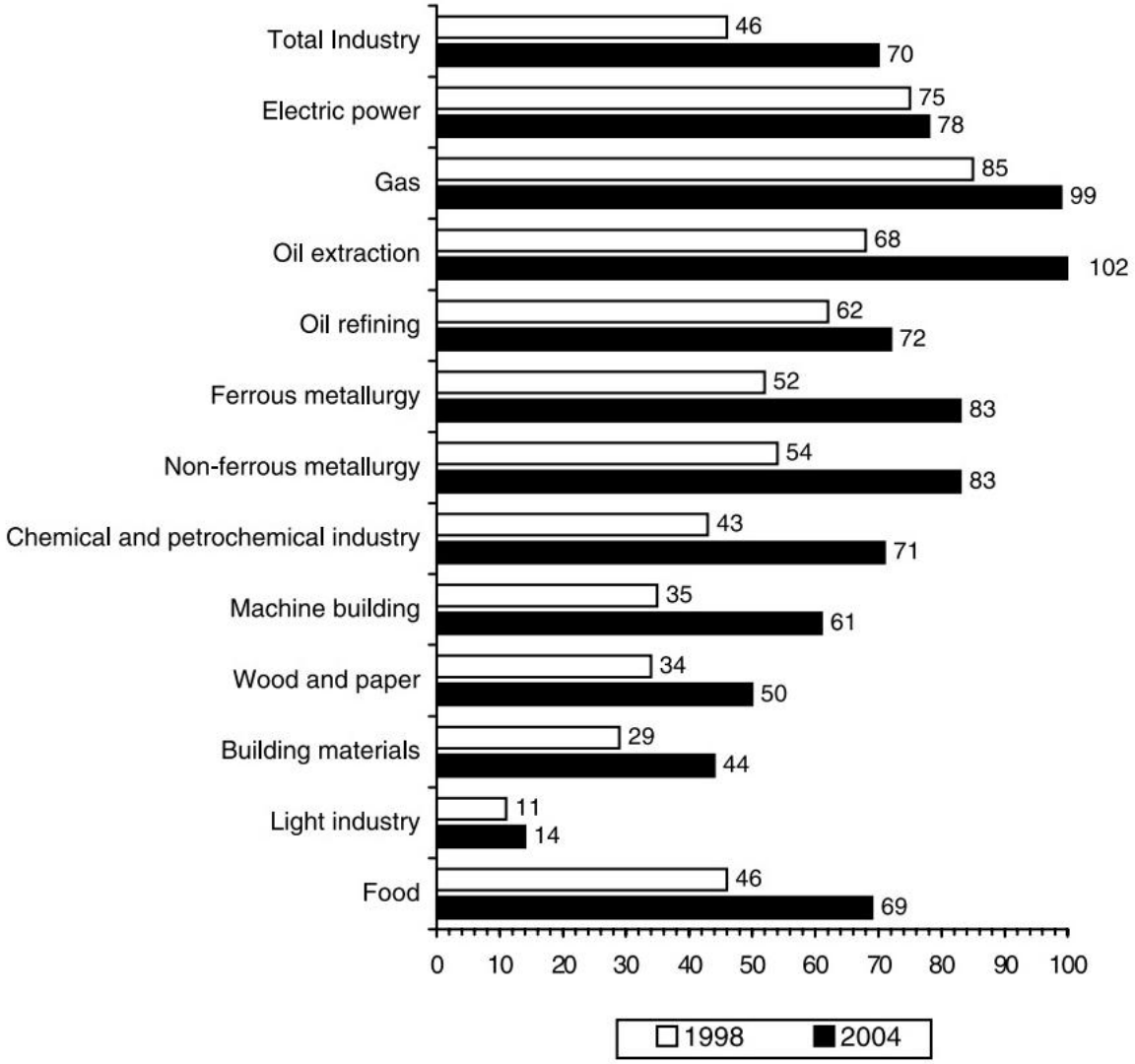


Fonte: KOTZ; WEIR, 2007, p. 240.

[17]Segundo estes autores, em setembro deste ano, a soma dos salários não pagos atingiu aproximadamente 36,5 trilhões de rublos (6,8 bilhões de dólares), o que representava 64% do montante mensal dos salários na Rússia. Neste período também havia se tornado comum a prática de remunerar trabalhadores fabris com as mercadorias produzidas por eles. (KOTZ; WEIR, p. 242, 2007).

Este quadro de baixa demanda agregada, depressão econômica, fuga de capitais, reduzido investimento estrangeiro e ausência de créditos para financiamento do setor produtivo provou-se desastroso para a indústria nacional russa. Conforme é possível conferir na Figura 1 acima, ao contrário da modernização prometida pelos defensores do receituário neoliberal, o que se verificou foi um drástico declínio nos níveis de investimento na economia, cuja queda somava mais de 84% entre 1990 a 1998.

Figura 2 – Produção industrial russa em 1998 e em 2004, comparada ao ano de 1990 (1990 = 100%)



Fonte: KOTZ; WEIR, 2007, p. 241.

Como resultado, o valor da produção industrial russa em 1998 correspondeu a apenas 46% do nível alcançado em 1990, afetando fortemente a produção de máquinas e a indústria leve, cujas quedas alcançaram neste período 65% e 89%, respectivamente. Conforme a Figura 2, ainda em 2004, o único ramo industrial que voltou a alcançar o mesmo patamar do que fora

produzido em 1990 foi a extração de petróleo, sendo seguida de perto pela produção de gás, a qual ficou 1% atrás do nível atingido em 1990. (KOTZ; WEIR, 2007, p. 239-241). Isto significou a debacle de parte considerável da indústria doméstica russa e a ascensão da exportação de commodities (notadamente hidrocarbonetos) como a força motriz da atividade econômica. Assim,

> da diversificada e altamente industrializada economia que tinha em 1990, a Rússia regrediu para uma economia centrada em torno da extração, e em alguma medida no processamento inicial, de matérias naturais para exportação no mercado mundial. [...] Treze anos após a Rússia ter sido direcionada à abertura para o mercado mundial e à motivação do lucro como forças orientadoras da sua reestruturação econômica, tais forças transformaram a Rússia em uma versão gigante do Kuwait. A motivação do lucro direcionou amplamente a atividade econômica rumo ao petróleo, ao gás natural, a outros produtos minerais e aos metais [...] (KOTZ; WEIR, 2007, p. 253-254, tradução nossa).

Tendo em vista a maior centralização de poderes no governo federal e a escalada retórica do papel do Estado enquanto promotor da segurança e do desenvolvimento, a partir da presidência de Putin, teria o novo governo se distanciado do modelo liberal adotado por seu antecessor? De fato, o Estado russo voltou a assumir controle parcial sobre a indústria petrolífera (aproximadamente 45% dela) e tornou-se o acionista majoritário da Gazprom, empresa que passou a deter o monopólio legal da exportação de gás natural (além de ser a responsável por mais de 80% de sua produção). Também houve aumento da participação estatal em outros setores, tais como indústria bélica, nuclear e de metais, embora os hidrocarbonetos componham a parte mais significativa (HANSON, 2010, p. 193-195). Entretanto, mesmo autores que apontam elementos estatistas a partir do início dos anos 2000 admitem que as mudanças empreendidas "não equivalem a nada parecido com uma renacionalização da economia", mas que a maior submissão dos grandes negócios ao governo estaria mais associada à luta contra oligarcas demasiadamente poderosos e independentes e aos interesses particulares de indivíduos com grande influência política (HANSON, 2010, p. 193, 197, tradução nossa).

Tal opinião é embasada no fato de que parte destas aquisições deu-se por meio de processos judiciais contra oligarcas adversários do Kremlin. Nestes tipos de processo, comumente denominados de *reiderstvo* (derivação do termo em inglês *raiding*), várias ações coordenadas são empreendidas – as quais podem incluir processos criminais, difamação na mídia, batidas policiais e bloqueio de ativos de determinada empresa para forçar a queda do preço de suas ações ou mesmo sua dissolução – contra determinados indivíduos para coagi-los

a ceder sua participação em determinado negócio a preços rebaixados, ou mesmo sem receber nada em troca. Conforme afirma Sakwa (2013, p. 70-74), tais ações ocorreram em um contexto no qual a influência política sobre a aplicação da lei e a generalização da lógica de mercado para o conjunto das relações sociais, estimulada pela hegemonia neoliberal, facilitaram o alastramento da corrupção e a manipulação do sistema judicial.

> Deste modo, o sistema permite que facções altamente posicionadas persigam seus interesses individuais ou grupais de modo a ultrapassar as salvaguardas institucionais e os princípios geralmente aceitos de processo legal a fim de subornar as cortes em conformidade com seus desejos. (SAKWA, 2013, p. 73).

O *reiderstvo* já era praticado por tais facções bem posicionadas (em relação a sua proximidade ao governo), contudo, seu uso notabilizou-se a partir do caso contra Mikhail Khodorkovski, no qual o Kremlin obteve benefícios diretos ao assumir o controle dos ativos da poderosa petrolífera Yukos. Considerado o mais rico oligarca russo, Khodorkovski foi preso em outubro de 2003 e condenado a mais de oito anos de prisão por cometer fraudes fiscais e sonegação de impostos. Sua empresa, a Yukos, teve a parte mais valiosa de seus ativos absorvida pela Rosneft, companhia petrolífera dirigida pelo Estado. Este caso gerou alvoroço não apenas na Rússia, já que Khodorkovski ganhou considerável simpatia da mídia e do empresariado ocidental. Contudo, o que de fato destacou-se neste episódio não foi a presumível inocência do acusado – uma vez que, conforme apontam Donaldson, Nogee e Nadkarni (2015, p. 152), todos os oligarcas parecem ter se envolvido em negociatas "obscuras" – mas sim que ele havia sido punido por ter contrariado abertamente o Kremlin.

Isto ocorreu, pois, Khodorkovski empregava sua fortuna para atuar ativamente sobre a política russa, financiando partidos oposicionistas, buscando influenciar parlamentares e até mesmo cogitando concorrer à presidência nas próximas eleições. Mais preocupante para o governo, entretanto, era o fato de que o magnata da Yukos parecia estar se imiscuindo na condução da política energética russa. Além de ser favorável ao redirecionamento das exportações de petróleo da Europa para os EUA, ter incentivado o investimento de grandes petrolíferas ocidentais e negociado uma fusão com a russa Sibneft, o oligarca empenhava-se em negociar a construção de oleodutos rumo à China sem consultar o Kremlin. Deste modo, o caso Yukos resultou em um controle maior da indústria do petróleo nas mãos do governo, ainda que este não tenha sido a motivação preponderante por trás deste evento (SAKWA, 2013, p. 80-81). Conforme afirma Perry Anderson, a ação contra Khodorkovski visava, principalmente, "enviar uma mensagem inequívoca aos seus colegas saqueadores. Eles

poderiam manter seus bilhões, mas [...] nenhum oligarca deveria pensar em desafiar o poder do Estado [...]" (ANDERSON, 2015, p. 8, tradução nossa).

Os fatos supracitados indicam que houve mudanças no quadro da economia política russa a partir do governo Putin, tais como um controle mais acentuado do Estado sobre setores considerados estratégicos (o que não inclui apenas energia, mas também a mídia) e a subordinação dos oligarcas ao regime. Estas mudanças, contudo, não são suficientes para caracterizar uma guinada rumo a um "capitalismo de estado" ou mesmo a um modelo desenvolvimentista. Tal posição é defendida por Kotz e Weir (2007, p. 281, tradução nossa), os quais afirmam que o governo não faz uso dos recursos obtidos dos setores sob seu controle para guiar o desenvolvimento econômico como um todo, como se esperaria de um estado desenvolvimentista:

> sob Putin não houve política industrial, na qual uma agência estatal tenta melhorar a posição do país na divisão internacional do trabalho. O movimento de mercadorias e de capital através das fronteiras da Rússia permaneceu relativamente livre. Apesar da retórica e da disponibilidade de amplos recursos financeiros, advindos das enormes rendas obtidas com a exportação de recursos primários, não houve expansão do investimento público na infraestrutura econômica nacional ou em ciência e tecnologia, excetuando-se os setores militar e de energia.

De fato, em vários aspectos o capitalismo russo aparenta nem ao menos ter se distanciado da ortodoxia liberal. Desde que Putin ascendeu ao poder a porcentagem da participação privada na economia subiu de 45% para 60%. A maior parte do sistema bancário permaneceu na esfera privada e continuou a imperar uma política monetária restritiva, não havendo um programa significativo de créditos voltado para a reconstrução da indústria nacional. Mesmo após a crise de 2008, o débito público permaneceu em torno de apenas 10% do PIB. Ao mesmo tempo em que houve restrições de subsídios sociais e aumento das taxas de serviços, mudanças que afetaram principalmente as classes de menor renda, o novo sistema tributário beneficiou amplamente os empresários e as classes abastadas[18]. Mesmo com o maior controle sobre a indústria petrolífera, o qual corresponde a uma parcela significativa da arrecadação do governo, os recursos daquela ainda estão majoritariamente nas mãos do capital privado. Tal fato constitui uma exceção, já que na maioria dos países produtores de petróleo

[18]No mesmo ano em que assumiu a presidência, Putin encaminhou à Duma uma lei que substituiu o relativamente progressivo sistema tributário russo (dividido em faixas de renda, cuja alíquota máxima era de 35%) por um sistema de alíquota única (de 13%). Esta mudança na legislação levou, ainda, à redução de cerca de 20% dos impostos para as empresas. Também foram aprovadas leis que reduziram os benefícios concedidos a aposentados e pensionistas e aumentaram as taxas dos serviços públicos, bem como passaram a permitir o despejo de moradores inadimplentes, gerando protestos pelo país. (KOTZ; WEIR, 2007, p. 280-282).

prevalece a propriedade pública sobre o setor. (ANDERSON, 2015, p. 7-8; HANSON, 2010, p. 194; KOTZ; WEIR, 2007, p. 280-282).

Ainda que as referências supracitadas não apontem o surgimento de um estado desenvolvimentista e que o modelo macroeconômico russo tenha se mantido dentro dos marcos liberais, a nomeação de altos funcionários da administração presidencial para o comando de grandes corporações (notadamente Rosneft e Gazprom) constitui parte relevante do que Sakwa (2013, p. 87, tradução nossa) aponta como "novo modelo de economia política na Rússia". Embora o autor admita a dificuldade de classificar tal tipo de formação, esta seria caracterizada pelo alinhamento de setores econômicos expressivos aos objetivos do governo sem romper com a economia de mercado. Tal configuração atendaria simultaneamente a dois objetivos do governo: manter controle sobre os setores econômicos mais rentáveis (mesmo permitindo que a maior parte do lucro fosse apropriada pela iniciativa privada) e constranger o surgimento de elites empresariais independentes. Este seria um modelo "bonapartista", no qual o equilíbrio de forças entre as frações das classes altas (incluindo nelas a cúpula da burocracia estatal) permite ao presidente manter sua preeminência através da arbitragem entre as distintas alas da elite nacional. Deste modo, Putin (e Medvedev durante seu mandato) acenou aos setores estatistas ao dispor do aparato burocrático para barrar a ascensão de uma fração burguesa adversária, ao mesmo tempo em que favoreceu o florescimento de magnatas ligados ao governo, cuidando, assim, para não fortalecer excessivamente os *siloviki*. (SAKWA, 2013).

Tal centralidade político-econômica do controle do petróleo e do gás natural para o Kremlin reflete-se diretamente na política externa da Rússia. A alta nos preços destes recursos, a qual teve papel fundamental para a recuperação da economia nacional a partir dos anos 2000, foi seguida de uma expansão da presença russa no espaço pós-soviético com vistas a ampliar os negócios no setor energético. Notadamente, as repúblicas do Cáucaso e do leste europeu são áreas cruciais para Moscou, por concentrarem as principais rotas de saída dos gasodutos russos para o mercado europeu. Tendo em vista estas considerações, no capítulo seguinte será analisado como os interesses russos nesta região acabaram se chocando com as posições ocidentais e levando ao desgaste nas relações entre Moscou e as potências ocidentais, particularmente por ocasião das crises do gás na Ucrânia (em 2006 e 2009) e da guerra na Geórgia, em 2008.

2 DISPUTAS E ATRITOS ENTRE AS POTÊNCIAS NO "EXTERIOR PRÓXIMO"

2.1 (Des)integração e diáspora no espaço pós-soviético

Não obstante a renovada prioridade dada ao espaço pós-soviético a partir do governo Putin e do continuado interesse dos russos por maior proximidade com os países vizinhos, as relações entre os Estados da região nem sempre refletiram essas expectativas. Tal realidade manifestava o paradoxo que permeou as relações das "novas" repúblicas: por um lado, a herança de um espaço integrado em termos econômicos, sociais e logísticos (redes de transportes, de comunicações, de energia, etc.) estimulava o estreitamento dos vínculos; por outro, os novos governantes receavam a unidade, temendo pôr em risco as recém-adquiridas soberanias de seus países e, consequentemente, os poderes e privilégios de que agora gozavam como chefes de Estado. Tal apreensão ocorria, pois, estes "novos presidentes", na maioria dos casos não deviam suas posições a vitórias eleitorais, mas sim ao fato de que, com o súbito desaparecimento da URSS, foram fortuitamente "promovidos": de líderes de repúblicas soviéticas a presidentes de repúblicas independentes[19].

De fato, a dissolução completa da URSS em dezembro de 1991 foi inesperada, tendo em vista que, em referendo realizado em março do mesmo ano, a maioria da população soviética votara a favor da preservação da URSS no formato de uma federação renovada. Assim, as nove repúblicas soviéticas que participaram do referendo[20] aceitaram os termos do tratado, a ser assinado em 20 de agosto de 1991, que estabeleceria a nova "União dos Estados Soberanos" – uma federação na qual as áreas de defesa, política externa, orçamento, comunicações, energia e transporte seriam deliberadas conjuntamente, ficando as demais sob a jurisdição exclusiva de cada república. (WHITE, 2011, p. 289-293; KOTZ; WEIR, 2007, p. 141-142).

Na véspera da assinatura do novo tratado, contudo, parte da alta cúpula do governo soviético deu início ao malfadado "golpe de agosto", que visava destituir Gorbatchev (o qual estava de férias na Crimeia) e evitar a diminuição dos poderes atribuídos ao governo central. Ironicamente, a iniciativa dos golpistas fracassados acabou resultando justamente no que

[19] Grande parte dessas lideranças nacionais era composta pelo alto escalão do recém-extinto PCUS: sua súbita "conversão" ao nacionalismo posibilitou a manutenção de suas posições políticas. Kotz e Wier (2007, p. 140, tradução nossa) citam o curioso exemplo de Leonid Kravchuk (o primeiro presidente da Ucrânia), o qual, antes de se declarar nacionalista, exercia a função de secretário para a ideologia do Partido Comunista Ucraniano (PCU) - "especializado no combate ao nacionalismo ucraniano e na promoção do socialismo internacionalista".

[20] Os governos da Armênia, da Geórgia, da Moldávia e dos Estados bálticos recusaram-se a tomar parte no referendo.

pretendiam evitar, ou seja, na ruína completa da União. A tentativa de golpe erodiu definitivamente a autoridade do governo central e a credibilidade do PCUS, possibilitando às direções nacionais (e pró-capitalistas) arrogar-se o papel de únicos garantidores da reforma. Fortalecido, Yeltsin transferiu unilateralmente toda propriedade da URSS no território russo para a república russa, assumindo o controle dos bens e das instituições da União, além de suspender o partido comunista e forçar a dissolução do congresso soviético. Assim, "não desejando ser parte de um império descaradamente russo, uma a uma as repúblicas declararam independência" (KOTZ; WEIR, 2007, p. 146, tradução nossa) e, em 8 de dezembro de 1991, os líderes da Rússia, da Bielorrússia e da Ucrânia declararam conjuntamente a dissolução da URSS e a formação da CEI. No dia 21 do mesmo mês, um novo acordo ampliou a Comunidade a partir do ingresso nela das demais repúblicas soviéticas, excetuando-se os Estados bálticos e a Geórgia (a qual também ingressaria nela em 1993) [21]. Vendo-se na peculiar posição de presidente sem país, Gorbatchev renunciou ao seu cargo no dia 25 de dezembro.

A declaração da CEI estipulava que as relações entre seus membros deveriam ser conduzidas em base à isonomia e ao multilateralismo, bem como ao reconhecimento mútuo da independência, da soberania e das fronteiras de cada um. Os Estados signatários também se comprometiam a respeitar os direitos humanos, incluindo aqueles das minorias nacionais vivendo em seus territórios. Além disso, os chefes de Estado das repúblicas participantes concordavam que a Rússia deveria assumir o lugar ocupado pela URSS na ONU (o que incluía seu assento como membro permanente do Conselho de Segurança). Também foi acordada a necessidade do controle unitário sobre o armamento nuclear estratégico e a importância de um "espaço econômico comum". A carta da organização, aprovada em janeiro de 1993, também enfatizava a igualdade e a soberania de todos os membros ao mesmo tempo em que estipulava a cooperação em várias esferas, tais como política externa, comunicações, transporte, políticas sociais e direitos humanos. A carta, entretanto, foi assinada por apenas sete dos dez países membros que estavam presentes nesta ocasião, sendo que apenas dois destes o fizeram sem reservas. Tal episódio simbolizou a dificuldade de chegar a posições comuns, decorrente da permanência de atritos e discordâncias entre os governos nacionais e da resistência destes em submeter parte de sua autonomia a arranjos supranacionais. (WHITE, 2011, p. 291-293).

[21] Antes do ingresso das demais repúblicas, a associação ficou brevemente conhecida como "Comunidade dos Estados Eslavos".

Embora se proponha a coordenar ações tanto no campo político quanto no econômico, na prática a CEI não é em si própria uma federação ou aliança política, nem um mercado comum ou mesmo um bloco econômico. Ainda que a Comunidade tenha sido formalmente dotada de instituições centrais, como o Conselho de Chefes de Estado e o Conselho de Chefes de Governo, estas carecem de poder efetivo, uma vez que as decisões requerem a unanimidade dos votantes. Além disso, tendo participado ou não das deliberações, os Estados membros não são obrigados a cumpri-las. Não é raro, portanto, que os representantes destes faltem aos encontros de cúpula e que as decisões votadas não sejam colocadas em prática. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 160-164).

A ambivalência entre a afirmação de soberania e as propostas por maior cooperação marcou, deste modo, a complexa rede de acordos multilaterais e bilaterais existente entre os países da CEI. Uma parte destes surgiu tendo em vista a necessidade de regular as múltiplas questões advindas do fim da centralização da propriedade e da gestão econômica: a maioria das repúblicas dependia, por exemplo, dos recursos energéticos provenientes da Rússia, enquanto a Ucrânia era uma grande fornecedora de grãos e gêneros alimentícios e a Ásia Central produzia algodão para a indústria têxtil das demais regiões. Neste sentido, era de interesse não apenas da Rússia, mas também dos demais países coordenar entre si regras acerca do trânsito de serviços e de mercadorias. Assim, em 1992 foi estabelecida uma corte econômica da CEI e, em 1993 uma "união econômica" – inspirada parcialmente no Tratado de Roma, o qual deu origem à União Europeia. Contudo, somente algumas decisões provenientes desta união econômica tiveram efeito prático e seu tratado foi inicialmente assinado apenas por nove países membros da CEI. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 164-165).

Em 1995 foi formalizada uma união aduaneira, que se tornou a base para o Tratado sobre a União Aduaneira e o Espaço Econômico Único (1999), do qual tomaram parte Bielorrússia, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Estes mesmos países firmaram, em 2000, uma mais ambiciosa Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA), que previa o aprofundamento da cooperação em diversas áreas – incluindo governamental, parlamentar, judicial e bancária[22]. Contudo, tais projetos só passaram a ter existência efetiva a partir do estabelecimento, em 2010, de uma união aduaneira mais limitada, envolvendo Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. A partir desta iniciativa, finalmente foi estabelecido um controle alfandegário conjunto entre estes países, bem como a adoção de tarifas comuns e a redução de

[22] A CEEA também passou a englobar a Organização de Cooperação da Ásia Central, sucessora da Comunidade Econômica da Ásia Central, formada em 1994.

barreiras não tarifárias entre eles. Economistas do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) constataram que tais medidas resultaram, ao final de 2012, na duplicação dos níveis de trocas comerciais entre estes países. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 166-167).

O desenvolvimento real desta união aduaneira forneceu bases mais concretas para os projetos previamente declarados, mas não desenvolvidos, de integração "eurasiática". Deste modo, em 2012 a união aduaneira foi substituída pela Comissão Econômica Eurasiática que deu origem, enfim, à União Econômica Eurasiática (UEE), à qual também se associaram Armênia e Quirguistão. Embora a iniciativa tenha surgido em base à integração na esfera comercial, os documentos assinados pelos Estados membros da UEE preveem uma unificação mais abrangente, indo desde a efetivação de um mercado interno e de instrumentos macroeconômicos comuns até o desenvolvimento conjunto de sistemas informacionais, de energia e de transporte. Os formuladores da UEE pretendiam evidenciar que esta união visa o incremento não somente da eficiência econômica, mas também do bem estar de seus habitantes. Neste sentido, também constam dos objetivos da nova união a criação de condições para a reestruturação e o desenvolvimento sustentável das economias dos países membros, bem como o estabelecimento de padrões comuns para selecionar as áreas prioritárias para recebimento de apoio estatal e para cooperação científica, a fim de melhorar os padrões de vida da população. (VYMYATNINA; ANTONOVA, 2014, p. 3-5).

Embora tenha avançado mais na cooperação regional do que as iniciativas anteriores, a UEE ainda não abarca a totalidade dos Estados membros da CEI, notadamente a Ucrânia. Este país, entretanto, havia optado por participar de um "espaço econômico único", formado em 2003 também pela Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão em uma tentativa de relançar a união econômica firmada uma década antes. Novamente havia semelhanças com a União Europeia, uma vez que este espaço econômico almejava formar uma área de livre comércio que avançaria rumo a um território comum no qual não apenas mercadorias, mas também capital, mão-de-obra e serviços poderiam transitar sem impedimentos. Todavia, esta iniciativa também sofreu dificuldade similar a de tratados que a sucederam, isto é, teve sua existência em grande parte restrita ao âmbito jurídico, uma vez que os acordos que a embasaram não foram efetivamente implementados. Em parte isto ocorreu pelas reservas do governo ucraniano em relação a este espaço, cada vez mais visto, particularmente após a eleição do presidente Viktor Yushchenko, como uma iniciativa russa que dificultaria a inclusão da Ucrânia nas instituições euro-atlânticas. (WHITE, 2011, p. 294-295).

Por sua vez, a Ucrânia uniu-se a Geórgia, Azerbaijão e Moldávia para formar o grupo conhecido, pelo acrônimo dos nomes destes países, como GUAM – Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico [23]. Vinculados pela perspectiva de constituir uma formação regional que não incluísse a Rússia, tal iniciativa foi criada sem objetivos econômicos claros ou agenda política bem definida que fosse além da retórica antirrussa. A incapacidade desta formação em adquirir materialidade ou gerar efeitos práticos que não se limitassem a vagas afirmações diplomáticas acabou por ilustrar como os "projetos de integração retóricos" (VYMYATNINA; ANTONOVA, 2014, p. 17, tradução nossa) que proliferaram pela CEI não se limitavam às iniciativas encabeçadas pelos russos.

Deste modo, a CEI passou a representar a mais abrangente, porém mais laxa, associação entre as repúblicas do espaço pós-soviético. Ao invés de prover uma estrutura normativa eficaz, que garantisse a implementação de políticas acordadas multilateralmente, as instituições da CEI tornaram-se mais um espaço de discussão intergovernamental, no qual as decisões são habitualmente ignoradas e os acordos de maior importância ocorrem de modo bilateral ou entre grupos menores de países. Iniciativas que visam aumentar as prerrogativas do bloco tem recebido apoio apenas parcial: documentos aprovados em 2007 que estendiam a atuação da CEI sobre áreas como terrorismo, tráfico de drogas, migração e proteção de patrimônios culturais foram assinados integralmente apenas por Rússia, Bielorrússia, Armênia e Quirguistão. A Comunidade também não conseguiu evitar que as discordâncias entre países membros escalassem até a atingir a guerra, como ocorreu na disputa entre Armênia e Azerbaijão e no conflito envolvendo Rússia e Geórgia, levando esta a sair da CEI em 2008. De fato, certos Estados, como Bielorrússia, Rússia e algumas repúblicas da Ásia Central, indicaram maior interesse ao longo do tempo em apoiar esforços de integração, enquanto outros – como a Ucrânia, a qual continuou participando da CEI, mas não como membro pleno, pois não ratificou sua carta – demonstraram maior reticência. (WHITE, 2011, p. 294-295).

A nova ênfase dada pelo governo russo sob Putin aos esforços de integração, particularmente à União Econômica Eurasiática, advinha, portanto, em grande parte do interesse por manter e aprofundar os laços econômicos, políticos e culturais existentes entre os países da região. A importância e a materialidade de tais vínculos para a compreensão das ações empreendidas por Moscou é apontada até mesmo por autores que assinalam a permanência de uma mentalidade imperial do Kremlin como uma das motivações de sua

[23] Entre 1999 e 2004 esta organização ficou conhecida como GUUAM. A adição temporária de mais uma letra "u" à sigla deu-se por ocasião do ingresso (e, posteriormente, da saída) do Uzbequistão ao grupo.

política externa (LO, 2015; MANKOFF, 2009b). Mesmo no âmbito mais ideológico da política externa de Putin, que se manifestava no projeto de uma comunidade transnacional unida pelo pertencimento à "Eurásia", residiam motivações marcadamente pragmáticas. Talvez a mais expressiva destas seja o tema dos russos que residiam nas distintas repúblicas soviéticas, os quais, em função do desaparecimento do Estado soviético, viram-se subitamente na condição de expatriados.

A condição destes "compatriotas vivendo no exterior", como ficaram conhecidos estes russos, impôs ao Estado russo um problema complexo jurídica e politicamente. A primeira dificuldade advém da magnitude e da diversidade deste grupo: aproximadamente 25 milhões de russos étnicos, aos quais se somam mais 5 milhões de indivíduos que falam o idioma russo como língua materna ou predominante[24] (TSYGANKOV, 2016, p. 124). A própria dimensão numérica desta comunidade torna impraticável, portanto, tratar a questão de forma homogênea, uma vez que em uma coletividade tão ampla, distribuída ao longo de territórios distintos, existem demandas variadas: enquanto uma pequena parte tenha preferido se estabelecer definitivamente na Rússia, muitos desejam manter fortes laços com o país sem que isto implique em abandonar os locais onde já residem há anos, ou mesmo a vida toda. (COOK, 2013, p. 102-104).

Tal assunto tocava em um questionamento candente à sociedade e aos governantes do "novo" país: o que define um cidadão russo? Considerando-se que o território da Rússia contemporânea contém uma pluralidade de grupos étnicos e nacionais, muitos destes falantes de idiomas próprios (aos quais, em diversos casos, foi atribuído status de língua oficial em suas respectivas regiões), definições centradas em características nacionais ou linguísticas deslegitimariam a própria integridade territorial da Federação[25]. Atentando-se a esta realidade, os primeiros governantes russos buscaram atrelar o critério de cidadania à territorialidade do Estado, considerando como cidadãos "todos aqueles vivendo no território da Federação Russa" o que significava dizer que os russos étnicos fora do país não constituíam, conforme

[24] Conforme argumentam vários autores, tais como Benedict Anderson (2008) e Eric Wolf (2001), entende-se que etnia e nacionalidade são construções sociais, criadas e recriadas (e, portanto, mutáveis) sob as condições político-econômicas de determinados períodos históricos. É neste sentido que se emprega tais termos no presente trabalho, ou seja, com a ciência de que estes não designam grupos acuradamente delimitados, mas sim, estruturas identitárias.

[25] Um fato ilustrativo da sensibilidade desta questão reside no próprio nome do país, *Rossiyskaya Federatsiya* (Federação Russa), no qual o adjetivo pátrio *Rossiyskaya*, não é o mesmo que se emprega quando se refere à etnia russa. Deste modo, em português traduz-se igualmente como "russo" duas palavras distintas: *russkii* (o russo étnico) e *rossiyanin* (o cidadão da Federação Russa). Assim, um checheno, por exemplo, é oficialmente um *rossiyanin*, ainda que não seja etnicamente um *russkii*.

argumentava Kozyrev, um problema especial para o governo. (TSYGANKOV, 2016, p. 85, tradução nossa).

Contudo, esta posição abstencionista não pôde ser sustentada tendo em vista sua impopularidade, tornando-se um dos focos das críticas direcionadas a Yeltsin pela oposição. Conforme visto anteriormente, a crescente fragilidade deste governo e o revés eleitoral sofrido por sua base parlamentar resultaram na modificação de sua política externa, culminando na nomeação de Primakov à chefia do MIDFR e, posteriormente, ao posto de primeiro-ministro. Foi a partir de então que começou a ser aventada, através dos apoiadores do novo ministro, a ideia de "Eurásia como uma comunidade multicultural, multiétnica e multirreligiosa no lugar da antiga União Soviética" (TSYGANKOV, 2016, p. 124, tradução nossa). Deste modo, a Eurásia, tanto como espaço geopolítico quanto como conceito ideológico, representa uma proposta pela qual os governantes russos podem lidar com a questão da diáspora evitando os extremos de uma cidadania definida estritamente nos marcos territorial ou étnico – já que o primeiro mostrou-se inaceitável perante a opinião pública e o segundo inviabilizaria a unidade da Federação. Não obstante as formulações iniciais do Kremlin acerca da integração eurasiática terem surgido ainda sob Primakov, esta somente viria assumir uma forma mais concreta com o lançamento da UEE durante o governo Putin, tendo em vista o malogro das iniciativas anteriores[26].

Além do lançamento do bloco eurasiático, o governo russo passou a adotar uma postura mais ativa também na esfera cultural, o que se refletiu no significativo aumento das transmissões de programas de rádio e televisão voltados para os países da região e no fomento a organizações midiáticas e de divulgação da cultura russa, tais como a *Russkii Mir* e a rede televisiva RT. O Kremlin, a partir de Putin, também mostrou maior assertividade em relação à política voltada aos expatriados, impulsionando uma agência federal específica para fortalecer os laços com esta comunidade, a *Rossotrudnichestvo* ("Parceria Russa") [27]. (WILSON, 2014, p. 177-182). Embora não tenha havido nova tentativa de promover uma cidadania unificada para a CEI, Moscou não se constrangeu pela aversão dos governos vizinhos à concessão de passaportes russos (o que equivale à dupla cidadania) aos habitantes da região. Estas concessões, contudo, não constituíram uma política em larga escala. Ao contrário, foram direcionadas principalmente para áreas de conflito nas quais ocorreu envolvimento russo:

[26] Além da já discutida dificuldade em promover a integração por meio de organismos multilaterais, cabe ressaltar que, ainda durante o período Yeltsin-Primakov, o governo russo propôs uma cidadania unificada para a CEI, ou mesmo a concessão de dupla cidadania aos habitantes dos países da região. Tais propostas, contudo, não obtiveram êxito. (TOLZ, 1998).

[27] Também chamada de "Agência federal para os assuntos da CEI, dos compatriotas vivendo no exterior e para a cooperação humanitária internacional". (WILSON, 2014, p. 182, tradução nossa).

Ucrânia, Transnístria, Ossétia do Sul e Abkhásia. Isso permite ao Kremlin justificar suas intervenções sob o argumento humanitário de garantia da proteção aos cidadãos russos presentes nestas localidades. (LO, 2015, p. 96-97).

2.2 Questões de defesa na Eurásia e atritos com a OTAN

Analogamente às adversidades em dar seguimento aos projetos de integração, também na esfera dos assuntos de defesa os países membros da CEI encontraram dificuldade em levar adiante o nível de cooperação inicialmente proposto. Não obstante o estabelecimento formal de um comando militar conjunto da CEI, que existiu até meados de 1993, a manutenção de forças armadas unificadas acabou não se efetivando, tendo em vista o anseio de alguns governos, notadamente o da Ucrânia, por criar seus próprios exércitos nacionais. O presidente ucraniano Leonid Kravchuk buscou reagir à percepção de que a falta de controle sobre as forças armadas no território do seu novo Estado representava uma ameaça à soberania deste – uma vez que, na Ucrânia, apenas 40% do exército era composto por ucranianos e 75% de seu oficialato era russo. Deste modo, Kravchuk exigia que todas as forças militares localizadas na Ucrânia, o que incluía a Frota do Mar Negro, estivessem sob o controle do país e prestassem um juramento de lealdade a este. Embora a Rússia tenha conseguido assegurar o controle sob a maior parte desta unidade naval, através de um acordo de locação da base de Sevastopol, restou ao Kremlin se resignar à criação de um exército russo independente, dada a manifesta impossibilidade de manter a unidade das forças armadas. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 161-163).

Uma vez que a integração através da CEI não tinha se provado eficaz para a manutenção de uma estrutura militar conjunta no espaço pós-soviético, Moscou buscou impulsionar outros meios de cooperação multilateral que atendesse aos seus anseios na área da segurança. Neste sentido, uma das instituições de maior destaque a emergir da CEI que produziu efeitos *de facto*, foi a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Sua origem remonta ao Tratado de Segurança Coletiva, de 1992, no qual os nove países participantes[28] comprometiam-se a prover assistência mútua no caso de agressão externa e a não recorrer à força nas suas próprias relações interestatais. O Kremlin valeu-se deste instrumento legal para justificar o emprego de suas tropas em auxílio ao governo do Tajiquistão contra insurgentes domésticos e milícias associadas a grupos fundamentalistas

[28] Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Geórgia, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão.

advindos da fronteira com o Afeganistão. Findada a validade do tratado, em 1999, os signatários decidiram pela extensão indefinida do mesmo, com exceção de três países, os quais preferiram retirar-se: Uzbequistão, Geórgia (a qual mantinha relações tensas com a Rússia, em detrimento do apoio desta aos separatistas da Abkhásia) e Azerbaijão (que havia entrado em confronto com a Armênia também devido a movimentos separatistas, na região de Nagorno-Karabakh). Os demais procederam a intensificar sua coordenação intergovernamental, estabelecendo um conselho de ministros da defesa, uma força de reação rápida de 1600 soldados para a Ásia Central e ratificando a transformação do tratado em uma instituição própria, a partir da criação da OTSC, em 2003. (WHITE, 2011, p. 295-296).

Com isso, a aliança foi dotada de uma burocracia permanente, um secretariado liderado por um secretário-geral baseado em Moscou e supervisionado por um conselho de chefes de estado, o qual tem a palavra final sobre o emprego de forças militares. Dentre as mudanças mais relevantes encontram-se o estabelecimento de uma força coletiva de manutenção da paz e um acordo que permitiu aos membros da aliança obter armamento russo a preços domésticos, não apenas para as forças armadas, mas também para os serviços de segurança interna. O emprego de forças de manutenção da paz não era uma novidade institucional para Moscou, uma vez que a existência destas já havia sido aprovada anteriormente no âmbito da própria CEI, em 1992[29] (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 169-171).

Embora esta iniciativa da CEI fosse baseada no modelo de *peacekeeping* da ONU, nos conflitos em que foi empregada[30] não foram seguidos os princípios previamente acordados para a sua condução, tais como a neutralidade dos países responsáveis pelas missões de manutenção da paz e o consentimento das partes beligerantes. O aparelhamento deste tipo de operação pela Rússia, que possibilitou ao Kremlin intervir e manter efetivos militares nos países vizinhos sob o signo legal de "tropas de paz", é salientado por Donaldson, Nogee e Nadkarni (2015, p. 169-172) como um indicativo da aspiração russa à hegemonia regional. Os mesmos autores, entretanto, também apontam outras motivações do governo russo para explicar o emprego de suas tropas na região, tais como a proteção da população russa nas áreas de confronto, bem como o receio de que conflitos, movimentos separatistas ou fundamentalistas possam se alastrar nas regiões fronteiriças do país.

Conforme aponta White (2011, p. 296, tradução nossa), tais mudanças no ordenamento da OTSC indicavam que esta organização tornava-se ainda mais "uma agência

[29] Geórgia e Turcomenistão não assinaram este acordo.
[30] Guerras civis nos seguintes locais: Abkhásia, Nagorno-Karabakh, Ossétia do Sul, Tajiquistão e Transnístria

através da qual as autoridades russas poderiam influenciar os desenvolvimentos nas outras repúblicas pós-soviéticas". Segundo o autor, isto também atendia aos interesses das elites governamentais de outros países associados (notadamente na Ásia Central), na medida em que a aliança poderia ser mobilizada não apenas em função da defesa contra ameaças tradicionais à soberania e à integridade territorial, mas também para sufocar insurgências domésticas. Deste modo, em sua atuação prática, a aliança parecia apagar a separação tradicional entre as funções de defesa e segurança, passando a agir também contra as chamadas "novas ameaças", as quais incluíam "terrorismo e extremismo internacionais, circulação ilegal de narcóticos, substâncias psicotrópicas e armas e imigração ilegal" (WHITE, 2011, p. 296).

Outra importância atribuída por Moscou a esta aliança foi a de contrabalancear a presença militar de outras potências na região, nomeadamente a dos EUA. Isto se deu no contexto da chamada "Guerra ao Terror" promovida pelo governo de George W. Bush, em que, para possibilitar o trânsito de aeronaves e tropas estadunidenses envolvidas na ofensiva no Afeganistão, alguns países da CEI (Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão) permitiram a instalação de bases militares dos EUA em seu território. Tal situação colocava Moscou em uma situação paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que demonstrava apoio à retórica antiterrorista de Bush – que se manifestou concretamente ao autorizar a circulação de forças estadunidense através do espaço aéreo russo – também receava a nova presença militar da potência atlântica na Ásia Central. Neste sentido, o papel cumprido pela OTSC mostrou-se limitado, uma vez que mesmo as pressões exercidas por esta organização não persuadiram o governo quirguiz a encerrar rapidamente os contratos que possibilitaram a permanência de instalações estadunidenses em seu território (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 168-169, 369-370).

A preocupação com a presença estadunidense na região também estimulou o estreitamento de laços entre Moscou e Pequim, notadamente por meio da Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Apenas dois meses após a invasão do Iraque pelos EUA, em março de 2003, uma reunião de cúpula da OCX decidiu adotar medidas concretas para formalizar a institucionalidade desta organização, o que incluiu a formação de um Secretariado, de escritórios permanentes e de uma "estrutura regional antiterrorismo", a qual foi posteriormente instalada em Tashkent, capital do Uzbequistão. Além disso, em agosto do mesmo ano, países membros do bloco realizaram manobras militares conjuntas no Cazaquistão e na região de Xinjiang, através da fronteira chinesa. Rússia e China também realizaram, em agosto de 2005, um inédito exercício militar bilateral envolvendo cerca de 10

mil tropas, para o qual só foram convidados como observadores outros países da OCX. (CHUNG, 2015, p. 1-3).

A presença militar dos EUA na Ásia Central não era, contudo, o único fator a contribuir para a deterioração das relações entre Washington e Moscou. Também desagradara ao governo russo a guerra promovida contra o Iraque, tanto por motivos políticos quanto por econômicos. O setor petrolífero russo detinha contratos lucrativos com o regime de Saddam Hussein e não apenas a Rússia era a maior parceira comercial do Iraque, como este mantinha com aquela um débito de cerca de oito bilhões de dólares. Além do risco de perder esta posição economicamente vantajosa, a insatisfação do Kremlin também advinha da postura unilateral do governo estadunidense, já que uma ação militar empreendida sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU minava a autoridade deste órgão – e, consequentemente, do poder de veto da Rússia – diante da comunidade internacional. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 372-376). (TSYGANKOV, 2016, p. 149-151)

Na crítica ao unilateralismo de Washington o Kremlin não estava isolado, uma vez que até mesmo governos de relevantes países membros da OTAN, como Alemanha e França também discordaram do modo como a guerra no Iraque havia sido iniciada. Apesar desta importante posição conjunta, isso não foi o suficiente para evitar que, em longo prazo, o governo russo também demonstrasse desapontamento em relação às relações com os Estados europeus. Tal insatisfação derivara das críticas apontadas pela UE em relação a violações de direitos humanos cometidas pelos russos na Chechênia, bem como da recusa em aceitar o pedido russo de extradição do líder separatista checheno Akhmed Zakaev. Além disso, havia discordâncias sobre os termos para o ingresso da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC) e reprovação da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) à permanência de instalações militares russas na Geórgia e na Moldávia. Deste modo, os benefícios para Moscou decorrentes da parceria com o ocidente, particularmente na "Guerra ao Terror", tornaram-se progressivamente inconsistentes, levando em conta que, assim como a diplomacia europeia, o Departamento de Estado dos EUA não cessara as críticas contra as ações russas na Chechênia. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 370-378).

Contudo, as posturas que causaram mais danos à relação com o ocidente relacionam-se às áreas que o governo russo considera como ameaças diretas à segurança nacional. Dentre estas, destaca-se o plano estadunidense de instalar armamento voltado à defesa antimísseis balísticos na Europa. Esta questão sempre foi considerada sensível aos líderes russos (e soviéticos), tendo em vista que significa uma ameaça à paridade estratégica estabelecida entre

as superpotências nucleares, representada pelo princípio de "destruição mútua assegurada" (MAD) [31]. Waltz (1990) afirma que um sistema de defesa nuclear perfeito seria impossível. Contudo, mesmo imperfeito, o perigo estratégico representado por este estimularia uma corrida armamentista bem como maiores chances de confronto, uma vez que as potências procurariam superar as capacidades "defensivas" dos adversários com novos meios "ofensivos" e vice-versa.

Deste modo, o Kremlin se opunha fortemente a qualquer iniciativa desta natureza, especialmente em solo europeu, isto é, próxima ao seu território, tendo em vista o risco de ver diminuída sua capacidade dissuasória. (WALTZ, 1990). Anteriormente, o governo soviético já havia se oposto à chamada Iniciativa Estratégica de Defesa (SDI) [32], o futurista sistema antimísseis proposto pelo presidente Ronald Reagan. Tal projeto era visto pela liderança da URSS como uma violação ao Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABMT) [33], assinado com os EUA em 1972. De modo análogo, o governo Putin censurou a decisão de Washington de se retirar deste tratado, em dezembro de 2001. O governo estadunidense alegou que a intenção de posicionar estações de radares na República Tcheca e interceptadores de mísseis na Polônia devia-se à proteção do território europeu contra possíveis ataques da Coreia do Norte ou do Irã. Embora o governo e militares de alta patente russos não estivessem convencidos desta justificativa, diante da impossibilidade de evitar o prosseguimento do plano estadunidense, o Kremlin tentou substituir este por propostas de defesas antimísseis desenvolvidas coletivamente.

Moscou ofereceu várias sugestões de planos alternativos: a utilização conjunta de um radar operado pela Rússia no Azerbaijão, o qual representaria, segundo os russos, uma alternativa mais eficiente, já que este dispositivo possibilitaria cobrir todo o território europeu, o que não seria possível com o radar localizado na República Tcheca; a criação de um centro para o compartilhamento de dados referentes ao lançamento de mísseis, bem como um sistema de alerta multinacional e até mesmo um sistema antimísseis coletivo europeu sob o controle da OTAN. O governo estadunidense percebia que uma forte oposição russa tinha o potencial de ressoar negativamente na opinião pública europeia, o que poderia dificultar a execução do projeto, ou aumentar seus custos políticos. A resposta de Washington a isso,

[31] *Mutual assured destruction*. Hipótese que alega a improbabilidade de uma guerra nuclear em larga escala entre potências nucleares, tendo em vista que o resultado seria a aniquilação de todas as partes envolvidas no conflito. O desenvolvimento de defesas contra mísseis nucleares por algum país colocaria outros em risco, uma vez que o primeiro poderia, teoricamente, se atrever a lançar seus próprios mísseis sem correr perigo de sofrer retaliação. (WALTZ, 1990).
[32] *Strategic Defense Initiative*.
[33] *Anti-Ballistic Missile Treaty*.

entretanto, não foi alcançar uma solução conjunta conforme propunham os russos, mas tentar persuadi-los de que não havia ameaça à Rússia. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 391-394).

Neste sentido, o secretário de defesa Robert Gates viajou à Moscou, em abril de 2007, para tentar convencer Putin pessoalmente de que os sistemas propostos não visavam a Rússia. Entretanto, em meados do mesmo ano ficara claro que os esforços do Kremlin por uma saída negociada haviam falhado, uma vez que a secretária de estado Condoleezza Rice havia rejeitado oficialmente as propostas de Putin. Este respondeu com a retirada da Rússia, em julho de 2007, do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE) [34], o qual estabelecia limites ao posicionamento de tropas no território europeu. Também houve ameaças de que a Rússia poderia se retirar, ainda, do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) [35] e voltar a colocar os países europeus sobre a mira de ogivas nucleares.

Os atritos decorrentes da saída dos EUA do ABMT e das aspirações deste país em desenvolver sistemas antibalísticos somaram-se a outras posturas que desagradavam o governo da Rússia e contribuíram para a acentuada deterioração na relação entre estas potências. As respostas da liderança russa frente a tais acontecimentos deram-se tanto no âmbito diplomático quanto no militar. Além da ameaça de deixar ogivas posicionadas contra os locais de instalação do sistema antimísseis, o Kremlin realizou o teste de novos armamentos, tais como o míssil balístico intercontinental (ICBM) [36] RS-24 e o chamado "pai de todas as bombas", supostamente o artefato explosivo convencional mais poderoso do mundo, o qual possuiria capacidade destrutiva semelhante ao de um dispositivo nuclear, mas sem gerar a radiação característica deste [37]. Na esfera diplomática, além do reposicionamento russo em relação aos tratados supracitados, destaca-se o notório discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007, marcado pela incisiva censura às ações internacionais empreendidas pelo governo estadunidense:

> Hoje estamos testemunhando um quase desenfreado hiperuso da força – força militar – nas relações internacionais, força que está mergulhando o mundo em um abismo de conflitos permanentes. [...] os Estados Unidos ultrapassaram suas fronteiras nacionais em todos os aspectos. Isto é visível nas iniciativas econômicas, políticas, culturais e educacionais as quais impõe

[34] *Conventional Armed Forces in Europe*. Em termos militares, o adjetivo "covencional" é comumente empregado para se referir ao armamento que não é considerado de destruição em massa, ou seja, não é de natureza nuclear, química ou biológica.
[35] *Intermediate-Range Nuclear Forces.*
[36] *Intercontinental ballistic missile*.
[37] Até mesmo o nome deste artefato é uma resposta direta aos EUA, dado que este país havia desenvolvido um dispositivo semelhante, chamado de "mãe de todas as bombas" (KELLY, 2017).

> sobre as outras nações. Ora, quem gosta disto? Quem está feliz com isto? [...] Obviamente isso é extremamente perigoso. Isso resulta no fato de que ninguém se sente seguro. Eu gostaria de enfatizar isto – ninguém se sente seguro! Porque ninguém sente que o direito internacional é como uma parede de pedra que lhes protegerá. É claro que uma política como essa estimula uma corrida armamentista (PUTIN, 2007, tradução nossa).

O ineditismo de uma crítica tão severa do mandatário russo à política externa dos EUA causou forte impressão nas delegações presentes ao encontro, o que se evidenciou no comentário do senador estadunidense John McCain, para o qual se tratavam das "observações mais agressivas feitas por um líder russo desde o fim da Guerra Fria" (MCCAIN apud FIDLER; SEVASTOPULO, 2007, tradução nossa). Contudo, o duro discurso de Putin em Munique não se devia apenas às questões dos misseis, mas a uma somatória de posturas que desagradavam à liderança russa, notadamente o unilateralismo das ações estadunidenses e a continuada expansão da OTAN na Europa Oriental. Putin explicitara a insatisfação dos governantes russos (já manifestada no período Yeltsin-Primakov) com tal fato, particularmente porque estes se sentiam traídos pela quebra das "garantias" dadas pelos dirigentes ocidentais, por ocasião da dissolução do Pacto de Varsóvia, de que a aliança atlântica não se estenderia além do território alemão. (PUTIN, 2007).

Embora a primeira onda de expansão da OTAN no pós Guerra Fria, em 1999, já tivesse causado alarme, a segunda (em 2004) era ainda mais desconcertante para o Kremlin, uma vez que, com o ingresso dos Estados bálticos, a aliança ocidental passara a englobar não apenas a antiga esfera de influência soviética, mas também territórios que recentemente estavam unidos à própria Rússia[38]. Tal fato causara consternação à Moscou não apenas por explicitar a decadência do seu poderio, mas também porque alterara bruscamente a correlação de forças no solo europeu, impondo às fronteiras russas uma vulnerabilidade inédita em toda história contemporânea. Deste modo, a reunião de cúpula da OTAN realizada em abril de 2008 chocou o governo russo ao sinalizar o futuro ingresso da Ucrânia e da Geórgia no bloco militar. Embora a pressão estadunidense pela aprovação imediata de um plano para o ingresso destes países tivesse sido frustrada devido a reticências de líderes europeus (principalmente da Alemanha e da França), o documento final do encontro manifestava que a admissão destes países na aliança seria eventualmente concretizada. (WHITE, 2011, p. 284-285).

Para o Kremlin, tal perspectiva acarretaria em um cenário geopolítico intolerável. Desde o ponto de vista militar, representaria um cerco ainda maior às fronteiras russas em

[38] Sete países ingressaram na OTAN em 2004: Estados bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e Romênia. Em 1999, haviam sido incluídas na aliança Hungria, Polônia e República Tcheca.

pontos especialmente sensíveis, isto é, no Cáucaso, nas planícies ucranianas do leste europeu e na costa do Mar Negro. Além disso, o ingresso destes países vizinhos nas instituições euro-atlânticas (uma vez que também almejavam incorporar-se à UE) significaria um duro golpe ao projeto de construção de um espaço eurasiático comum sob a liderança russa. Esta preocupação era particularmente acentuada em relação à Ucrânia, dada a proximidade geográfica, histórica, econômica e cultural deste país com a Rússia (abordada no capítulo três deste trabalho). Entretanto, a absorção da Geórgia na OTAN também seria uma derrota considerável, tendo em vista que possibilitaria aos EUA acessar diretamente os dutos de óleo e gás da bacia do Mar Cáspio. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 397).

2.3 *Pipeline politics* e guerra no Cáucaso

Conforme ilustrado pelo caso da Geórgia, as tensões entre Rússia e as potências ocidentais no espaço pós-soviético não se restringiam ao âmbito da defesa. Particularmente após o fim da Guerra Fria, o controle das rotas dos recursos energéticos na Eurásia passou a ser um importante foco de disputa geopolítica entre estas potências. Em grande parte isto se deve ao fato de que a dissolução da URSS abriu ao mercado capitalista internacional territórios previamente indisponíveis, nomeadamente os países da Ásia Central e do Cáucaso. Conforme afirma Ferreira (2013, p. 81), "após fechar-se por décadas ao comércio internacional, a região despontou como um eldorado para o mercado global de energia e para a superpotência". Contudo, especificidades regionais impõem empecilhos às ambições ocidentais para a conquista deste "eldorado":

> Como as reservas são desequilibradamente distribuídas entre os países da região, e os maiores produtores dependem de territórios vizinhos para transportar a produção, as relações de energia entre esses atores adquirem um caráter geoestratégico. Consequentemente, a ação de política externa norte-americana precisou acompanhar tais condições, sendo bastante constrangida por elementos geopolíticos.
> Diante da interdependência estabelecida entre os principais atores do círculo regional de energia, o contato desenvolve-se ora sob a forma de cooperação, ora como conflito. O choque de interesses de outras potências, como União Europeia, Rússia e China, acrescenta um elemento perturbador, gerando um cenário menos permeável para a globalização propagada pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. (FERREIRA, 2013, p. 82-83).

Desde a perspectiva ocidental, portanto, um dos complicadores desta questão reside no difícil acesso dos potenciais mercados compradores aos países detentores de reservas de hidrocarbonetos na Ásia Central (Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão). Isto ocorre

devido à localização geográfica destes países: no centro da massa eurasiática, isolados do Ocidente ao norte pela Rússia, ao sul pelo Irã e a oeste pelo Mar Cáspio. Soma-se ao fator geográfico o histórico, neste caso a herança soviética que legou à Rússia uma vasta rede de oleodutos e gasodutos conectando estes territórios, garantindo a este país uma posição preponderante nesta "política dos dutos" (*pipeline politics*) regional. Assim, "sem alternativa física para escoamento direto aos grandes consumidores europeus ou asiáticos, os produtores comprometem-se com o fornecimento quase que integral para a Rússia, através de contratos de longo prazo." (FERREIRA, 2013, p. 95).

A maior parte dos hidrocarbonetos vendidos pela Rússia no mercado externo, cerca de 70% do gás natural e mais de 65% do petróleo exportados por este país, destina-se aos países europeus[39]. Por sua vez, a Europa também depende fortemente dos recursos energéticos russos para suprir sua demanda interna: cerca de um terço das importações europeias destes hidrocarbonetos vem da Rússia. Tal relação de interdependência é particularmente aguda em relação ao gás natural, tendo em vista que as vias de abastecimento do mercado regional dependem da rede de gasodutos atualmente existente, a qual está majoritariamente configurada para o escoamento da Rússia à Europa. Assim, do ponto de vista europeu, a maior preocupação com a segurança energética não reside no petróleo, mas no abastecimento de gás. (NOWAK; GODZIMIRSKI; ĆWIEK-KARPOWICZ, 2015).

Dada a dificuldade de acesso e de transporte dos recursos energéticos da região para os EUA, os interesses deste país nesta área priorizam, portanto, a questão do abastecimento europeu. Isto se explica, por um lado, por cálculos econômicos, ou seja, pelo fato de que uma eventual crise energética na Europa traria graves consequências também para a economia estadunidense. Além disso, Washington deseja evitar que uma relação de dependência de seus aliados europeus com a Rússia possa afetar a orientação da política externa destes e, consequentemente, reduzir sua própria influência sobre eles. Isso já poderia ter acontecido, ainda que de forma velada, quando o governo alemão resistiu ao plano estadunidense de agilizar o ingresso da Geórgia e da Ucrânia na OTAN. Tendo em vista que os russos fornecem cerca de 40% do gás demandado pela Alemanha, os governantes deste país teriam decidido que manter boas relações com aqueles era mais importante do que apoiar a proposta dos EUA. Neste sentido, Ferreira (2013, p. 101-104) aponta que, com o fim da ordem bipolar, verificou-se uma "curiosa reversão da relação transatlântica": a extinção da URSS diminuiu a necessidade de proteção militar dos EUA e, assim, da sua capacidade de dirigir seus aliados;

[39] Estas porcentagens corrsponderam, em 2013, a 139 bilhões de metros cúbicos (bmc) de gás natural e 153,9 milhões de toneladas de petróleo. (NOWAK; GODZIMIRSKI; ĆWIEK-KARPOWICZ, 2015).

ao mesmo tempo em que o antigo inimigo tornou-se um provedor de segurança energética para os europeus.

Mapa 1 – Principais linhas de gasodutos da Rússia à Europa

Fonte: ANDERSON, 2014

Existem divergências, portanto, entre os governos europeus e o estadunidense sobre qual estratégia adotar frente à questão energética. O déficit de hidrocarbonetos no velho continente estimula seus países a buscarem a maior quantidade possível de tais recursos. Ainda que a diversificação das fontes seja desejável aos europeus, a prioridade não é a exclusão da Rússia. Em alguns casos ocorre até mesmo o oposto, ou seja, diversificar o acesso passa justamente por um vínculo mais estreito com a Rússia. Isso ocorreu com a construção, entre 2011 e 2012, do *Nord Stream*, um gasoduto que conectou diretamente a distribuição do gás da Rússia à Alemanha – e, a partir daí, ao mercado centro-europeu – por meio de tubulação submarina através do Mar Báltico. Essa nova conexão possibilitou que parte do fornecimento de gás russo ocorresse sem a necessidade de passar pelas rotas tradicionais que cruzam os países da Europa Oriental, notadamente Ucrânia, Bielorrússia e Polônia. O estabelecimento de vias alternativas é vantajoso do ponto de vista russo, pois diminuiu os custos com as tarifas pagas pelo trânsito do gás através do território destes países, bem como da perspectiva dos compradores (principalmente da Alemanha), já que estes não mais ficariam

reféns de interrupções no abastecimento decorrentes de disputas entre a Rússia e aqueles países. (MANKOFF, 2009a, p. 13-19).

Ao contrário da abordagem europeia, um dos elementos centrais da estratégia dos EUA na região é evitar o trânsito de recursos pela Rússia. A fim de alcançar este intento, Washington procura viabilizar uma rota alternativa do Mar Cáspio até a Europa que não passe por território russo. Neste sentido, a política externa estadunidense obteve uma vitória importante com a conclusão do oleoduto *Baku-Tbilisi-Ceihan* (BTC) e do gasoduto *Baku-Tbilisi-Erzurum* (BTE) [40], inaugurados em 2006. Iniciando-se no Azerbaijão e seguindo até a Turquia, ambos os dutos cruzam a Geórgia, o que evidencia a importância deste país caucasiano para as potências que disputam a *pipeline politics* na região. (MANKOFF, 2009a, p. 13-19).

Apesar de ter desagradado à liderança russa, estes dutos ainda não ameaçam consideravelmente o papel dominante desta no mercado de energia regional. Contudo, Washington manifestou interesse em apoiar projetos mais ambiciosos, os quais ampliariam em larga escala o transporte de gás à Europa. Dentre estes se destacam o *Trans-Caspian pipeline* (TCP), que permitiria acessar as reservas de Cazaquistão e Turcomenistão através de um duto sob o Mar Cáspio, e o gasoduto *Nabucco*, o qual efetivamente estenderia a conexão do BTE até o centro da Europa, passando por Bulgária, Romênia, Hungria e Áustria. Embora tais planos não tenham se concretizados devido à complexidade política e aos enormes custos envolvidos, o fato de que o governo e as empresas estadunidenses continuaram buscando meios para enfraquecer a posição de Moscou na região possivelmente pesou sobre a decisão do governo russo de intervir militarmente na Geórgia, em agosto de 2008. (DE HAAS, 2010, p. 125, 159-161; MANKOFF, 2009a, p. 19-22).

Outro fator que constituiu uma das causas deste conflito, e que contribuiu para exacerbar os atritos entre as potências, foi a interferência na política interna dos países da CEI pelos governos ocidentais. Tal ação relacionava-se diretamente com a busca destes por ampliar sua presença na região e, ao mesmo tempo, reduzir a influência russa na mesma. Isto ocorreu, pois, ao contrário das autocracias do Golfo Pérsico com as quais os EUA puderam estabelecer alianças duradouras, os governos dos países da Eurásia, incrustados entre gigantes regionais (Rússia e China), tendem a uma posição internacional que privilegia o equilíbrio entre potências em detrimento de alinhamentos rígidos. Deste modo, nesta região o governo estadunidense optou por uma estratégia distinta da adotada no relacionamento com as

[40] Também chamado de *South Caucasus* ("Cáucaso do Sul").

ditaduras aliadas no Oriente Médio: os liberais de Washington que não se constrangem com o despotismo de seus parceiros tradicionais são os mesmos a condenar o autoritarismo na Eurásia. Tal atitude se explica, pois,

> diante da dificuldade em estabelecer parcerias firmes, a alternativa para os Estados Unidos é tentar mudar o status quo político nos teatros domésticos e levar ao poder uma classe dirigente pró-ocidental. Trata-se de um processo de construção de coalizões nacionais coadunáveis com a inserção hegemônica (FERREIRA, 2013, p. 85).

Os processos mais notórios e bem sucedidos de mudança de regime dos quais se valeu a liderança estadunidense foram as chamadas "revoluções coloridas", as quais ocorreram entre 2003 e 2005 na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão[41]. Estas seguiram padrões semelhantes de protestos massivos contra eleições consideradas fraudulentas, culminando na derrubada "pacífica" (sem a irrupção de guerras civis ou repressão generalizada) do governo e a ascensão ao poder da coalizão opositora. Outra semelhança destes episódios reside no fato de que foram substituídas lideranças nacionais próximas à Moscou, principalmente nos casos da Geórgia e da Ucrânia, por novos regimes que receberam apoio explícito de governos ocidentais. (TUDOROIU, 2007).

Ainda que seja objeto de debate se o desenrolar destes acontecimentos foi resultado direto da ação estrangeira, é sabido que houve interferência ativa de agências e governos ocidentais nesses processos políticos, os quais "contribuíram, em maior ou menor grau, para o sucesso das Revoluções Coloridas" (ORTEGA, 2009, p. 17). Em todos os casos ocorreu um "monitoramento eleitoral atipicamente amplo", por meio do envio de observadores da OSCE, os quais rapidamente respaldaram as alegações de fraudes levantadas pelos grupos opositores (BEISSINGER, 2007, p. 261). Estes também foram auxiliados diretamente por distintas formas, indo desde o envio a esses países de representantes do governo dos EUA, até o emprego de ONGs "pró-democracia" deste país – como, *Freedom House*, *National Endowment for Democracy*, *National Democratic Institute*, *International Republican Institute* e a Fundação Soros – e de volumosas contribuições financeiras a ONGs e a "movimentos sociais" locais. (ORTEGA, 2009, p. 17).

> Uma das novidades significativas desta onda de mudanças democráticas foi o papel do governo americano e o das ONGs de promoção da democracia no fomento à expansão da revolução democrática. [...] O governo dos Estados Unidos gastou 65 milhões de dólares promovendo a democracia na Ucrânia nos anos imediatamente precedentes à Revolução Laranja – grande parte

[41] Tais processos ficaram conhecidos nestes países, respectivamente, como Revolução das Rosas, Revolução Laranja e Revolução das Tulipas.

> desta quantia foi canalizada através de ONGs terceiras para ONGs ucranianas e para movimentos sociais, muitos dos quais desempenharam um papel direto na Revolução Laranja. (BEISSINGER, 2007, p. 261, tradução nossa).

O apoio dos Estados Unidos e da Europa, por um lado, e a oposição da Rússia por outro correspondia ao alinhamento internacional defendido pelas lideranças alçadas ao governo. Estas manifestaram explicitamente sua preferência, nos casos da Ucrânia e da Geórgia, por associar seus respectivos países às instituições ocidentais, em detrimento das iniciativas de integração capitaneadas pela Rússia. Deste modo, os novos presidentes destes países "manifestaram interesse em ingressar na OTAN e na União Europeia, o que contrariava os interesses de Moscou, especialmente no que se refere à Aliança Atlântica, que poderia chegar definitivamente a alguns dos mais importantes vizinhos da Rússia." (ORTEGA, 2009, p. 18).

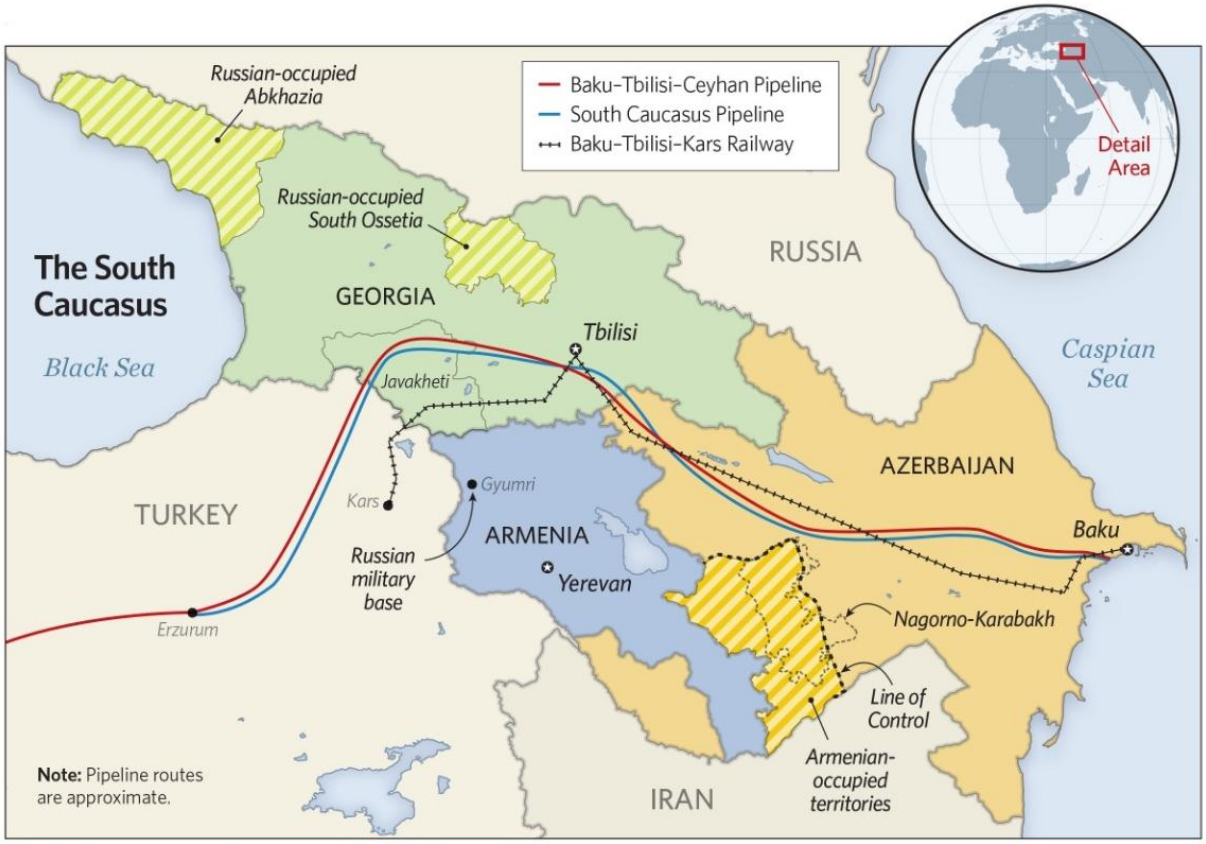
Ademais, também foi argumentado (LO, 2015, p. 101-131) que o rechaço do Kremlin à mudança de regime nos países vizinhos não se deve apenas a diminuição da sua própria influência no espaço da CEI. Ao invés de uma mentalidade puramente imperial, que procura domínio efetivo sobre as demais ex-repúblicas soviéticas, os governantes russos estariam mais preocupados em evitar que estas caiam sob controle de outras potências. Isto se deve tanto pelos supracitados receios em relação à expansão da OTAN nas fronteiras russas e às tentativas de diminuir o papel do país como fornecedor de energia, como pela apreensão do Kremlin de que uma oposição do tipo "colorida" possa ser exportada para o interior da própria Rússia. "Assim, o objetivo principal de Moscou na Geórgia é prevenir que ela se torne uma plataforma de lançamento para os interesses e influências ocidentais na Eurásia" (LO, 2015, p. 128, tradução nossa).

Os elementos expostos acima, bem como os demais apresentados ao longo do capítulo, auxiliam na compreensão das percepções e dos interesses relevantes para os governantes russos nas ocasiões em que foi tomada a decisão de intervir militarmente tanto na Geórgia quanto na Ucrânia. Além disso, ainda que se faça necessário observar os fatores específicos em cada caso, em ambos subjazem questões latentes de separatismo e de disputas territoriais decorrentes do desaparecimento do Estado soviético.

Na Geórgia, o conflito com a Rússia deu-se em torno de duas regiões: Ossétia do Sul e Abkhásia. Com o estabelecimento da Geórgia como país independente estas regiões perderam o status de autonomia garantido pela URSS, o que desencadeou conflitos entre as forças locais e as tropas do novo governo georgiano, entre 1991 e 1994. Na ocasião, o governo russo se colocou como um intermediário entre as partes beligerantes, posicionando tropas nestas

regiões, oficialmente como parte de missões de paz da CEI. Na prática, contudo, os russos não mantiveram uma postura neutra no conflito, auxiliando militarmente os abcásios a combater e a repelir as forças georgianas e fornecendo auxilio financeiro à Ossétia do Sul. (DE HAAS, 2010, p. 135-138). Apesar de não ter sido alcançado consenso entre os beligerantes acerca do status definitivo destes territórios, em ambos foi acordado um cessar-fogo com a presença de monitores da CEI e, na Abkhásia, foi estabelecida a Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG) [42], a partir de agosto de 1993. (ONU, 2009).

Mapa 2 – Cáucaso Sul, regiões separatistas e os dutos BTC e BTE



Fonte: WALKER, 2014

Embora o "congelamento" do conflito tenha resultado em autodeterminação *de facto* de tais regiões, o Kremlin havia optado por não apoiar abertamente os anseios destas por independência. Isto se deu, pois, nos anos seguintes ao cessar-fogo o governo do presidente georgiano Eduard Shevardnadze não buscou reincorporar esses territórios unilateralmente, o que garantia ao Kremlin a possibilidade de manter uma presença militar no país sem ter a necessidade de arcar com grandes custos diplomáticos. Tal situação, entretanto, mudou após a

[42] *United Nations Observer Mission in Georgia*.

"Revolução Rosa" e a substituição de Shevardnadze por Mikheil Saakashvili na presidência da Geórgia, em 2004. Dentre os pontos prioritários da plataforma política de Saakashvili encontrava-se, além da busca pelo ingresso de seu país na OTAN, a retomada dos territórios separatistas. Assim, as relações entre Rússia e Geórgia deterioram-se consideravelmente, principalmente a partir de 2006, quando a liderança georgiana passou a demandar a retirada das tropas russas e tentou recuperar a área onde estas estavam estacionadas na Abkhásia, no Vale Kodori. (DE HAAS, 2010, p. 135-140; MANKOFF, 2009b, p. 260-264).

Os atritos entre estes países continuaram – autoridades georgianas prenderam oficiais russos sob acusações de espionagem e a Rússia retirou seus diplomatas da Geórgia e interrompeu o trânsito de mercadorias com o país – até que, em sete de agosto de 2008, Saakashvili ordenou a ofensiva militar visando à captura da Ossétia do Sul. Apesar de que o ataque fora executado com rapidez, a reação russa também não tardou: "considerando a velocidade na qual as forças armadas da Geórgia e da Rússia trouxeram tropas, ficou claro que ambas as partes haviam se preparado para um confronto armado" (DE HAAS, 2010, p. 135-148, tradução nossa). A massiva resposta russa impôs uma rápida derrota às forças georgianas, as quais foram forçadas a abandonar os territórios disputados e se retirar até Tbilisi, capital da Geórgia. Embora a contraofensiva russa tenha se estendido brevemente além das regiões separatistas – com o intuito de criar zonas tampão, as quais foram devolvidas ao controle da Geórgia após o conflito – e instalações militares fora destas áreas tivessem sido bombardeadas, a capital georgiana não foi capturada. Cinco dias após o início das hostilidades, a breve guerra foi encerrada com a assinatura de um cessar-fogo intermediado pelo presidente francês Sarkozy, o qual exercia a presidência rotativa da UE. (DE HAAS, 2010, p. 135-150).

Após o conflito, a Duma votou favoravelmente pelo reconhecimento da Abkhásia e da Ossétia do Sul como Estados independentes, decisão ratificada pelo Kremlin. A mudança de postura em relação a tais territórios relacionava-se ao reconhecimento da independência do Kosovo pelas potências ocidentais, em fevereiro de 2008. Devido aos laços históricos com a Sérvia e a forte oposição russa ao unilateralismo de Washington em bombardear este país sem o aval da ONU, em 1999, Moscou sempre refutara uma solução para o Kosovo que não fosse acordada com o governo sérvio. (MANKOFF, 2009b, p. 113-134). Mesmo antes da declaração de independência kosovar, o Kremlin já deixara clara sua posição de que o apoio a esta abriria um precedente para outras regiões separatistas, incluindo no espaço pós-soviético (REUTERS, 2007). A intervenção militar russa no país caucasiano relacionava-se, portanto, a questões que iam além de meras disputas locais:

> A invasão da Geórgia e o reconhecimento das regiões separatistas refletiam um cálculo em Moscou que a pausa estratégica [...] que se seguiu ao colapso da União Soviética havia terminado. Era um sinal para o resto do mundo de que a Rússia continuaria a considerar a CEI como sua própria esfera de influência, onde não toleraria ter seus interesses ignorados (MANKOFF, 2009b, p. 264).

3. RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA E A CRISE DEFLAGRADA A PARTIR DO "EUROMAIDAN"

3.1 Território, identidade e a relevância da Rússia e da URSS na formação da Ucrânia contemporânea

Nas seções anteriores foi possível verificar que os atritos entre Moscou e Washington, principalmente em relação ao espaço pós-soviético, tiveram um papel central no conflito deflagrado na Geórgia, em agosto de 2008. Tais disputas no "exterior próximo" da Rússia são de suma importância a fim de compreender o envolvimento deste país na crise ucraniana iniciada no final de 2013. Para isso, além dos fatores já apresentados anteriormente, também se faz necessário examinar as especificidades que tornam as relações com a Ucrânia um tema de relevância ímpar para os russos.

A Ucrânia contemporânea ocupa uma área de pouco mais de 600 mil quilômetros quadrados, sendo o segundo maior país europeu (atrás somente da Rússia). Abrangendo um conjunto de planícies e planaltos, a Ucrânia não possui barreiras geográficas que ajam como fronteiras naturais. Mesmo os Cárpatos não representam um grande obstáculo para a entrada no território ucraniano, já que existem vias de acesso por esta cadeia montanhosa, a qual ocupa apenas uma pequena parte da porção ocidental do país (MAGOCSI, 1996, p. 3-5).

Por seu relevo, suas riquezas naturais – das quais se destaca um dos solos mais férteis do mundo o *tchernoziom*, ou terra negra – e sua localização geográfica como uma das principais vias entre Europa e Ásia, a Ucrânia foi alvo recorrente de invasões e conquistas militares. Tendo em conta apenas a história contemporânea, os territórios que compõe o Estado ucraniano atual já pertenceram a diversas entidades políticas, tais como os impérios russo, austro-húngaro, turco otomano, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Romênia. Deste modo, a dominação estrangeira e a consequente luta contra ela compõem elementos fundantes da história e da identidade ucraniana (SUBTELNY, 2000, p. 5).

A questão política sobre qual caminho seguir como país (inclinar-se a leste, oeste ou perseguir a neutralidade) está intimamente atrelada às disputas travadas entre as diferentes perspectivas históricas sobre as origens da Ucrânia. Sobre este tema, Charles Tilly (1990), ao analisar as diferentes trajetórias das unidades políticas que constituíram os Estados europeus desde o século X, aborda aspectos relevantes acerca das formações estatais que viriam a compor os territórios da Ucrânia e da Rússia contemporâneas. Embora todas as regiões da Europa acabassem por convergir em direção a grandes Estados nacionais, durante os séculos

anteriores as diferenças entre concentração de capacidade coercitiva e de presença ou ausência de capital concentrado marcou caminhos distintos de mudança na configuração estatal, os quais podem ser reduzidos a três tipos: coercitivos, capitalistas ou de coerção capitalizada.

No caso dos territórios que compunham a porção europeia do antigo Império Russo, este autor afirma que se trata do primeiro caso, ou seja, da trajetória coercitiva. Dentro de uma região com escassez de capital, na última década do século X, Kiev era o centro comercial e manufatureiro, localizando-se ao norte das rotas comerciais que ligavam Bizâncio ao oriente (China e Índia) e à Europa ocidental. Os príncipes de Kiev tinham uma fraca autoridade sobre os governantes das outras cidades-estados russas e, assim como no resto da Europa oriental, os camponeses faziam uso da terra por meio de comunas, das quais os terratenentes tinham pouco controle administrativo, mas capacidade coercitiva suficiente para exigir dos camponeses tributos feudais e pagamentos em forma de trabalho. (TILLY, 1990, p. 137-139).

Enquanto na Europa ocidental os invasores (tanto da Escandinávia quanto do Oriente Médio) fixaram sua ocupação e criaram Estados baseados na agricultura, na parte oriental do continente predominavam os conquistadores nômades, cujo domínio consistia em pouco mais do que o pagamento de tributos, a submissão formal e o emprego de expedições militares contra rivais ou súditos insubordinados. Este padrão de invasão e conquista se manteve até o século XV, moldando a realidade sócio-política nas terras russo-ucranianas: em 1069 o grão-duque polonês tomou Kiev, colocando um parente no trono russo; na década de 1230 Kiev foi saqueada pelos mongóis e durante os dois séculos seguintes os príncipes russos passariam a pagar tributos ao *khan*. Após o fim do jugo mongol, os domínios russos se expandiram ao sul e ao leste, aumentando o poder dos líderes militares por meio da conquista de novas terras e estabelecendo um sistema no qual o controle sobre a mão-de-obra camponesa foi reforçado por meio de restrições à sua locomoção. Os monarcas russos, entretanto, ainda possuíam força insuficiente para exercer soberania sobre um território tão extenso, governando apenas indiretamente através do clero e de uma nobreza consideravelmente autônoma. (TILLY, 1990, p. 138-140).

Os tzares Ivan III (1462-1505) e Ivan IV (1533-1584) buscaram estabelecer um domínio mais direto e, por lhes faltar o capital necessário para financiar um exército próprio, procederam a utilizar a terra como moeda de troca, enfrentando e expropriando a nobreza semi-independente e recompensando com propriedades os funcionários e terratenentes leais. Desta forma foi possível aos governantes russos estabelecer o princípio de que somente funcionários do Estado tivessem direito à posse da terra e, a partir do reinado de Pedro I, o

Grande (1682-1725), a subordinação da nobreza à coroa era tão evidente que seus graus hierárquicos baseavam-se no serviço ao tzar. Também foi Pedro I quem introduziu pela primeira vez um controle econômico estrito sobre o Hetmanato, entidade política semiautônoma dos cossacos ucranianos, por meio da imposição de tarifas às rotas comerciais e da taxação de produtos importados e exportados da região. Deste modo o imperador russo visava obter maior extração de recursos do território, bem como sufocar pretensões separatistas, objetivo também perseguido por Catarina, a Grande (1762-1796), a qual completou a incorporação das terras ucranianas com a abolição do Hetmanato. (TILLY, 1990, p. 140-143).

A percepção de que os ucranianos compartilham uma identidade civilizacional com os demais eslavos orientais (bielorrussos e russos) é defendida com base na existência da Rus Kievana (ou Principado de Kiev), entidade política que reuniu diversas tribos eslavas entre os séculos IX e XIII, tida como origem política, cultural e religiosa comum a estes povos. Tais origens históricas são enfatizadas para embasar o argumento de que a Ucrânia deveria buscar a manutenção de relações estreitas com a Rússia. Por outro lado, para defender a posição de uma Ucrânia mais alinhada com os países ocidentais, afirma-se que a cultura ucraniana possui há muito tempo sua própria especificidade étnica, o que seria exemplificado pela existência de um idioma distinto, mas ainda pertencente ao grupo de idiomas eslavos. (SAKWA, 2015, p. 26-28).

Esta disputa de visões históricas remonta a um longo período, acentuando-se particularmente a partir do final do século XVIII quando, após a terceira partição da Polônia, aproximadamente 85% da população ucraniana vivia dentro das fronteiras do Império Russo. A maior parte da Ucrânia atual, localizada às margens do rio Dnieper, era conhecida nesta época como *Malorossiya* (Pequena Rússia) sendo seus habitantes chamados de "pequenos russos". O restante dos ucranianos concentravam-se nos territórios mais oeste, sob o domínio do Império Habsburgo, denominando-se rutenos (ou rutênios). (MAGOCSI, 1996, p. 305; SAKWA, 2015, p. 26-28). A relação secular entre russos e "pequeno-russos" (ucranianos orientais, que vivem às margens do Dnieper), constitui ainda hoje um obstáculo à construção da narrativa de um nacionalismo ucraniano autônomo e, consequentemente, de um projeto de Estado-nação centralizado e etnicamente unitário. Como afirma Sakwa (2015, p. 27), "a pressão constante entre influências orientais e ocidentais [...] é um elemento constituinte do DNA histórico da Ucrânia".

Tendo em vista as disputas entre as potências vizinhas pelos territórios ucranianos, os contornos do que viria a ser a Ucrânia contemporânea só foram adquiridos durante o período

soviético. Em 1917, a queda do czarismo possibilitou que lideranças políticas em diversas regiões pertencentes ao Império Russo, tais como Polônia, Finlândia, Ucrânia e os Estados Bálticos, afirmassem sua secessão como nações independentes. Contudo, como estes processos se deram ainda em meio à Primeira Guerra Mundial, estes territórios acabaram sob a ocupação militar das potências centrais, nomeadamente os impérios alemão e austro-húngaro. (HOBSBAWM, 1995, p. 70). Ainda que os ocupantes tenham tentado se valer do discurso de proteção à "independência" destas nações e instaurado governos fantoches para legitimar seu domínio, a brutalidade da ocupação e da espoliação levada a cabo nestas localidades legitimou o argumento bolchevique de que os dois lados do conflito eram compostos por facções imperialistas travando uma guerra de rapina. (BRUHAT, 1966, p. 27; RENOUVIN, 1964, p. 720-726). Diante das ambições do Czar e do Kaiser[43], crescia entre os ucranianos o apoio aos comunistas liderados por Vladimir Lenin, os quais reconheciam a independência ucraniana ao mesmo tempo em que clamavam pela união voluntária dos povos da antiga Rússia. (CARR, 1977; STEWART, 2015, p. 18).

Embora possa parecer paradoxal, esta posição simultânea de defesa da soberania dos povos e apelo a sua unidade correspondia às bandeiras políticas levantadas pelos bolcheviques muito antes de sua ascensão ao poder. Como defensores do internacionalismo marxista, denunciavam o nacionalismo como ideologia que cumpre a função de mascarar a divisão social presente nas sociedades capitalistas entre as classes exploradas e as exploradoras. Para os marxistas, quando se afirma em cada país que todos são os filhos da mesma pátria, oculta-se que, enquanto uma reduzida fração destes "filhos" vive na opulência, a maioria padece nas fábricas e nas trincheiras para garantir os lucros dessa minoria. Sob essa lógica, não faz sentido que os trabalhadores da Ucrânia lutem contra os seus colegas russos ou alemães, uma vez que o real inimigo de todos estes é a burguesia que os explora cotidianamente e os envia para a morte nas frentes de combate. (MARX; ENGELS, 1990; LENIN, 1987).

Contudo, tal perspectiva internacionalista não impedia os marxistas de se atentarem às lutas nacionais dos povos subjugados. Marx e Engels já haviam se debruçado sobre tal tema, particularmente nos textos em que analisam e apoiam a questão da independência da Irlanda e da Polônia (PAULA, 2008, p. 228-229). Os debates no movimento operário em torno da questão nacional assumiram maior proeminência, no entanto, entre o final do século XIX e o início do século XX, tendo adquirido destaque a obra de Lenin, "Imperialismo: fase superior

[43] Títulos monárquicos dos imperadores da Rússia e da Alemanha, respectivamente.

do capitalismo" [44]. Para o revolucionário russo, na etapa do capitalismo imperialista, os socialistas não poderiam ignorar a luta das nações oprimidas contra a dominação das potências imperialistas. Assim, ainda que os leninistas se opusessem ao nacionalismo, consideravam um dever apoiar a demanda legítima pelo direito de autodeterminação dos povos. Esta era uma questão latente na Rússia czarista, um império multinacional no qual as populações não russas, tais como os ucranianos e outras minorias étnicas, eram um dos alvos prioritários da repressão estatal, sendo até mesmo privadas de falar livremente em seus idiomas originários. (PIPES, 2012, 19-31; LENIN, 1987).

Assim, a Ucrânia converteu-se em um palco importante não apenas da disputa entre as grandes potências, mas também da guerra civil travada nos domínios do antigo império russo entre o nascente governo soviético e as forças opositoras lideradas por oficiais czaristas. Embora tenha assinado o tratado de paz de Brest-Litovsk com a Rússia soviética, o governo alemão fez uso de sua posição na Ucrânia para continuar as hostilidades contra a república socialista, fornecendo material bélico ao Exército Branco contrarrevolucionário que se formou no sul da Rússia (STONE, 2011). Após a retirada dos alemães e a vitória do Exército Vermelho sobre as forças antissoviéticas, a Ucrânia passou a integrar, em 1922, uma nova união com a Rússia, agora não mais como um domínio desta, mas na condição formal de República Socialista Soviética da Ucrânia (RSSU). Estes conflitos, entretanto, haviam cobrado um alto preço: aproximadamente 1,5 milhões de ucranianos mortos. Somaram-se às perdas humanas os territórios tomados pelos exércitos da Polônia, Tchecoslováquia e Romênia. (STEWART, 2015, p. 19-21).

Com o estabelecimento da RSSU, os ucranianos obtiveram, pela primeira vez desde o antigo Hetmanato dos cossacos, uma demarcação territorial e administrativa própria. Buscando diferenciar-se da opressão que o czarismo impunha às etnias não russas, os bolcheviques procuraram desenvolver na nova república uma política ativa de "ucranianização", isto é, de apoio ao desenvolvimento cultural e social da região. Isso incluía a determinação de se falar em ucraniano nas instituições públicas e nos meios de comunicação, bem como o recrutamento de indivíduos da própria Ucrânia para compor os quadros partidários locais. Tais iniciativas tiveram seu efeito amplificado devido à prioridade

[44] Ressalta-se aqui a posição de Lenin não apenas por sua relevância nestes debates, mas também por seu protagonismo na formação do Estado soviético. Cabe salientar, entretanto, que os argumentos do líder bolchevique acerca da questão nacional, do imperialismo e da guerra não eram majoritários entre os dirigentes do movimento operário internacional no período da Grande Guerra. De fato, tais questões estiveram no cerne da ruptura definitiva dos socialistas entre as alas revolucionária e reformista, cujo epicentro ocorreu na social-democracia alemã. Dentre os socialistas que influenciaram o debate sobre o nacionalismo destacam-se, ainda que defendendo perspectivas opostas, Rosa Luxemburg e Otto Bauer. (GALISSOT, 1984; LUXEMBURG, 1988; BAUER, 2000).

dada pelo regime soviético ao desenvolvimento da educação pública. Conforme afirma Subtelny (2000, p. 388), neste ponto foram particularmente eficazes os esforços para reduzir o analfabetismo, uma vez que, dez anos após a revolução, a quantidade de pessoas alfabetizadas na Ucrânia passou de 40% para 70% nas áreas urbanas e de 15% para mais de 70% nas zonas rurais. Tendo em vista que tal avanço sem precedentes na escolarização estava sendo conduzido no idioma local, isto significou que praticamente a totalidade das crianças passou a ser alfabetizada em seu idioma nativo. Segundo o autor, antes da revolução os nacionalistas ucranianos "poderiam apenas sonhar com tais condições", dado que praticamente inexistiam escolas ucranianas (SUBTELNY, 2000, p. 389).

> Não foram o patriotismo ou o tradicionalismo as motivações principais que levaram os ucranianos a manter sua língua nativa. Ao contrário, foi porque, melhor do que qualquer outra língua, o ucraniano permitiu-lhes obter uma educação, informações úteis de jornais e de livros, a se comunicar com as autoridades e a exercer seus empregos. Devido aos programas de ucranianização, a língua e a cultura ucranianas deixaram de ser uma obsessão romântica e exotérica de uma minúscula intelligentsia ou a característica de um campesinato retrógrado. Ao invés disso, o ucraniano caminhava para se tornar o meio principal de comunicação e expressão de uma sociedade moderna e industrializada. (SUBTELNY, 2000, p. 390, tradução nossa).

Tais políticas de apoio às iniciativas locais resultaram em notável florescimento das manifestações artísticas durante a década de 1920. Surgiu um ambiente de intensos debates públicos entre acadêmicos, escritores e poetas e as atividades culturais passaram a atingir segmentos maiores da população. Contudo, na década seguinte, o processo de burocratização política encabeçado por Iossif Stalin reverteu abruptamente este quadro, substituindo os debates pela censura e pela perseguição. A repressão stalinista se abateu por toda a URSS, contudo, o retorno à centralização férrea sob Moscou atingiu especialmente as repúblicas não russas, já que significava que estas perderiam a autonomia conquistada. O entendimento dos bolcheviques acerca da questão nacional na URSS – de que a principal ameaça advinha do chauvinismo grão-russo e que os demais nacionalismos eram menos preocupantes, pois emergiam principalmente como reação àquele – foi anulado. Isto significou o fim do projeto de ucranianização e o retorno ao estudo compulsório do russo nas escolas, bem como a exortação da cultura e da língua russas como "mais apropriadas para o desenvolvimento da amizade internacional, da cooperação e do progresso" (SUBTELNY, 2000, p. 422, tradução nossa).

Além do recrudescimento no campo cultural, na esfera política e social este período ficou conhecido pelos notórios expurgos stalinistas que condenaram milhões de soviéticos à

morte e ao encarceramento. Um dos alvos da repressão foi o próprio partido comunista, particularmente a velha guarda bolchevique que havia tomado parte na revolução de 1917. Praticamente toda esta camada de antigos dirigentes foi aniquilada em meio a conspirações forjadas pela polícia política e confissões obtidas através de tortura e de ameaças a familiares. Mesmo sob o crescente risco de uma nova guerra na Europa, nem a liderança militar foi poupada – o próprio edificador do Exército Vermelho, Leon Trotsky, foi expulso da URSS e posteriormente assassinado a mando de Stalin. Neste sentido, a Ucrânia também foi uma das áreas mais afetadas. "[...] em 1937 Stalin decidiu liquidar toda a liderança do governo soviético ucraniano e do PCU. [...] Estima-se que 37% dos membros do partido comunista na Ucrânia – cerca de 170.000 pessoas – foram expurgadas." (SUBTELNY, 2000, p. 420, tradução nossa).

Além dos membros do próprio partido, também foi vitimada grande parte da *intelligentsia* ucraniana, bem como cidadãos comuns e indivíduos cujo crime era ser enquadrado em determinadas categorias, tais como haver viajado ao exterior ou ter parentes fora do país, ou mesmo ser proveniente da Galícia (parte da Ucrânia ocidental, que se encontrava sob controle da Polônia). Além deste quadro de violência, neste período também ocorreu um evento ainda mais traumático: a fome em larga escala de 1932 e 1933. Entre estes anos, a fim de aumentar a renda do Estado obtida através da exportação de alimentos, Stalin ordenou um acréscimo de 44% para a cota de grãos a ser fornecida pela Ucrânia. Apesar dos apelos de comunistas ucranianos acerca da inviabilidade da nova demanda, o plano foi levado a cabo por meio do confisco sistemático de grãos e da punição severa àqueles que fossem pegos escondendo até mesmo pequenas quantidades para sua própria sobrevivência. Conforme afirma Subtelny (2000, p. 413-416), este episódio deixou profundas cicatrizes demográficas e psicológicas na sociedade ucraniana, tendo em vista que causou mais de três milhões de mortos por inanição e não foi o resultado de catástrofes naturais, mas de decisões políticas.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial a Alemanha passou a prover treinamento militar a nacionalistas ucranianos na Polônia antes da invasão da URSS. Muitos destes pertenciam à Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN) [45] e se inspiravam em ideias fascistas e xenófobas, pregando a discriminação contra poloneses, russos e judeus. Tais militantes – os quais também ficaram conhecidos como "banderistas", em referência ao nome de seu líder, Stepan Bandera – cometeram atrocidades junto com os nazistas, chegando a

[45] *Orhanizatsiia Ukrainskykh Nationalistiv*.

integrar divisões próprias de ucranianos da *Waffen SS*, responsáveis pelo extermínio de meio milhão de pessoas. (SAKWA, 2015, p. 34-35). Embora a aliança com os nazistas não tivesse durado até o fim da guerra, os banderistas seguiram lutando contra soviéticos e poloneses mesmo após a derrota da Alemanha e a declaração do armistício na Europa. Recebendo financiamento secreto da Grã-Bretanha e dos EUA, as milícias nacionalistas remanescentes continuaram a agir na Ucrânia ocidental, sendo derrotadas somente ao final dos anos 1940. (KUBICEK, 2008, p. 111-112).

Com o término destes conflitos e do período de repressão massiva sob Stalin, ainda que continuasse a existir oposição ao governo soviético na Ucrânia, até o final dos anos 1980 não houve um movimento dissidente organizado capaz de congregar parte expressiva da população. Kubicek afirma que tal fato se deve não apenas ao medo das consequências por participar de atividades contra o governo, mas também em decorrência das transformações sociais pela qual passou a Ucrânia.

> Embora a promessa de Khrushchev de ultrapassar os Estados Unidos, em termos de padrão de vida, não tivesse se realizado, as pessoas podiam esperar um emprego estável e o provimento de bens básicos. Mais e mais pessoas passaram a ter acesso ao ensino superior. No final dos anos 1970, pela primeira vez, a maioria da população da Ucrânia morava em cidades. Muitos ucranianos, particularmente aqueles que viviam no leste e no sul da Ucrânia, falavam primeiramente o russo e eram por algumas formas atraídos, e por outras doutrinados, pela ideia de uma cultura soviética/russa maior (KUBICEK, 2008, p. 115, tradução nossa).

No período soviético houve um reforço, deste modo, das delimitações já mencionadas anteriormente entre os ucranianos mais próximos à Rússia e aqueles que não se identificavam com a potência ao leste. Uma possível explicação para isto reside no fato de que a parte oeste da Ucrânia atual só foi incorporada ao país como resultado das mudanças territoriais da Segunda Guerra Mundial. Esta localidade não esteve sujeita ao fluxo migratório de russos que ocorreu em outras regiões do país, lá o ensino do ucraniano continuou a predominar nas escolas e também foi nesta área onde se desenvolveram os movimentos nacionalistas ucranianos mais atuantes, tais como o OUN. Assim, "a identidade – soviética, russa, ucraniana ou algum tipo de mistura – permaneceu dividida e crescentemente regionalizada, um fenômeno que se manifestaria tanto no impulso para a independência quanto na Ucrânia pós-soviética" (KUBICEK, 2008, p. 115, tradução nossa).

3.2 Atritos entre a Rússia e a Ucrânia independente, a "Revolução Laranja" e as crises do gás

Após o fim da URSS, as questões envolvendo identidade nacional e os laços entre as duas maiores repúblicas eslavas da (agora antiga) união afetavam não somente a Ucrânia. Afinal, foi nas terras deste país que se formou o primeiro "Estado" russo, a partir da união das tribos que deu origem à Rus Kievana. Contudo, as atitudes dos governantes nas novas repúblicas apontavam divergências acerca do grau de proximidade almejado por estes para as relações entre seus países. O presidente ucraniano Leonid Kravchuk (1991-1994) rejeitava a perspectiva de legislação ou de cidadania em comum, bem como o reconhecimento da CEI como sujeito de direito no ordenamento jurídico internacional. Sob esta perspectiva, a Comunidade servia como uma etapa para a separação completa entre Rússia e Ucrânia. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 161).

Uma das questões que refletiu a dificuldade destes Estados para alcançar pontos em comum foi àquela relacionada ao controle das forças armadas. Conforme visto anteriormente, não obstante a oposição russa pela criação de exércitos nacionais separados, o acordo inicial de estabelecer um comando militar unificado não prosperou. Com o fim deste, o Kremlin passou a exigir que o armamento nuclear soviético presente nas outras repúblicas fosse transferido à Rússia. Nesta demanda o governo de Yeltsin recebeu apoio dos EUA, uma vez que para Washington era preferível lidar com apenas uma potência nuclear sucessora da URSS do que com várias. Além da Rússia, das outras três repúblicas ex-soviéticas que detinham armas nucleares, Belarus e Cazaquistão concordaram em ratificar o START, enquanto o governo ucraniano permaneceu refratário. Apenas em setembro de 1993, em um encontro com Yeltsin, Kravchuk concordou em ceder o arsenal nuclear de seu país em troca do perdão de uma parte das dívidas que a Ucrânia tinha com a Rússia. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 161). Contudo, a forte oposição do parlamento ucraniano ao acordo significou que a Ucrânia só viria a abrir mão definitivamente das ogivas nucleares no governo seguinte, isto é, do presidente Leonid Kuchma (1995-2004).

As negociações entre Kuchma e Yeltsin possibilitaram superar alguns pontos de discordância importantes, tais como o status nuclear da Ucrânia e a questão do uso da base naval de Sevastopol. Ainda havia, entretanto, atritos nas relações entre os dois países, particularmente devido à animosidade manifestada entre seus órgãos legislativos. Não obstante a assinatura de um tratado de amizade, o perdão da dívida ucraniana e a declaração pública em que Yeltsin afirmou o respeito à integridade territorial da Ucrânia, o parlamento

deste país recusava-se a ratificar o acordo assinado entre os dois presidentes acerca de Sevastopol. Como retaliação, o Conselho da Federação também atrasou a ratificação do tratado de amizade e cooperação, atrelando-o à concessão do uso da base naval no Mar Negro. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 174-175).

Logo após a sucessão de Yeltsin por Putin, um dos pontos mais espinhosos nas relações com a Ucrânia tornou-se a questão do ingresso deste país na OTAN, objetivo declarado por Kuchma em 2002. Em 1997 o governo ucraniano já havia assinado uma carta de parceria com esta organização e, no mesmo ano, a Ucrânia foi o terceiro país que mais recebeu ajuda externa dos EUA, ficando atrás somente de Israel e Egito. (KUBICEK, 2008, p. 157). Embora a esta altura as relações entre Moscou e os países ocidentais ainda não estivessem significativamente abaladas, a perspectiva de que a Ucrânia viesse a compor a aliança transatlântica desagradava ao Kremlin, tanto por ser uma ameaça a sua segurança quanto porque inviabilizaria as pretensões russas de liderança no espaço pós-soviético. Contudo, Kuchma evitou, tanto na prática quanto no plano retórico, uma postura abertamente antirrussa, chegando a concordar em tomar parte no "espaço econômico único" proposto pelo Kremlin. Deste modo, ao final da era Kuchma o saldo não foi totalmente negativo para Moscou: mesmo que as propostas de integração no espaço da CEI não tivessem prosperado, a Ucrânia ainda não havia se voltado definitivamente para o ocidente.

Com as eleições presidenciais de 2004, que definiram o sucessor de Kuchma, a Ucrânia passou por um período de grande turbulência política que culminou na chamada "Revolução Laranja". Este evento, além de reforçar os sinais de uma divisão política no país, também exemplificou a inclinação das potências ocidentais e da Rússia em influenciar os rumos da política interna ucraniana. Após a Comissão Eleitoral ter declarado Viktor Yanukovich – candidato apoiado pelo presidente Leonid Kuchma e por Moscou – como vencedor, manifestantes passaram a protestar em Kiev contra fraudes cometidas durante o segundo turno (KUBICEK, 2008. p. 185-188). A União Europeia e os EUA, baseando-se em relatos de monitores da OSCE, também se manifestaram condenando as fraudes e abusos durante o processo eleitoral. A pressão internacional se manifestou, ainda, através do envio de uma mensagem de George W. Bush ao presidente Kuchma, alertando que a adulteração das eleições poderia prejudicar as relações entre a Ucrânia e os EUA. (ORTEGA, 2009). Sofrendo desgaste doméstico e internacional, o presidente Kuchma viu-se isolado quando o parlamento e a Suprema Corte pronunciaram-se favoravelmente à realização de um novo segundo turno.

Durante a campanha, Putin não escondeu sua preferência por Yanukovich fazendo aparições públicas ao lado do candidato governista. Com os acontecimentos que se sucederam

após o segundo turno, o Kremlin criticou a oposição ucraniana por não reconhecer o resultado do pleito, bem como a interferência das potências ocidentais por intrometer-se nos assuntos internos da Ucrânia. Mankoff considera que o apoio escancarado de Putin a Yanukovich possa ter contribuído para acirrar a crise, uma vez que esta postura ofendeu parte dos ucranianos, por representar um "paternalismo (ou algo pior)" da parte russa (MANKOFF, 2009b, p. 249-250, tradução nossa). Mesmo com críticas à atuação do Kremlin, o mesmo autor também reconhece que o papel desempenhado pelos EUA – especialmente através de ONGs como USAID e a Fundação George Soros – ainda que fosse "destinado para garantir um processo eleitoral justo" acabou, na prática, favorecendo Yushchenko. (MANKOFF, 2009b, p. 250).

Com a repetição do pleito e a consequente vitória do opositor Viktor Yushchenko tornou-se real o risco de que a política anterior de equilíbrio entre as potências fosse abandonada em favor de uma guinada a oeste no alinhamento internacional da Ucrânia. Isto ocorria, pois, na tentativa de se diferenciar do impopular Kuchma, Yushchenko falava de modo mais explícito em integrar a Ucrânia às instituições ocidentais – notadamente à União Europeia e à OTAN. O apoio ocidental, entretanto, não foi o suficiente para manter Yushchenko no poder por mais um mandato, uma vez que este não conseguiu cumprir com as expectativas populares de democratização e prosperidade econômica reivindicadas na "Revolução Laranja", resultando na eleição de Yanukovich, em 2010.

A eleição de 2004 ilustrou que o país apresentava uma significativa divisão política, dado que a vitória de Yushchenko deu-se sobre uma pequena margem de diferença (52% dos votos contra 44% obtidos por Yanukovich), não obstante as manifestações em Kiev e as denúncias de fraude. Mais alarmante, contudo, foi a constatação de que tal divisão assentava-se sobre bases geográficas e linguísticas, uma vez que nas regiões do oeste, onde o idioma preponderante é o ucraniano, a vitória de Yushchenko (apoiado por EUA e UE) nas urnas foi esmagadora, enquanto nas regiões ao sul e ao leste, nas quais a maioria da população fala russo, Yanukovich (preferido por Moscou) foi o vencedor inconteste (ORTEGA, 2009).

Esta divisão continuou a marcar a vida política da Ucrânia durante a década seguinte, tendo em vista o fracasso da "Revolução Laranja" e as desilusões com as promessas democratizantes de Yushchenko. Não obstante as numerosas denúncias de corrupção que pesavam sobre o governo Kuchma, os chamados oligarcas continuaram a exercer posições influentes no novo governo bem como persistiram os pactos entre as elites para sua própria permanência no poder. (GAMBOA, 2014). De fato, os campeões da reviravolta laranja provinham do mesmo meio político que tanto repudiavam. Yushchenko, embora tenha

vendido a imagem de um reformador liberal que se opunha aos políticos no poder, tinha sido primeiro-ministro de Kuchma até 2001, chegando a assinar uma carta que condenava os protestos realizados contra o presidente neste ano. Andrew Wilson (2015, p. 319-322), embora se posicione favoravelmente à "Revolução Laranja", comenta que Yushchenko provavelmente se comprometeu com o ex-presidente e seus associados de que estes não seriam processados futuramente.

Outra figura que assumiu grande destaque com os eventos de 2004 foi Yulia Tymoshenko, a qual procurava mostrar-se como mais próxima ao povo, prometendo melhores salários e políticas sociais, bem como o combate aos oligarcas e a "reprivatização" das indústrias que estivessem implicadas em esquemas de corrupção. Tymoshenko, entretanto, havia se beneficiado pessoalmente com as negociatas dos anos 1990, acumulando fortuna superior a 300 milhões de dólares. Por seus negócios na área energética, favorecidos pelo então primeiro-ministro Pavlo Lazarenko, Timoshenko ficou conhecida como a "princesa do gás". Embora viesse a encabeçar o novo governo como primeira-ministra, disputas internas resultaram no rompimento entre as lideranças laranjas. Timoshenko, entretanto, continuou sendo uma figura popular na política Ucraniana, perdendo o segundo turno das eleições presidenciais de 2010 por menos de 4% dos votos[46]. (WILSON, 2015, p. 322-340).

Seria um exagero afirmar, portanto, que a "Revolução Laranja" deve-se inteiramente às forças estrangeiras atuando na Ucrânia. Ao contrário, a bibliografia consultada aponta para o papel fundamental das causas locais, notadamente, a insatisfação popular com a carestia, a desigualdade social e os escândalos de corrupção. O quadro político e socioeconômico da Ucrânia indica problemas similares aos de outros países que se estabeleceram após a declaração de independência da URSS, no início da década de 1990: crescimento da pobreza, declínio econômico, deterioração dos serviços públicos de assistência social, controle da mídia pelos grupos no poder e frequentes acusações de fraude eleitoral. Neste contexto, as divisões históricas, culturais e étnico-linguísticas representam elementos passíveis de instrumentalização por ideologias extremistas e influências externas. (KOROSTELINA, 2013).

Apesar de ter inicialmente rechaçado a contestação das eleições e o processo que levou os opositores "laranjas" ao poder, a Rússia optou por não romper relações com a Ucrânia. Mankoff (2009b, p. 250-251) aponta que o Kremlin acabou por seguir esta posição devido a

[46] Victor Yanukovich, o vencedor deste pleito, conseguiu 48,9% dos votos, enquanto Yulia Timoshenko obteve 45,5%. O presidente Yuschenko não passou do primeiro turno, com apenas 5,5% dos votos. (WILSON, 2015, p. 339-340).

um conjunto de fatores. Um destes é que, apesar da retórica pró-ocidental, o novo governo ucraniano não se inclinava a tentar romper bruscamente os laços com a Rússia – de fato, logo após sua posse Yuschenko reforçou isso, indo conversar pessoalmente com Putin. Além disso, mesmo que seu candidato preferido tivesse sido derrotado, Moscou ainda possuia meios significativos para exercer influência sobre o governo ucraniano, o que se verificou com as crises do gás de 2006 e de 2009. Por fim, neste momento o governo russo não parecia disposto a arriscar uma deterioração nas relações diplomáticas com os EUA, "pelo menos em quanto percebesse que a consolidação do poder no âmbito doméstico não estivesse completa" (MANKOFF, 2009b, p. 250).

Ainda que a ruptura entre Moscou e Kiev tivesse sido evitada, as relações entre os dois governos não se deram de forma harmoniosa. Um dos pontos centrais de desavença deu-se em torno do fornecimento de energia, mais especificamente do gás advindo da Rússia. Neste tema existem duas questões que se interrelacionam: o gás consumido pela Ucrânia e aquele que transita pelo território deste país em direção ao mercado europeu. Ocorre que o governo russo, como parte da política de fortalecer sua posição no mercado mundial de gás natural, não estava mais disposto a continuar fornecendo o combustível aos países da CEI por preços inferiores aos cobrados dos demais países. Além disso, os russos também visavam aumentar sua participação nas redes de transporte de gás, a fim de dimiuir os custos com taxas pagas às empresas dos países nas rotas de trânsito. Essas metas se contrapunham frontalmente aos objetivos do governo ucraniano, ou seja, de continuar a receber gás subsidiado e de se valer de sua posição como corredor de abastecimento para cobrar tarifas elevadas pelo uso dos dutos em seu território. (TSYGANKOV, 2016, p. 199-200; MANKOFF, 2009b, p. 252)

Tal impasse irrompeu severamente no início de 2006, no episódio conhecido como a primeira "crise do gás". Por não ter sido alcançado um acordo acerca do novo preço do gás e de como Kiev pagaria suas dívidas anteriores, a Gazprom cumpriu com a ameaça de cortar o abastecimento da Ucrânia no primeiro dia daquele ano. As autoridades ucranianas responderam ameaçando desviar o gás destinado à Europa para atender às necessidades de seu país. Enquanto o governo ucraniano tentou enquadrar esta ameaça como uma medida necessária diante do "imperialismo descarado" da parte russa, esta, por sua vez, acusou Kiev de chantagear os países europeus através do confisco do gás que estes já haviam pagado e de utilizar uma disputa comercial para fins políticos, tendo em vista as iminentes eleições parlamentares – para as quais se projetava a derrota dos candidatos laranjas (MANKOFF, 2009b, p. 253).

A crise cessou três dias depois, quando as partes chegaram a um acordo acerca do novo preço do gás e o transporte deste foi normalizado. Contudo, não foi possível chegar a um acordo definitivo, o que levou a Gazprom, em março de 2008, a reduzir temporariamente o volume do combustível entregue à Ucrânia. Neste ano, o preço que este país pagava pelo gás russo era estimado em 179,5 dólares por metro cúbico, o que correspondia a menos da metade do valor pago pelos europeus (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 178). Em janeiro de 2009 ocorreu uma repetição da crise de 2006, com o agravante de que houve o corte de todo gás que transitava pela Ucrânia, interrompendo o abastecimento da Europa. Além de demonstrar os atritos entre os dois maiores países eslavos, tais ciscunstâncias também reforçaram a crítica de que a Rússia não era confiável como fornecedora de energia para a Europa. O Kremlin, por sua vez culpava a intransigência de Kiev pelas suspensões de fornecimento, reforçando a necessidade de construir rotas alternativas. De fato, estas crises foram um dos fortes argumentos para os projetos de novos dutos tais como o South Stream (que não se concretizou) [47] e o Nord Stream. (MANKOFF, 2009a).

Alguns autores, como Wilson (2015, p. 324-328) e Kubicek (2008, p. 175) sugerem que a posição russa deu-se por motivos políticos, isto é, para punir os partidos laranjas e fortalecer a oposição mais próxima ao Kremlin. Outros acadêmicos não rejeitam completamente este argumento, porém enfatizam outras causas para as "crises do gás". Mankoff (2009b, p. 252-255) considera que os fatores econômicos pesaram fortemente na decisão do Kremlin. Este autor sugere que existe certa ironia no fato de que o governo russo foi criticado justamente por fazer o que os países Europeus vinham exigindo, uma vez que o término da política de subsídios aproximava os negócios da Gazprom à economia de mercado e implicava em aceitar as ex-repúblicas soviéticas como Estados soberanos – as quais poderiam, assim, pagar o mesmo preço que os demais países. Afinal, "se a Ucrânia queria ser um Estado europeu, deveria pagar suas contas como tal" (MANKOFF, 2009b, p. 254, tradução nossa).

Tsygankov (2016, p. 199-200) também corrobora esta linha argumentativa, lembrando que Moscou reduziu consideravelmente os subsídios nos preços do gás até para aliados próximos, tais como Bielorrússia e Armênia. Este autor afirma que a normalização dos preços do gás no âmbito da CEI representa um dos aspectos da politica russa de fortalecer seu papel no mercado de hidrocarbonetos da Eurásia e, simultaneamente, de ampliar os benefícios

[47] O South Stream previa a distribuição do gás da Rússia ao sul da Europa através da construção de um duto submarino sob o Mar Negro. Ainda que o projeto original não tenha sido concretizado, está prevista a construção de uma rota alternativa, através da Turquia. (ANDERSON, 2014).

extraídos desta posição. Além da revisão dos preços, da busca por construir novas rotas de dutos e por ampliar a participação russa em empresas estrangeiras de transporte de energia, tal política também se expressou no aumento dos preços pagos pelo combustível importado dos países do Cáspio e da Ásia Central. Isto se deu, pois, "com preços atraentes e com um sistema de transporte de energia já estabelecido, seria menos provável que os Estados do Cáspio construíssem novos dutos [...]" (TSYGANKOV, 2016, p. 200), mantendo a preponderância russa neste espaço.

As desavenças com o governo ucraniano foram exacerbadas devido à postura adotada pelo presidente Yushchenko de demonstrar solidariedade à Geórgia durante o conflito entre este país e a Rússia, em 2008. O apoio ao país caucasiano, embora não tenha ido além da esfera diplomática, não apenas irritou o Kremlin, mas também foi de encontro à posição de parte considerável dos cidadãos da própria Ucrânia. Uma pesquisa realizada logo após esta guerra pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev (KIIS) [48] apontou que 38,4% dos ucranianos culpavam a Geórgia pelo conflito, enquanto 20% consideravam que a culpa havia sido da Rússia (WILSON, 2015, p. 334-336). Contrastando com a opinião do presidente, Yanukovich chegou a pedir o reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abkhásia como Estados independentes, embora seu partido (Partido das Regiões) permanecesse dividido a respeito da questão. Tymoshenko, contrariando sua personalidade pública, preferiu não se posicionar claramente acerca do conflito.

Além da questão da Geórgia, outro ponto polêmico surgido na gestão de Yushchenko foi o estímulo ao revisionismo histórico a fim de reabilitar a OUN. Embora a tentativa de retratar esta organização como defensora legítima do nacionalismo ucraniano tivesse algum apoio em Kiev e na parte oeste do país, causou rechaço em grande parte da população, notadamente entre aquela simpática à Rússia. Tendo em vista que as atrocidades cometidas pelos nazistas e por seus colaboradores banderistas ainda são lembradas vivamente por estes ucranianos, para eles foi particularmente estarrecedor quando Yushchenko concedeu o maior título honorífico do país, isto é, o de "Herói da Ucrânia", ao próprio Stepan Bandera. (WILSON, 2015, p. 339-340).

Wilson (2015, p. 339-340) afirma que tal fato contribuiu para a derrota da então primeira-ministra Tymoshenko nas eleições presidenciais. O autor considera, entretanto, dois outros fatores como determinantes na derrota de Tymoshenko: sua posição à frente do governo durante o colapso de 15% do PIB ucraniano em 2009 e sua tentativa de negociar um

[48] *Kiivskii Mijnarodnii Institut Sotsiologii*

acordo de divisão de poderes com Yanukovich. Embora os líderes laranjas tenham sido os grandes perdedores, o ceticismo dos ucranianos com os políticos tradicionais levou um número recorde de eleitores a votarem em nenhum candidato. “Todos os principais candidatos eram apoiados por oligarcas, jogando a versão local da dança das cadeiras. A retórica anticorrupção era, deste modo, tanto universal quanto insignificante” (WILSON, 2015, p. 339).

3.3 Crise no governo Yanukovich, movimentos separatistas e a anexação da Crimeia pela Rússia

A ascensão de Yanukovich à presidência, em 2010, parecia indicar uma melhora nas relações entre Kiev e Moscou. De fato, foi possível concluir os acordos que permitiram a locação da base de Sevastopol à Rússia por 25 anos em troca de descontos no preço do gás importado. Além disso, o governo ucraniano anunciou, em maio daquele ano, que abandonaria o projeto de ingresso na OTAN. Contudo, tais fatos não significaram um alinhamento automático com o Kremlin. Os mandatários ucranianos ainda não estavam dispostos a ingressar na União Aduaneira proposta pelos russos, mesmo que o prêmio para a aceitação deste convite implicasse em uma redução maior no preço do gás. Embora Kiev insistisse em pagar menos pelo hidrocarboneto, Yanukovich não concordava com qualquer uma das condições demandadas por Moscou, isto é, que a Ucrânia assumisse maior compromisso com os projetos de integração da CEI ou a cessão de parte da Naftogaz – a empresa responsável pelo sistema de trânsito do gás neste país. (LO, 2015, p. 109-110).

A fim de tentar fortalecer sua posição nas negociações com Moscou, um dos meios empregados por Kiev foi diminuir o volume de gás proveniente da Rússia em favor de gás importado da Europa. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015, p. 180). Em longo prazo, contudo, tal alternativa possivelmente acarretaria um prejuízo ao invés de uma solução. Ao contrário de forçar o Kremlin a ceder, acaba por servir de estímulo à construção de novos dutos, o que significa que a Ucrânia perderia a renda proveniente das taxas aplicadas ao gás que cruza seu território. Como o mercado europeu de gás é atendido majoritariamente pelas reservas russas, importar da Europa significa comprar indiretamente da Rússia. A estratégia de se valer deste suprimento “reverso” de gás além de não prejudicar as vendas russas, acabaria, paradoxalmente, por depreciar a posição ucraniana como rota de trânsito. Os maiores beneficiários desta reconfiguração seriam os países atendidos pelas novas rotas, os quais poderiam não apenas receber o gás russo a preços menores, como revendê-lo aos

ucranianos. Atualmente quem ocupa esta posição privilegiada é a Alemanha, abastecida diretamente pelo Nord Stream.

Tais atritos, que revolvem em torno do problema da orientação econômica e geopolítica da Ucrânia, culminaram na crise terminal do governo Yanukovich, no final de 2013. Neste período, as negociações entre o governo ucraniano e a UE para a assinatura de um Acordo de Associação estavam em estágio avançado, prevista para ocorrer na reunião de cúpula da UE em Vilnius, em novembro daquele ano. Embora a aceitação desse tratado não constituísse o ingresso imediato da Ucrânia como membro pleno do bloco europeu, certamente indicava um passo importante nesta direção. Além disso, o acordo incluía cláusulas comerciais que, apesar de oferecer maior acesso ao mercado europeu, tornariam incompatível a entrada da Ucrânia na União Econômica Eurasiática. A constatação de que a Ucrânia encontrava-se em uma encruzilhada entre a UE e a UEE não se deu por uma imposição do Kremlin, mas por uma afirmação do próprio comissário para ampliação e política de vizinhança da UE, Štefan Füle. (SAKWA, 2015, p. 90-91).

O governo russo respondeu propondo aos ucranianos um acordo mais vantajoso, que incluía um empréstimo de 15 bilhões de dólares e a redução do preço do gás de 410 para 268,5 dólares por mil metros cúbicos. Yanukovich aceitou a oferta russa e anunciou que, por hora, não assinaria o Acordo de Associação com a UE. Conforme afirma Sakwa (2015, p. 85-92), tal decisão não se deu por preferências ideológicas, mas porque a proposta do Kremlin trazia benefícios imediatos, particularmente tendo em conta a situação precária em que se encontrava a economia da Ucrânia. Os governos ucranianos estavam habituados a se valer das contradições entre a Rússia e o Ocidente para extrair vantagens, deste modo, dificilmente poderia se prever que o acordo com a Rússia – o qual possibilitava à Ucrânia, mais do que a proposta europeia, manter as vantagens advindas de sua posição não alinhada – seria o estopim de revoltas que provocariam a queda do regime.

Não obstante, após o anúncio de que o acordo com a UE não seria assinado, foi isso o que ocorreu: manifestantes em Kiev começaram a se congregar na histórica Praça Maidan, o epicentro da Revolução Laranja de 2004, para protestar contra Yanukovich. A violência empregada pelo governo para dispersar o protesto acabou por estimular o crescimento e a radicalização deste, fazendo com que a praça fosse continuamente ocupada por milhares de opositores até fevereiro de 2014. Logo o protesto foi batizado pela mídia de “Euromaidan”, unindo o nome do local com a inclinação pró-europeia dos seus participantes. Tal denominação, contudo, não é precisa, uma vez que o elo principal entre a massa heterogênea

de manifestantes não era a orientação externa do país, mas o rechaço ao regime. (WILSON, 2015, p. 344-345).

Ao longo das semanas, a mobilização envolveu centenas de milhares de pessoas em Kiev, de variadas faixas sociais e etárias, a maioria delas não afiliada a nenhuma organização política. Embora diversos parlamentares oposicionistas tivessem comparecido para prestar seu apoio, ao contrário do que ocorreu com a liderança laranja na década anterior, nenhum partido tradicional conseguiu se consagrar como liderança clara do movimento. (REID, 2015, p. 161-165). Diante deste cenário, grupos de extrema-direita – tal como o partido *Svoboda* e o agrupamento *Pravyi Sektor* ("Setor de Direita") – conseguiram ocupar um papel de destaque nos protestos. O *Svoboda*, por exemplo, foi o responsável por uma das primeiras cenas que deram notoriedade ao Euromaidan, a derrubada da estátua de Lenin, bem como desempenhou papel fundamental na invasão da prefeitura de Kiev. Ainda que compusessem uma pequena parcela dos manifestantes, tais organizações obtiveram legitimidade nos protestos, conseguindo massificar o uso de sua saudação – a mesma empregada pelos banderistas do OUN – de "Glória à Ucrânia!", respondida prontamente com o grito "Glória aos Heróis!" [49]. (LUHN, 2014).

Os confrontos entre a polícia e os ocupantes se intensificaram a partir do final de janeiro, levando às primeiras mortes e à radicalização das ações. Também foi a partir deste período que a crise passou a assumir contornos marcadamente internacionais, com o envolvimento aberto dos governos ocidentais. No discurso oficial destes, o apoio aos protestos era justificado, uma vez que era necessário amparar as demandas dos manifestantes pelo aprofundamento da democracia e pelo direito do povo ucraniano de escolher seu próprio destino – isto é, associar-se aos países ocidentais. Contudo, o vazamento de ligações que implicavam funcionários do alto escalão da diplomacia estadunidense, nomeadamente a Secretária-Assistente de Estado Victoria Nuland e o embaixador dos EUA na Ucrânia, Geoffrey Pyatt, expôs uma versão mais comprometedora do papel desta superpotência na crise.

> Embora o mantra das potências atlânticas fosse que a soberania ucraniana deveria ser respeitada, a gravação revelou que os EUA tinham ideias claras sobre quem deveria assumir o poder. [...] nitidamente expressando o desejo de ver Arseniy Yatsenyuk tornar-se primeiro ministro. Os dois, então, discutiram como isso poderia ser alcançado. Eles consideraram como manejar a oposição ucraniana e como envolver a ONU e notaram que reforço de alto nível estava aguardando de prontidão na figura do vice-

[49] Outras saudações ressuscitadas dos anos 1930 e que se tornaram comuns eram os slogans "Morte aos inimigos!" e "Ucrânia acima de tudo!". (LUHN, 2014).

> presidente Joe Biden, o qual poderia dar prosseguimento ao processo no tempo apropriado. (SAKWA, 2015, p. 87, tradução nossa).

Outro aspecto revelador da gravação foi o descontentamento da Casa Branca com seus aliados europeus pela hesitação destes em se engajar mais decididamente no apoio aos protestos. (PILKINGTON; HARDING; 2014). Embora os aliados transatlânticos comungassem com o objetivo de afastar a Ucrânia da Rússia, havia discordância entre eles acerca da estratégia a ser empregada para atingir tal finalidade. Analisando o conteúdo do áudio, Jonathan Marcus afirmou:

> A UE está dividida e, em certo grau, hesitante sobre se envolver em uma briga com Moscou. Certamente não pode ganhar uma batalha em curto-prazo pela afeição da Ucrânia contra Moscou – ela não possui os estímulos monetários disponíveis. A UE buscou jogar um jogo de longa duração, valendo-se de seu poder de atração ao longo do tempo. Mas os EUA estão claramente determinados a desempenhar um papel muito mais ativista. (BBC, 2014b, tradução nossa).

Em meados de fevereiro a escalada da violência se materializou em tiroteios que resultaram na morte de dezenas de manifestantes e policiais. O protesto transformara-se em insurgência e em algumas regiões do país, tais como Volyn, Lviv e Ternopil, os oposicionistas já haviam conseguido tomar prédios públicos e arsenais militares. Diante do risco de uma guerra civil, o governo Yanukovich concordou em se reunir com ministros do exterior da Alemanha, França e Polônia para buscar uma solução negociada. No dia 21 de fevereiro, um acordo foi firmado entre o presidente e os líderes dos três principais partidos da oposição[50], tendo como testemunhas os ministros dos países supracitados e o enviado especial russo Vladimir Lukin. (SAKWA, 2015, p. 96-100).

Além de estabelecer que as autoridades renunciavam ao uso da força, que os atos de violência seriam investigados em conjunto com a oposição e o Conselho da Europa e que as reformas constitucionais de Yanukovich seriam repelidas em favor da adoção de uma nova carta na qual os poderes do presidente seriam reduzidos, o acordo também previa a formação de um novo governo pelo parlamento em dez dias e que novas eleições presidenciais deveriam ser realizadas até o final do ano[51]. Velasco e Cruz (2013) lembra que até mesmo para um analista neoconservador sem qualquer simpatia pelas pretensões russas, como Max Boot (2014), tal acordo representava uma capitulação quase completa de Yanukovich.

---

[50] Arseniy Yatsenyuk, Vitaliy Klichko e Oleh Tyahnibok, representantes, respectivamente, dos partidos Batkivshchyna, UDAR e Svoboda.

[51] Cf. "Agreement on the Settlement of Crisis in Ukraine - full text" (THE GUARDIAN, 2014).

O acordo, entretanto, não foi bem recebido pelos manifestantes, os quais procederam a tomar os prédios do governo, bem como a residência presidencial sem que houvesse oposição da polícia ou dos militares. Impotente e abandonado por seu partido, Yanukovich deixou Kiev sem renunciar a presidência e denunciando que um golpe estava em andamento. Sem seguir o procedimento constitucional, o impeachment de Yanukovich foi considerado aprovado pelos parlamentares oposicionistas em 22 de fevereiro, enquanto insurgentes armados perambulavam pela câmara legislativa. Para liderar o novo governo, foi escolhido o preferido de Washington, Yatsenyuk, como novo primeiro-ministro e Oleksandr Turchynov (um aliado próximo de Yulia Tymoshenko) como presidente interino. Tais eventos implicaram em uma profunda divisão entre as potências internacionais e entre a própria população ucraniana, opondo aqueles que consideraram a mudança de regime como um triunfo revolucionário daqueles que afirmavam se tratar de um golpe. (SAKWA, 2015, p. 105-107).

Entre a parcela da população que discordava do modo como havia se dado a transição política, o repúdio foi acentuado em decorrência de uma série de medidas adotadas pelos novos donos do poder em Kiev. Dentre um gabinete de 21 ministros, apenas dois dos indicados procediam das regiões leste e sul (as quais correspondem a metade do país). Os partidos da extrema direita russofóbica obtiveram a chefia de ministérios responsáveis por áreas centrais, tais como justiça, segurança nacional e defesa, além de cinco postos como governadores. Além disso, as milícias formadas por tais grupos xenófobos não apenas foram toleradas pelo novo governo, como ganharam certa legitimidade, sendo parcialmente incorporadas pela nova "Guarda Nacional" criada pelo ministro do interior em exercício, Arsen Avakov. A nova projeção alcançada por estes grupos multiplicou a retórica antirrussa no parlamento, culminando na revogação do direito a existência de uma segunda língua oficial nas regiões. Isto significou um ataque direto aos falantes do russo, causando revolta especialmente na Crimeia e no Donbas[52]. (SAKWA, 2015, p. 106-110).

Nestas áreas o repúdio à nova administração em Kiev provocou mobilizações populares que copiaram a tática empregada pelos manifestantes do Maidan de ocupar prédios públicos. Na Crimeia, cuja população é de origem majoritariamente russa, a resistência e a desconfiança em relação ao novo governo deram ímpeto a um movimento declaradamente separatista. Os militantes separatistas, encontrando pouca resistência das autoridades ucranianas, tomaram o controle de prédios públicos e de bases militares na península. No dia

[52] Historicamente, Donbas é a designação dada a região da bacia do rio Donets. Na Ucrânia contemporânea, o nome Donbas é comumente empregado para se referir às regiões de Donetsk e Lugansk (ou Luhansk), as quais situam-se na fronteira leste deste país com a Rússia (cf. Figura 5).

16 de março foi realizado um referendo – considerado ilegal não apenas por Kiev, mas também pelos Estados Unidos e pela UE – no qual, segundo as autoridades da Crimeia, mais de 95% dos eleitores votaram pela separação da Ucrânia em favor da anexação pela Rússia. (BBC, 2014a). Dois dias depois, o presidente russo, Vladimir Putin, assinava o decreto de anexação da península à Federação Russa.

O governo interino optou pela via militar para suprimir os movimentos oposicionistas ao leste do país, lançando uma "operação antiterrorista" contra as regiões rebeladas. Isto deu início a uma guerra civil que devastou a região do Donbas e resultou, segundo dados da ONU de 2016, em aproximadamente 1,1 milhão de refugiados e 9,5 mil mortos. (BBC, 2016). O conflito também levou as relações entre a Rússia e os países ocidentais ao ponto mais baixo desde a Guerra Fria, uma vez que estes acusavam Moscou de fornecer apoio aos rebeldes. Tentativas de negociar o fim das hostilidades falharam até o estabelecimento do chamado segundo acordo de Minsk, em fevereiro de 2015. Elaborado com a participação dos líderes de Rússia, Ucrânia, Alemanha e França, o documento estipulava, além das provisões acerca do cessar-fogo, que nova legislação deveria ser implementada a fim de prover mecanismos para a autonomia administrativa de Donetsk e Lugansk. Apesar do novo acordo ter possibilitado a interrupção da guerra, não foi alcançada uma resolução definitiva para conflito, uma vez que os lados não cumpriram com as determinações previstas e episódios de violência ainda são recorrentes. (TSYGANKOV, 2016, p. 252-254).

Mapa 3 – Áreas sob controle dos insurgentes no Donbas

Fonte: THE ECONOMIST, 2017.

Além de acusar Moscou de apoiar os rebeldes do Donbas, as potências ocidentais denunciaram fortemente a anexação da Crimeia, afirmando que as ações do Kremlin violavam a soberania ucraniana e o Direito Internacional, impondo sanções econômicas contra a Rússia[53]. As explicações que surgiram para analisar a conduta do governo russo concentraram-se em torno de duas narrativas principais. A narrativa mais comum apresentada pela mídia e por diversos analistas internacionais (Cf. BOWEN, GALEOTTI, 2014; BRAUN, 2014; KAPPELER, 2014; MANKOFF, 2014) foi a de que a Rússia agiu como uma potência autoritária e agressiva, atuando contra um país menor, o qual passa por uma revolução que busca se aproximar dos valores ocidentais de democracia e liberalismo. O presidente Putin, segundo esta visão, não agiu razoavelmente, mas seguiu uma ideologia nacionalista e expansionista, procurando reerguer uma Rússia imperial e resgatar seu status de grande potência, perdido com o fim da União Soviética.

Contrapondo-se a esta interpretação dos fatos, outros analistas (Cf. CHOMSKY, 2014; MCCONNELL, 2014; MEARSHEIMER, 2014; MOTYL, 2014; NASSER, 2014) afirmam que a Rússia agiu de maneira esperada, dado que sua área de interesse vital (Ucrânia) lhe estaria sendo arrancada. Os Estados Unidos e a UE agiram deliberadamente neste sentido, apoiando o golpe que expulsou um líder pró-Moscou, o qual havia sido democraticamente eleito. Tal postura estadunidense teria sido evidenciada ao longo da crise por meio dos pronunciamentos de figuras chave do governo e de parlamentares contra a Rússia e em apoio direto aos golpistas em Kiev – como foi, por exemplo, a viagem à Ucrânia do vice-presidente estadunidense Joe Biden (G1, 2014). Diante deste cenário, a atitude da Rússia não teria sido ideológica, mas racional e previsível.

Deste modo, a atuação dos Estados Unidos e de seus aliados europeus na crise ucraniana também foi alvo de críticas, até de políticos e de analistas ocidentais, tais como o ex-chanceler alemão Helmut Schmidt e até mesmo o ex-secretário de Estado estadunidense, Henry Kissinger (RT, 2014; KISSINGER, 2014). O governo alemão viu-se em uma posição particularmente difícil, sendo sua liderança na UE cada vez mais pronunciada, sua postura no conflito impõe contradições importantes para a percepção de sua própria identidade no sistema internacional pós Guerra Fria. Tais contradições dizem respeito também ao seu futuro papel na OTAN e às relações com a superpotência atlântica: se no início da crise foi possível seguir a posição estadunidense de condenação à Rússia sem maiores dificuldades, impor e

[53] Apesar de inicialmente negar, o presidente Putin acabou confirmando a presença de militares russos durante a insurreição da Crimeia e, em dezembro de 2015, também admitiu a presença militar russa no leste da Ucrânia, embora neste caso afirme que não se tratam de "tropas regulares" (WALKER, 2015a). Ainda não se dispõem, entretanto, de dados sobre a quantidade de pessoal, sua função e seu grau de envolvimento no conflito.

continuar a manter sanções contra este país tem sido uma política relutante e custosa (VELASCO E CRUZ, 2013).

Além de todas as questões já apresentadas envolvendo Ucrânia e Rússia, bem como as disputas entre este país e as potências ocidentais no espaço pós-soviético, a fim de compreender as ações do Kremlin também é relevante destacar o significado particular da Crimeia para o Estado russo. Esta península sempre teve um papel especial na estratégia militar da Rússia, já que a base naval localizada na cidade de Sevastopol foi historicamente importante a este país por abrigar sua frota do Mar Negro, a partir de onde é possível acessar o Mar Mediterrâneo. (GILL, 2014).

Mapa 4 – Localização da península da Crimeia

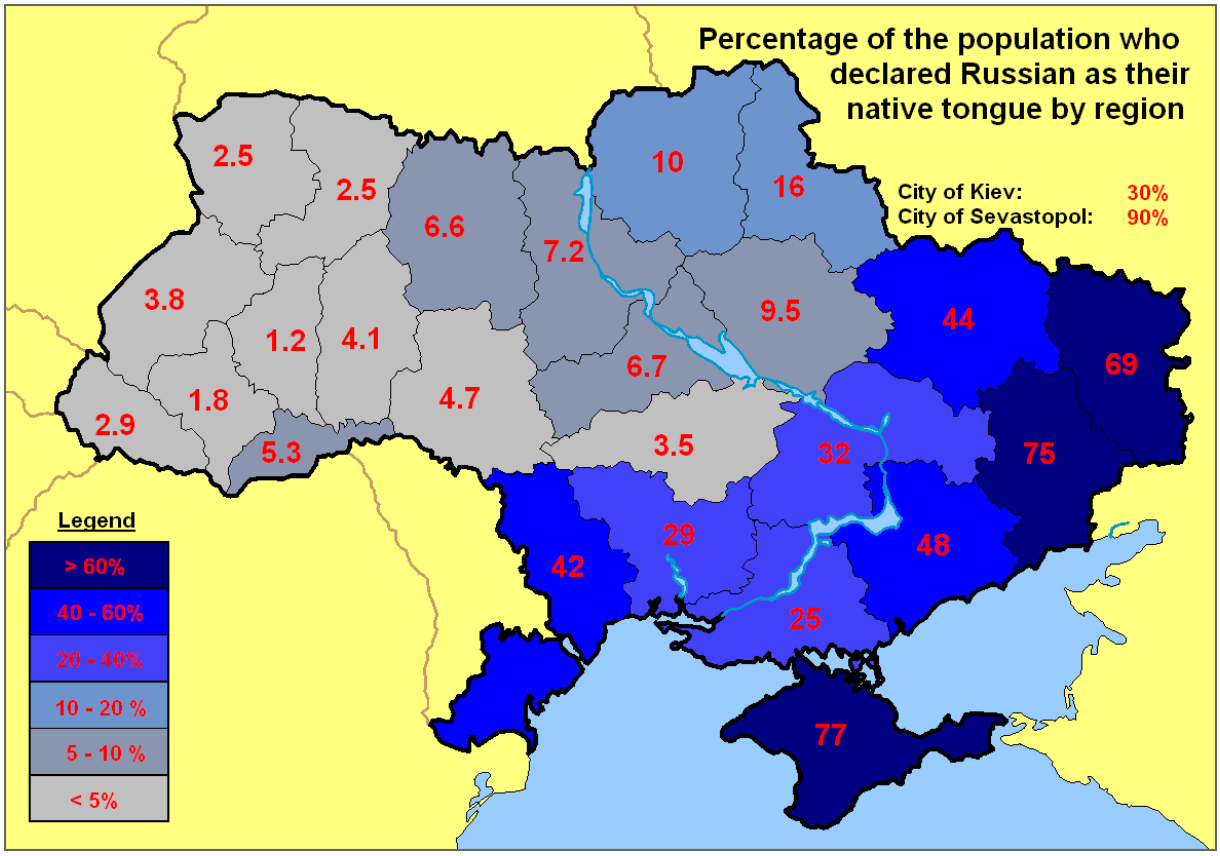
Fonte: BBC, 2015.

Embora a Crimeia tivesse se tornado parte do território russo em 1783, em 1954 o líder soviético Nikita Khrushchev transferiu a península da então República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR) para a República Socialista Soviética da Ucrânia (RSSU). Na época desta transferência esta medida teve efeito meramente administrativo, uma vez que ambas as repúblicas eram parte da URSS e a frota abrigada em Sevastopol continuou sendo a soviética.

Com o desmantelamento da URSS, contudo, a Ucrânia independente manteve a Crimeia como parte de seu território. A Rússia, deste modo, passou a necessitar de acordos periódicos com a Ucrânia para continuar a ter acesso à sua antiga base naval no Mar Negro. A partir desta perspectiva, compreende-se, portanto, a gravidade para os líderes russos de um governo contrário a Moscou declarar abertamente sua intenção de ingressar na OTAN, assim como o fez o governo interino que assumiu o poder na Ucrânia em fevereiro de 2014: caso isto se concretizasse, significaria perder o acesso à base de Sevastopol, a qual passaria a ser ocupada por forças militares da OTAN. (GILL, 2014).

Soma-se a tais considerações geopolíticas o fato de que, dentre todas as regiões da Ucrânia, a Crimeia concentra a maior porcentagem de habitantes que declaram o russo como seu idioma nativo, neste aspecto superando até mesmo as regiões separatistas de Donetsk e Lugansk.

Mapa 5 – Porcentagem da população que declara o russo como seu idioma nativo em cada região da Ucrânia



Fonte: FERNÁNDEZ, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da crise na Ucrânia aponta como um aspecto central dos objetivos perseguidos pelo governo russo neste país o que Velasco e Cruz aponta (2012, p. 59) como "a racionalidade derivada da primazia do político". Neste aspecto, a atuação de Moscou e das milícias pró-russas no Donbas e na Crimeia parecem resgatar a definição de Clausewitz (1989, p. 717) da estratégia (e da ação militar em geral) como subordinada à política.

Sob esta perspectiva, a percepção russa da expansão das instituições euro-atlânticas (e particularmente da OTAN) no seu "exterior próximo" pode ser interpretada como fator preponderante para a deflagração da crise. Mearsheimer (2014) afirma que se trata de uma constatação geopolítica básica: os Estados Unidos também não toleram que grandes potências distantes exerçam influência militar no hemisfério ocidental, muito menos perto de suas fronteiras. Segundo este acadêmico, "grandes potências são sempre sensíveis a potenciais ameaças perto do seu território" (MEARSHEIMER, 2014, tradução nossa). No caso específico da região, a Ucrânia, por seu relevo plano, apresenta uma via de fácil acesso à Rússia europeia, pela qual os grandes exércitos contemporâneos que invadiram este país – da França napoleônica à Alemanha nazista – passaram.

Estas considerações são relevantes para compreender a postura russa, pois, conforme afirma Saint-Pierre (2010, p. 34), "[...] a reflexão sobre as ameaças é primordial, tanto na deliberação sobre as capacidades estratégicas quanto nas decisões relativas aos sistemas de defesa nacionais e regionais." Assim, o governo russo não faz a seleção da estratégia a ser empregada de modo isolado das realidades externas, mas, ao contrário, também reage aos estímulos provocados por elas. Conforme este autor, "a ameaça parece ser certo tipo de relação pela qual, através de um sinal emitido, o receptor reconhece no emissor a causa eficiente de uma alteração no estado de coisas do receptor que o intranquiliza" (SAINT-PIERRE, 2010, p. 35).

O alinhamento da Ucrânia com alguma grande potência seria, deste modo, percebido como uma ameaça para os governantes russos e, por se tratar de um interesse estratégico vital, estes estariam dispostos a pagar um alto custo para evitar que este cenário se concretize. Assim sendo, o governo Putin estaria ciente dos altos e previsíveis custos diplomáticos, econômicos (aplicação de sanções comerciais) e até militares advindos de sua estratégia de intervenção no país vizinho, mas aceitou arcar com eles, uma vez que a alternativa – o possível ingresso da Ucrânia na UE ou na OTAN – seria inaceitável. (MEARSHEIMER, 2014).

Verificou-se, assim, que a atuação do Kremlin deu-se em parte como resposta ao desenrolar dos eventos e, particularmente, das ações empreendidas pelas outras potências. Neste sentido, desde a perspectiva russa, a acusação de ingerência na Ucrânia parece cínica, uma vez que os líderes ocidentais, apesar de nominalmente defenderem o direito do povo ucraniano de lutar por sua autonomia e por ideais democráticos, na prática acabaram contrariando estes mesmos valores: feriram a autonomia do povo ucraniano – e o princípio basilar do Direito Internacional de não interferência nos assuntos internos de outros Estados – ao apoiarem e estimularem abertamente os oposicionistas, alimentando a intransigência destes frente a qualquer tipo de saída negociada. (MÜLLERSON, 2014). Também teriam desrespeitado os valores democráticos ao rapidamente reconhecerem a deposição abrupta de um governante eleito, com o agravante de que a vanguarda dos manifestantes (que viriam a tomar parte no novo governo) era sabidamente composta pelo chamado "Setor de Direita", do qual integravam militantes neofascistas, os quais, além de não ter nenhuma simpatia pela democracia liberal, baseiam seu discurso na pureza nacional e no ódio étnico contra russos e judeus. (MIELNICZUK, 2014).

Diante deste cenário, e conforme visto anteriormente, também é certo que havia temor e rechaço reais em parte dos ucranianos – e da população da Crimeia, especialmente – acerca da orientação política e da ascensão ilegítima da nova liderança em Kiev. Por outro lado, atualmente já é sabido que as sublevações na Crimeia e no Donbas contaram com a participação de forças russas. Assim sendo, não parece cabível explicar o desenvolvimento do separatismo na Ucrânia de modo unilateral, seja pela versão do Kremlin ou pela de seus adversários: não se tratou meramente de um golpe orquestrado meticulosamente desde Moscou, mas também não ocorreu apenas devido a organização espontânea dos residentes locais.

Deste modo, considera-se que é possível compreender mais satisfatoriamente a intervenção russa na crise ucraniana tendo em conta a intersecção das considerações geopolíticas, envolvendo os atritos e disputas entre as grandes potências, com as variáveis sócio-históricas específicas da região, o que incluiu os vínculos seculares entre russos e ucranianos bem como os problemas advindos da dissolução da URSS. Neste último aspecto, cabe ressaltar que, dentre as interrogantes legadas pelo desaparecimento súbito do Estado soviético, a questão nacional voltou a assombrar as relações entre esses povos eslavos. Aqui, cabe a observação de Hobsbawm (1991, p. 20) de que as nações são "processos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades,

aspirações e interesses das pessoas comuns [...]". Ao refletir sobre o caso ucraniano, portanto, é razoável ponderar o jogo travado "pelo alto", entre as potências, em conjunto com os processos "de baixo", manifestados na sublevação da Crimeia e do Donbas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Jack. **A Caspian Perspective: Implications of the South Stream's Demise**. Glimpse from the Globe, 2014. Disponível em: <http://www.glimpsefromtheglobe.com/topics/energy-and-environment/caspian-perspective-implications-south-streams-demise/>. Acesso em: 4 jun. 2017.

ANDERSON, Perry. Incommensurate Russia. **New Left review**, n. 94, jul.-ago. 2015. p. 5-43.

BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-84.

BBC. **Ukraine crisis in maps**. London, 2015. Disponível em: < http://www.bbc.com/news/world-europe-27308526>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. **Ukraine crisis timeline**. London, 2014a. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26248275>. Acesso em: 4 jun. 2017.

_____. **Ukraine crisis**: transcript of leaked Nuland-Pyatt call. London, 2014b. Disponível em: < http://www.bbc.com/news/world-europe-26079957>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. **Ukraine crisis**: What's going on in Crimea? London, 2016. Disponível em: < http://www.bbc.com/news/world-europe-25182823>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BEISSINGER, Mark R. Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions. **Perspectives on Politics**, v. 5, n. 2, jun. 2007. p. 259-276.

BOWEN, Andrew; GALEOTTI, Mark. **Putin's Empire of the Mind**: How Russia's president morphed from realist to ideologue - and what he'll do next. Washington, DC: Foreign Policy, abr. 2014. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/04/21/putin_s_empire_of_the_mind_russia_geopolitics>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRAUN, Aurel. Tougher Sanctions Now: Putin's Delusional Quest for Empire. **World Affairs**, Washington, DC ,v. 177, n. 2, jul.-ago. 2014.

BRUHAT, Jean. **Historia da U.R.S.S.** 2. ed. atual. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966. (Coleção saber atual).

BUSHUEV, Mikhail. **Kremlin hardliners rule in Putin's Russia**. Deutsche Welle, 2014. Disponível em: < http://www.dw.com/en/kremlin-hardliners-rule-in-putins-russia/a-17932564>. Acesso em: 4 jun. 2017.

CARR, Edward Hallett. **A revolução Bolchevique 1917-1923.** Porto: Afrontamento, 1977. v. 1. 496 p. (História da Rússia Soviética).

CHOMSKY, Noam. **Linhas vermelhas na Ucrânia e em todos os lugares**. São Paulo: Carta Maior, 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Linhas-vermelhas-na-Ucrania-e-em-todos-os-lugares/6/30854>. Acesso em: 4 jun. 2017.

CHUNG, Chien-peng. The Shanghai Cooperation Organization: Institutionalization, Cooperation and Rivalry. **The Asia-Pacific Journal**, v. 3, n. 10, out. 2005.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Princeton: Princeton University Press, 1984. 845 p. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Disponível em: < https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

COHEN, Stephen F. **Soviet fates and lost alternatives**: from Stalinism to the new Cold War. New York: Columbia University Press, 2009.

COOK, Linda J. The political economy of Russia's demographic crisis. In: ROBINSON, Neil (Ed.). **The political economy of Russia**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2013. p. 97-120.

DE HAAS, Marcel. **Russia's foreign security policy in the 21st century**: Putin, Medvedev and beyond. New York: Routledge, 2010. (Contemporary security studies).

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L.; NADKARNI, Vidya. **The foreign policy of Russia**: changing systems, enduring interests. 4th ed. New York: Routledge, 2015.

FERNÁNDEZ, Victor. ¿Qué ocurre en Ucrania? Revista La Pecera, 2014. Disponível em: < http://revistalapecera.com/que-ocurre-en-ucrania/#.WcUN8ltSypo>. Acesso em: 4 jun. 2017.

FERREIRA, Solange Reis. **Grande estratégia e ordem regional**: a política de energia dos Estados Unidos na Asia Central e no Cáucaso. 2013. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FIDLER, Stephen; SEVASTOPULO, Demetri. **Putin rails against US foreign policy**. Munich: Financial Times, 2007. Disponível em: <https://www.ft.com/content/b4eef8e6-b91d-11db-a5bc-0000779e2340?mhq5j=e3>. Acesso em: 4 jun. 2017.

FLETCHER, Philippa. **Factbox**: What is Crimea and why does it matter? London: Reuters, 2014. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/03/06/us-ukraine-crisis-crimea-factbox-idUSBREA251LL20140306>. Acesso em: 10 jun. 2015.

G1. **Em Kiev, Biden oferece ajuda à Ucrânia e condena a corrupção.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/em-kiev-biden-oferece-ajuda-ucrania-e-condena-corrupcao.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GALLISSOT, R. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. In: HOBSBAWM, E. J. (Org.) **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. v.4.

GAMBOA, Franco. El conflicto en Ucrania: A diez años del fracaso de la Revolución Naranja. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 50, n. 1, jan.-abr. 2014.

GILL, Graeme. The Russian annexation of Crimea in March 2014. **United Service**, New South Wales, v. 65, n. 2, jun. 2014.

HANSON, Philip. Managing the economy. In: WHITE, Stephen; SAKWA, Richard; HALE, Henry E. (Ed.). **Developments in Russian Politics**. New York: Palgrave, 2010. (Developments, 7). p. 188-205.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Language, Culture, and National Identity. **Social Research**, v. 63, n.4, 1996.

KAPPELER, Andreas. Ukraine and Russia: Legacies of the imperial past and competing memories. **Journal of Eurasian Studies**, Seoul, v. 5, n. 2, jul. 2014.

KELLY, Tim. **Factbox**: 'Mother of all bombs' targets Islamic State in Afghanistan. Reuters, 2017. Disponível em: < http://www.reuters.com/article/us-usa-afghanistan-bomb-factbox-idUSKBN17G0W0>. Acesso em: 8 jun. 2017.

KISSINGER, Henry. **To settle the Ukraine crisis, start at the end.** Washington: The Washington Post, 2014. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.

KOROSTELINA, Karina. Ukraine twenty years after independence: Concept models of the society. **Communist and Post-Communist Studies,** Amsterdã, v. 46, 2013.

KOTZ, David M.; WEIR, Fred. **Russia's path from Gorbatchev to Putin**: the demise of the Soviet system and the new Russia. New York: Routledge, 2007.

KUBICEK, Paul. **The history of Ukraine.** Westport: Greenwood Press, 2008. (The Greenwood Histories of the Modern Nations).

LEICHTOVA, Magda. **Misunderstanding Russia**: Russian foreign policy and the West. Burlington: Ashgate, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção bases, 23).

LO, Bobo. **Russia and the new world disorder**. London: Chatham House, 2015.

_____. **Vladimir Putin and the evolution of Russian Foreign Policy**. London: Royal Institute of International Affairs, 2003.

LUHN, Alec. **The Ukrainian Nationalism at the Heart of 'Euromaidan'**. The Nation, 2014. Disponível em: < https://www.thenation.com/article/ukrainian-nationalism-heart-euromaidan/>. Acesso em: 4 jun. 2017.

LUXEMBURG, Rosa. **A Questão Nacional e a Autonomia**. Tradução Antônio Roberto Bertelli. Belo Horizonte: Oficina de Livros,1988.

MAGOCSI, Paul Robert. **A history of Ukraine**. Toronto: University of Toronto Press, 1996.

MANKOFF, Jeffrey. **Eurasian energy security**. New York: Council on Foreign Relations, 2009a. Council Special Report, n. 43.

_____. **Russian foreign policy**: the return of great power politics. Lanham: Council on Foreign Relations, 2009b.

_____. Russia's Latest Land Grab: How Putin Won Crimea and Lost Ukraine. **Foreign Affairs**, New York, v. 93, n. 3, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. (Coleção clássicos do pensamento político; 24).

MCCONNELL, Scott. **A Coup in Crimea – or in Russia?** Washington: The American Conservative. . Disponível em: <http://www.theamericanconservative.com/articles/a-coup-in-crimea-or-in-russia/>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MEARSHEIMER, John J. **Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault.** New York: Foreign Affairs, 2014. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/141769/john-j-mearsheimer/why-the-ukraine-crisis-is-the-wests-fault>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 23, 2014.

MOTYL, Alexander J. **Is Putin Rational?** New York: Foreign Affairs, 2014. Disponível em: < http://www.foreignaffairs.com/articles/141039/alexander-j-motyl/is-putin-rational>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MÜLLERSON, Rein. Ukraine: Victim of Geopolitics. **Chinese Journal of International Law**, Oxford, abr. 2014.

NASSER, Reginaldo. **EUA e aliados empurraram Rússia a intervir na Ucrânia**. São Paulo: Portal Fórum, 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/aspalavraseascoisas/2014/03/24/eua-e-aliados-empurraram-russia-intervir/>. Acesso em: 10 jun. 2015.

NOWAK, Zuzanna; GODZIMIRSKI, Jakub; ĆWIEK-KARPOWICZ, Jaroslaw. **Russia's Grand Gas Strategy**: the power to dominate Europe? Energy Post, 2015. Disponível em: < http://energypost.eu/russias-grand-gas-strategy-power-dominate-europe/>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ONU. **United Nations Observer Mission in Georgia**. 2009. Disponível em: < http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unomig/index.html>. Acesso em: 4 jun. 2017.

ORTEGA, Felipe Afonso. **Cores da Mudança?** As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUC-SP/UNESP/UNICAMP), São Paulo, 2009.

PAULA, João Antônio de. A idéia de nação no século XIX e o marxismo. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, 2008.

PILKINGTON, Ed; HARDING, Luke. **Angela Merkel**: Victoria Nuland's remarks on EU are unacceptable. The Guardian, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/feb/07/angela-merkel-victoria-nuland-eu-unacceptable>. Acesso em: 4 jun. 2017.

PIPES, Richard. **História concisa da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012. (Coleção General Benício, 483).

PUTIN, Vladimir. **Putin's Prepared Remarks at 43rd Munich Conference on Security Policy**. Washington: The Washington Post, 2007. Disponível em: < http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/02/12/AR2007021200555.html >. Acesso em: 4 jun. 2017.

REID, Anna. **Borderland**: A Journey Through the History of Ukraine. London: Weidenfeld & Nicolson, 2015.

RENOUVIN, Pierre. **Historia de las relaciones internacionales.** Madrid: Aguilar, 1964. v. 2. t. 2.

REUTERS. **Russia warns of Kosovo "precedent" for separatists**. 2007. Disponível em: < http://www.reuters.com/article/idUSL24489060>. Acesso em: 4 jun. 2017.

ROUDIK, Peter. **Legal aspects of war in Georgia**. [s.l.]: Law Library of Congress, 2008.

RT. **Russia's actions in Crimea 'completely understandable'** – German ex-chancellor. Moscow, 2014. Disponível em: <http://rt.com/news/schmidt-crimea-russia-germany-465/>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Grandes tendências da segurança internacional contemporânea. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo (Org.). **Segurança internacional**: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 31-48.

SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine**: crisis in the borderlands. London: I. B. Tauris & Co, 2015.

_____. **Russian Politics and Society**. 3rd ed. London: Routledge, 2002.

SAKWA, Richard. Systemic Stalemate: Reiderstvo and the Dual State. In: ROBINSON, Neil (Ed.). **The political economy of Russia**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2013.

STEWART, Gail B. **Ukraine**: then and now. San Diego: ReferencePoint Press, 2015. (The former Soviet Union: then and now).

STONE, David. **Russian Civil War (1917–1920).** Malden: Wiley Online Library, 2011. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781444338232.wbeow533/full>. Acesso em: 4 jun. 2017.

SUBTELNY, Orest. **Ukraine**: a history. 3rd ed. Toronto: University of Toronto Press, 2000.

THE ECONOMIST. **Ukraine's leaders may be giving up on reuniting the country**. 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/news/europe/21716632-reintegrating-donbas-starting-look-russian-trap-ukraines-leaders-may-be-giving-up>. Acesso em: 4 jun. 2017.

THE GUARDIAN. **Agreement on the Settlement of Crisis in Ukraine**: full text. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/feb/21/agreement-on-the-settlement-of-crisis-in-ukraine-full-text>. Acesso em: 4 jun. 2017.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital, and European States, AD 990-1992**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TOLZ, Vera. Forging the nation: National identity and nation building in post-communist Russia. **Europe-Asia Studies**, v. 50, n. 6, 1998.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's Foreign Policy**: change and continuity in national identity. 4th ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

TUDOROIU, Theodor. Rose, Orange, and Tulip: The failed post-Soviet revolutions. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 40, 2007. p. 315-342.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Depois da Guerra Fria: evolução geopolítica, cenários e perspectivas. In: _____. **Os Estados Unidos no desconcerto do mundo**: ensaios e interpretações. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p. 41-83.

_____. Ser ou não ser? Ucrânia, Rússia e os dilemas da Política Externa Alemã. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2013. p. 58-80.

VYMYATNINA, Yulia; ANTONOVA, Daria. **Creating a Eurasian Union**: economic integration of the former Soviet republics. New York: Palgrave, 2014.

WALKER, Edward W. **Eurasian Geopolitics**. 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/dec/17/vladimir-putin-admits-russian-military-presence-ukraine>. Acesso em: 4 jun. 2017.

WALKER, Shaun. **Putin admits Russian military presence in Ukraine for first time**. Moscow: The Guardian, 2015a. Disponível em:

<http://www.theguardian.com/world/2015/dec/17/vladimir-putin-admits-russian-military-presence-ukraine>. Acesso em: 17 dez. 2015.

WALKER, Shaun. **Putin the problem-solver**: Russian leader's annual TV phone-in marathon. Moscow: The Guardian, 2015b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/apr/16/putin-the-problem-solver-russian-leaders-annual-tv-phone-in-marathon>. Acesso em: 4 jun. 2017.

WALTZ, Kenneth N. Nuclear Myths and Political Realities. **The American Political Science Review**, v. 84, n. 3, p. 731-745, set. 1990.

WHITE, Stephen. The domestic management of Russia's foreign and security policy. In: ALISON, Roy; LIGHT, Margot; WHITE, Stephen. **Putin's Russia and the Enlarged Europe**. London: Chatham House, 2006. p. 21-44.

_____. **Understanding Russian Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WILSON, Andrew. **The Ukrainians**: unexpected nation. 4th ed. London: Yale University Press, 2015.

_____. **Ukraine crisis**: what it means for the West. London: Yale University Press, 2014.

WOLF, Eric R. **Pathways to power**: building an anthropology of the modern world. Berkeley: University of California Press, 2001.